



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Antonio Aparecido Teixeira

**Aprendizagens e sociabilidades entre a escola tradicional e o
ciberespaço**

Marília
2024

Antonio Aparecido Teixeira

**Aprendizagens e sociabilidades entre a
escola tradicional e o ciberespaço**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de Concentração: Ensino de Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira

Marília
2024

T266a Teixeira, Antonio Aparecido
 Aprendizagens e sociabilidades entre a escola tradicional e o ciberespaço /
Antonio Aparecido Teixeira. -- Marília, 2024
 136 p. : il.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
 Orientador: Paulo Eduardo Teixeira

 I. Ensino de Sociologia. 2. Educação básica. 3. Socialização. 4. Condição
juvenil. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Antonio Aparecido Teixeira

Aprendizagens e sociabilidades entre a escola tradicional e o ciberespaço

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Ensino de Sociologia
Linha de pesquisa: Juventude e questões contemporâneas

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
Orientador
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Prof.^a Dr.^a. Rosângela de Lima Vieira
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Prof.^a Dr.^a. Camila Rodrigues da Silva
Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

Marília, 22 de março de 2024.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas de turma pelo incentivo e ideias compartilhadas durante a realização do curso.

Aos professores que proporcionaram essa oportunidade e pelas contribuições recebidas para que o trabalho pudesse ser concluído.

À FFC por apoiar e fazer parte do ProfSocio.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

"[...]O espaço virtual em si mesmo não é trabalho, mas pode ser uma sua condição. O espaço virtual apenas permite comunicar o resultado de um trabalho real, multidimensional. Condição imutável do trabalho, portanto unidimensional, apenas autoriza o trabalho, mas não o constitui."

Milton Santos (2000, p. 1)

RESUMO

Esta pesquisa de natureza exploratória verificou como o atual processo de socialização, principalmente o resultante da utilização das Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC) que caracterizam o ciberespaço, relaciona-se com o interesse e desempenho dos jovens alunos do Ensino Médio na educação estadual básica de São Paulo. Foi usada a metodologia de análise qualitativa com as técnicas da pesquisa bibliográfica, recorrendo-se a autores que analisam o papel da escola enquanto uma das principais instituições socializadoras nas sociedades contemporâneas e também da observação direta extensiva com aplicação de um questionário para a obtenção de dados sobre os tipos de usos que os jovens alunos fazem das TIC. O desenvolvimento do presente trabalho permitiu notar um fenômeno no qual ocorreu a substituição da prática da narrativa, existente na Europa durante o período medieval, entendida como representante de uma forma de conhecimento coletivo que permitia a interação entre o sujeito que narra e a sua plateia, prática que podia resultar na apropriação do conhecimento sobre a sociedade que fosse distinto ao do senso comum, porém com o desenvolvimento da sociedade industrial capitalista se criou um modo de vida urbano e cada vez mais individualizado no qual os fatos se tornavam descartáveis ao serem apresentados no formato de informação/notícia pela imprensa. Essa situação, por analogia, pode ser considerada similar a encontrada pelo Ensino de Sociologia na Educação Básica, pois ao se deparar com a crescente utilização das TIC que reiteram a imediatez das relações sociais em nosso cotidiano, torna-se necessário o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contribuam para que as aulas proporcionem o conhecimento objetivado na sua proposta de desnaturalização e estranhamento do olhar diante dos fenômenos sociais. Constatou-se entre os jovens alunos participantes da enquete que as TIC no ambiente da escola tradicional melhora o aprendizado e também existe um movimento de procura por novos espaços de sociabilidades onde manifestem a sua condição juvenil e tenham algum tipo de aprendizagem com a utilização dos recursos existentes no ciberespaço. No entanto, preferem realizar cursos e interagir de forma presencial, resultados não previstos nas hipóteses que as sociabilidades desenvolvidas por meio das TIC estejam relacionadas com os elevados índices de evasão e o desempenho escolar insatisfatório, tampouco que as práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço da escola tradicional se mantêm interessantes e gerando significados para os jovens alunos. Mesmo diante do caráter exploratório, concluiu-se que embora as TIC sejam valiosas para a aprendizagem dos alunos, não substituem as sociabilidades presenciais, porém outros estudos se fazem necessários para a obtenção de dados que favoreçam novos entendimentos sobre o problema analisado.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia, Educação básica, Socialização, Condição juvenil.

ABSTRACT

This exploratory research verified how the current socialization process, mainly resulting from the use of Communication and Information Technologies (ICT) that characterize cyberspace, is related to the interest and performance of young high school students in basic state education from Sao Paulo. The qualitative analysis methodology was used with bibliographical research techniques, using authors who analyze the role of the school as one of the main socializing institutions in contemporary societies and also extensive direct observation with the application of a questionnaire to obtain data about the types of uses that young students make of ICT. The development of this work allowed us to notice a phenomenon in which the practice of narrative, existing in Europe during the medieval period, was replaced, understood as representing a form of collective knowledge that allowed interaction between the subject who narrated and his audience, practice that could result in the appropriation of knowledge about society that was different from common sense, but with the development of capitalist industrial society an urban and increasingly individualized way of life was created in which facts became disposable when presented in the information/news format by the press. This situation, by analogy, can be considered similar to that found by the Teaching of Sociology in Basic Education, because when faced with the increasing use of ICT that reiterates the immediacy of social relations in our daily lives, it becomes necessary to develop pedagogical practices that contribute to the classes providing the knowledge aimed at denaturalizing and estranging the view of social phenomena. Among the young students participating in the survey, it was found that ICT in the traditional school environment improves learning and there is also a movement to search for new spaces of sociability where they can express their youthful condition and have some learning with the use of resources existing in cyberspace. However, they prefer to take courses and interact in person, results not predicted in the hypotheses that the sociability developed through ICT is related to high dropout rates and unsatisfactory school performance, nor that the pedagogical practices developed in the traditional school space remain interesting and generate meaning for young students. Even given the exploratory nature, it was concluded that although ICT is valuable for student learning, it does not replace face-to-face sociability, but other studies are necessary to obtain data that favor new understandings of the problem analyzed.

Keywords: Teaching Sociology, Basic Education, Socialization, Youth Condition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Plataformas de aprendizagem no Aplicativo CMSP	59
Figura 2 – Matriz Curricular do Ensino Médio - Noturno	60
Figura 3 – As relações de poder e sociais desenvolvidas na escola tradicional e no ciberespaço.	75
Figura 4 - Estrutura da teoria da atividade	97
Gráfico 1 – Atividade e assuntos preferidos nas redes sociais	68
Gráfico 2 – Utilização das TIC na escola tradicional	77
Gráfico 3 – Utilização das TIC e mudanças nos estudos, lazer e trabalho	82
Quadro 1 – Eixos dos Argumentos favoráveis e desfavoráveis aos projetos de lei 3178/1997 e 1641/2003	50
Quadro 2 - Projeto de trabalho Docente-Discente na Pedagogia Histórico-Crítica	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARPANET	Advanced Research Projects Agency (ARPA)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CMSP	Centro de Mídias SP
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FTP	File Transfer Protocol
HTTP	Hype Text Transfer Protocol.
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC	Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OCNem	Orientações Curriculares Nacionais para o ensino médio
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEI	Programa de ensino integral
TCP/IP	Transmission Control Protocol /Internet Protocol
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URL	Uniform Resource Locator
WWW	World Wide Web

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1: UMA CIENCIA PARA COMPREENDER O MUNDO INDUSTRIAL CAPITALISTA	32
1.1 A Importância do ensino de sociologia na educação brasileira	44
1.2 O Mundo do trabalho e o ensino de sociologia	55
Capítulo 2: SOCIABILIDADES JUVENIS NO SÉCULO XXI	66
2.1 A Figura do narrador como inspiração para a prática docente no ensino de sociologia na educação básica	84
Capítulo 3: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA	90
3.1 A sequência didática como instrumento de intervenção pedagógica a partir da Pedagogia Histórico-Crítica	93
3.2 Desenvolvendo a Sequência Didática	99
3.3 Cronograma	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS	122
ANEXO A - CONSULTA AO CHATGPT	127

INTRODUÇÃO

A Escola é uma das principais instituições responsáveis pela socialização das novas gerações, sendo composta por um tipo específico de ambiente em que se desenvolve o processo de ensino e aprendizagem, quer em São Paulo, ou qualquer outro espaço. Na verdade, é possível afirmar que existem tipos distintos de ambientes e cada um deles apresenta as particularidades daqueles que formam as suas culturas, por meio de sociabilidades que culminem em conhecimento.

Em 2011, realizei o trabalho de conclusão do curso de Especialização em Ensino de Sociologia, intitulado "A socialização do jovem e a aprendizagem: entre a escola tradicional e o ciberespaço". O estudo bibliográfico sobre este tema, proposto para o PROFSOCIO, permitiu a verificação de um processo caracterizado pelo descontentamento dos indivíduos em relação às práticas das principais instituições socializadoras, sobretudo as que dizem respeito à educação básica.

A ideia de escola tradicional adotada no presente trabalho de pesquisa se refere aquela resultante do processo de desenvolvimento das práticas pedagógicas no Brasil, iniciado no período colonial com a pedagogia tradicional que expressava o monopólio da vertente religiosa, despotismo esclarecido, sobre a educação, estendendo-se até as pedagogias contra hegemônicas que fizeram a crítica às práticas escolares instituídas, e que segundo Saviani (2007), resultou na predominância das recentes pedagogias do neoprodutivismo, cujo um dos seus objetivos é o desenvolvimento de competências¹ por parte dos jovens alunos da educação básica no Brasil.

Enquanto uma instituição social, a escola proporciona um ambiente físico em que diferentes perfis de jovens alunos que frequentam o Ensino Médio na Educação Básica podem desenvolver sociabilidades, porém,

¹A pedagogia das competências propõe uma formação que priorize o modelo produtivo existente e tem foco na avaliação, objetivando a qualificação e o saber-fazer do aluno para que se adapte à realidade existente, é tida como alternativa ao fracasso escolar e um dos seus principais teóricos é o sociólogo suíço Philippe Perrenoud.

aqueles que estudam no Ensino Regular, principalmente no período noturno, normalmente, possuem uma idade mais avançada e exercem ou pretendem exercer alguma atividade profissional em paralelo com a educação escolar, por outro lado, os que estudam nas escolas do Programa de Ensino Integral (PEI)², costumam ingressar aos 15 anos, mantendo-se na chamada idade adequada e se dedicando, quase que exclusivamente, ao desenvolvimento do curso.

Entretanto, na minha vivência profissional de cerca de 10 anos com o Ensino de Sociologia, não foi difícil perceber a dificuldade de muitos jovens alunos se manterem na escola e concluir as três séries do Ensino Médio, muitas podem ter sido as razões para deixarem de frequentar à escola, porém se destacam alguns fatores que têm sido apontados em pesquisas sobre o tema, como o fato de terem que trabalhar e contribuir no orçamento doméstico, não conseguirem acompanhar as propostas das diferentes disciplinas que compõe o currículo ou apenas por achar o espaço escolar desinteressante.

Durante a realização desse trabalho exerci a atividade de Professor de Sociologia no Ensino Médio, em diferentes momentos, nas modalidades de ensino regular e integral, em 2023, iniciei em uma escola PEI que atende aproximadamente 1000 alunos matriculados entre o Ensino Fundamental – Anos Finais e o Ensino Médio, funcionando no horário das 7h às 16h.

Essa escola se encontra em Guarulhos, município considerado o 13.º mais populoso do Brasil, segundo o Censo 2022 do IBGE, com um número de 1.291.784 habitantes, encontra-se localizado na região metropolitana de São Paulo e conta com 46 bairros, tendo fácil acesso às rodovias que ligam os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, abriga também o aeroporto internacional, considerado o maior da América Latina, onde está o maior terminal de cargas do país.

² O programa é ofertado em dois formatos: 7h e 9h. No primeiro, as escolas oferecem dois turnos - das 7h às 14h e das 14h15 às 21h15. No segundo, as aulas ocorrem entre 7h e 16h. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/pei/> Acesso em: 19 jan. 2024.

Ao final do primeiro semestre de 2023, nessa escola, em uma das turmas da 2.^a série do ensino médio composta por 43 alunos, por meio da observação direta extensiva, com a técnica do questionário, foi realizada uma enquete para a coleta de dados sobre a utilização que os alunos faziam das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), houve a participação de 16 alunos, porém 4 transferências e 5 trocas de salas reduziram o número total de participantes, os dados demonstraram algumas características que têm sido destacadas por autores que estudam o tema da condição juvenil.

Isto se fez necessário pelo fato de o objeto de pesquisa da dissertação se referir ao processo de socialização deste segmento que compõe o processo de ensino e aprendizagem na escola de educação formal e no chamado ciberespaço.

A dinâmica social neste século XXI, permite que se note as dimensões dos novos espaços de sociabilidades, surge o ciberespaço e os seus ambientes virtuais para o desenvolvimento do trabalho, lazer e aprendizagem, inclusive com a possibilidade de emancipação dos indivíduos, principalmente os jovens alunos, nas relações sociais.

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanação direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. (MARX, p.93-94, 2007)

A partir do período renascentista, criou-se uma proposta em que a escola se destacou enquanto instituição para realizar a transmissão do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, porém, as constantes transformações sociais fizeram com que essa função não ficasse restrita ao espaço escolar.

Na sociedade capitalista, em que o pensamento científico se tornou predominante, onde a educação segundo Durkheim (2011), deveria ser organizada pelo Estado para ser pública e garantir que se criasse um cidadão comprometido com os valores propostos socialmente, a escola não alcançou o consenso de que deveria ser a única instituição responsável por esse processo.

Constatou-se que a utilização das TIC não se limita ao ambiente escolar e proporciona sociabilidades que, por analogia, remete ao processo que transformou a informação em uma mercadoria, quando a figura "O narrador", Benjamin(1994), perdeu espaço para os novos meios de comunicação, por exemplo, os jornais.

Com isso, fez-se uso da técnica de documentação indireta com a pesquisa bibliográfica em que se constatou que o ciberespaço desperta o interesse da sociedade, principalmente, dos jovens alunos que compõem uma geração que convive desde os primeiros anos de vida com as novas possibilidades que as TIC proporcionam.

Tem-se que este aspecto pode interferir no processo de ensino e aprendizagem, conforme (Nonato, 2016), a condição juvenil nos processos educativos se manifesta em duas dimensões, nas sociabilidades que os jovens alunos desenvolvem entre os grupos de pares, quando estabelecem novos tempos e espaços para compartilharem as suas afinidades para o convívio com a diversidade e nas expressões simbólicas, representadas pelos diferentes estilos de estéticas, manifestações artísticas, vestuário e linguagem que constituem a dimensão das culturas juvenis.

Entretanto, na instituição escola, ao contrário do que se espera dos processos educativos, tende a ocorrer práticas que incentivam um ensino individualizado e que objetiva o bom desempenho, dificultando que expressem essas duas dimensões, porém, torna-se visível essa manifestação com a utilização das TIC.

No resultado da enquête realizada na escola, Gráfico 1, e, disponibilizada através de um questionário eletrônico disponibilizado no Google Forms em junho/2023, Apêndice A, a música foi considerada a

principal atividade e assunto preferido entre os 16 jovens alunos que desenvolvem as suas sociabilidades no ciberespaço, porém não associam esse convívio com a cibercultura³, já que metade deles afirmaram desconhecer o significado do termo, entretanto, o fato de haver interesse por bens simbólicos remete às práticas culturais, descrito por Dayrell (2016), como fenômeno que pode fortalecer com suas representações a identidade juvenil.

Outro aspecto importante nesse processo conforme Esteves e Abramovay (2007), refere-se ao entendimento sobre o que é a condição juvenil, como resultado da Pesquisa Juventude, Juventudes: o que une e o que separa, realizada em 2004, os autores puderam constatar que entre os entrevistados na faixa etária entre 15 à 29 anos, haviam boas expectativas em relação ao futuro e satisfação com a condição juvenil.

No entanto, a mesma pesquisa constatou que esse tipo de entendimento não se faz presente em outros segmentos da sociedade que ainda atribuem uma visão estereotipada de juventude em que se associa a situação vivenciada por esse segmento da população aos diferentes comportamentos considerados inadequados socialmente.

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades, nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p. 21)

A escola é apresentada como instituição que em conjunto com os meios de comunicação de massa⁴, incluído o próprio ciberespaço, pode

³ A cibercultura, segundo (LÉVY, 1999), é um conjunto de técnicas materiais e intelectuais, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem com o ciberespaço e expressam uma nova forma cultural universal em um sistema aberto e imprevisível, sem um modelo a ser seguido.

⁴ O rádio, televisão, jornais, e internet representam esses meios e são responsáveis por difundir os bens culturais produzidos pela indústria cultural e segundo a Escola de Frankfurt, o objetivo é o lucro e o desenvolvimento de controle social, principalmente com a homogeneização da cultura com base nos ideais burgueses.

desenvolver um novo capital cultural nas camadas populares, pois ocorre um processo de intercâmbio pedagógico entre elas a partir da seguinte configuração: família, escola e mídia.

[...] o conceito de capital cultural foi formulado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, no contexto da sociedade francesa de meados dos anos 1960, como uma ferramenta conceitual que pudesse explicar as desigualdades de rendimento escolar verificadas entre os alunos, deslocando o eixo explicativo dos fatores de ordem individual (o "dom", a inteligência, a aptidão, etc.) para os fatores de ordem social, em particular, o meio sociocultural de pertencimento da criança. (PIOTTO; NOGUEIRA, 2021, p.2)

Esse tipo de análise relacional, proposta por Bourdieu (1989), possibilitou compreender as relações sociais, principalmente as sociabilidades desenvolvidas na escola tradicional e no ciberespaço, em suas distintas dimensões, não se limitando ao aspecto econômico e material, mas também às relações simbólicas e/ou culturais que se desenvolvem na estrutura social.

Pretendeu-se como objetivo geral da pesquisa verificar como se dá o processo de socialização e a aprendizagem dos jovens alunos da escola pública em São Paulo, pois segundo Kuenzer (2010), os dados existentes sobre a Educação Básica de nível médio, permitiram constatar a existência de um distanciamento dos jovens alunos, caracterizado pela falta de interesse e/ou no desempenho, em relação às práticas desenvolvidas no espaço da escola tradicional.

Desta forma, tornou-se necessário conhecer como se dá a socialização daqueles que são os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem num contexto em que as TIC desempenham um importante papel para desenvolverem as suas sociabilidades para além do ambiente da escola tradicional.

O fato dos jovens alunos se organizarem por afinidades em grupamentos que são denominados, dentre outros, de tribos urbanas e que estas se encontram estabelecidas no contexto do ciberespaço, torna possível que se entenda este processo como relacionado ao fato de que, conforme Dayrell (2010, p.78), "[...] A socialização juvenil vem ocorrendo em múltiplos espaços e tempos, principalmente naqueles intersticiais

dominados pela sociabilidade. Implica reconhecer que a dimensão educativa não se reduz à escola [...]”, ou seja, as instituições clássicas de socialização como família e escola não representam mais o mesmo papel de exclusividade na formação das novas gerações.

O Ciberespaço, assim definido, configura-se como um locus de extrema complexidade, de difícil compreensão em termos gerais, cuja heterogeneidade é notória ao percebermos o grande número de ambientes de sociabilidade existentes, no interior dos quais se estabelecem as mais diversas e variadas formas de interação, tanto entre homens, quanto entre homens e máquinas e, inclusive, entre máquinas. (GUIMARÃES JUNIOR, 2000, pg.142)

O processo que resultou no estabelecimento do ciberespaço se encontra relacionado ao surgimento da internet, permitindo que várias categorias de mídias pudessem ocupar um mesmo espaço formado pela interconexão e interligação de equipamentos computacionais, o que possibilitou aos usuários desses sistemas interagirem entre si, criarem textos, manipularem dados, simularem situações reais do cotidiano, desenvolverem desenhos, divertirem-se, etc.

Esse fenômeno teve início, segundo Castells (2003, p. 14), com a criação da ARPANET – uma rede de computadores montada pela Advanced Research Projects Agency (ARPA)⁵ –, em setembro de 1969, tendo como um dos seus objetivos “estimular a pesquisa em computação interativa” permitindo a conexão de várias redes, ou seja, desenvolver um “novo conceito: uma rede de redes”.

Mas uma outra tecnologia era necessária para que as redes pudessem se comunicar umas com as outras: desenvolvimento de protocolos de comunicação padronizados. [...] Conforme relata Castells (2003), o desenvolvimento de um desses protocolos, o TCP (Protocolo de Controle de Transmissão), foi conseguido em 1973, num seminário em Stanford, por um grupo liderado por pesquisadores ligados ao grupo de pesquisa francês Cyclades e ao Xerox PARC. Porém, em 1978, pesquisadores da Universidade da Califórnia dividiram o TCP em duas partes: TCP/IP, sendo este último um protocolo intra-rede. O TCP/IP é o padrão com o qual a Internet opera até hoje. (ROCHA,2010 p-28)

⁵A ARPA foi formada em 1958 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com a missão de mobilizar recursos de pesquisa, particularmente do mundo universitário, com o objetivo de alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética na esteira do lançamento do primeiro Sputnik em 1957. (Castells, 2003)

No entanto, a rede no formato que conhecemos hoje se tornou possível a partir do chamado World Wide Web (WWW), aplicativo de compartilhamento de informação, desenvolvido em 1990 por Berners-Lee, um programador inglês, e como destaca (Castells, 2003), ele produziu um Software, que permite realizar instruções, organizar informações, calcular dados, editar textos, ou seja, obter e acrescentar informação de e para qualquer computador conectado através da Internet: HTTP, HTML e URI "URL", conhecido como navegador, sistema de hipertexto, capaz de interligar as informações dispostas na internet.

Na década de 1990, a internet já possuía código aberto o que permitiu que empresas desenvolvessem novos recursos, um exemplo é a Microsoft, responsável por lançar em 1995 o sistema operacional Windows que tinha incluso o seu próprio navegador, o Internet Explorer.

Conforme Rocha(2010), é toda essa estrutura tecnológica e social que serviu de base para o surgimento da Internet e tornou possível o que se denomina de ciberespaço, termo apresentado pela primeira vez pelo escritor de ficção científica William Gibson em seu livro "Neuromancer", de 1984.

Daí a íntima relação entre os conceitos da cibernética e o espaço de comunicação e interligação entre máquinas gerado pela Internet, o qual possibilita uma ampla forma de relações e acesso aos meios nela disposto. [...] O ciberespaço é a interconexão mundial dos computadores via sistema de comunicação eletrônica. Um sistema aberto e universal de transmissão de conhecimento e informação, sem dependência de localização e com quantidades ilimitadas de acesso. Daí emerge uma nova órbita de produção, troca e circulação da informação, com precisão de cálculo e instantaneidade. (LÉVY, 1999, apud ROCHA, 2010, p.35)

As novas possibilidades de interação entre os indivíduos criadas pelo ciberespaço, tem o potencial de gerar outras sociabilidades que, no entanto, apresentam-se com nova roupagem em relação aquelas convencionais que podem se desenvolver no ambiente escolar da educação básica.

[...]o ciberespaço torna-se um território simbólico de vínculos sociais, um ambiente de trocas de informações, textos, imagens, experiências de vida e um meio de contato e relacionamento social. É interessante destacar o caráter agregador que tem o ciberespaço, considerando que na cibercultura os usuários são autônomos e

navegam na rede em busca de seus interesses pessoais – escolhem o que querem ver, ler, ouvir, ou sobre o que querem saber, enfim, são eles que definem seus caminhos para a informação e entretenimento –, se agrupando a outros usuários na rede, principalmente pelas afinidades. (LIMA, 2009 p.8)

O atual processo de socialização que tem sofrido influência das transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, principalmente aquelas relacionadas a utilização das TIC que caracterizam o que se denomina de ciberespaço, pode estar relacionado com o interesse e desempenho dos jovens alunos do Ensino Médio nas escolas de educação básica das redes públicas, aspecto esse que se constituiu em um dos objetivos específicos da pesquisa, analisou-se a crescente vivência no ciberespaço e sua relação com os índices de evasão e desempenho insatisfatório na escola tradicional.

A questão do interesse e desempenho foi relacionada ao engajamento que os jovens alunos conseguem desenvolver no contexto escolar, o estudo “Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens”, realizado em 2017, destacou a questão do engajamento diante das oportunidades disponíveis, como o principal item das dimensões do direito à educação no contexto juvenil, os outros dois itens se referem à qualidade das oportunidades educacionais e aos resultados alcançados de aprendizado e desenvolvimento.

Não entendemos que a frequência à escola seja um indicador do engajamento dos jovens com as atividades escolares [...] para compreender e mensurar o engajamento juvenil, é preciso considerar a atenção e a participação nas atividades em sala de aula e na escola de maneira geral, além do número de horas dedicadas às atividades escolares fora escola, em particular, em casa. (PAES DE BARROS, 2017, p.16)

No entanto, supunha-se que, mesmo com a existência de um processo de universalização do acesso, o fato da obrigatoriedade do ensino no Brasil ter sido modificada da faixa etária de 7 a 10 anos em 1950, para a faixa de 7 a 14 anos em 1971, para a faixa de 6 a 14 anos em 2006 e, a partir de 2013, para a faixa etária entre 4 a 17 anos, com a alteração feita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, contribuiu para que os jovens alunos, principalmente

do Ensino Médio, deixassem de exercer a escolha sobre o direito à educação e expressassem a condição juvenil.

Nesse sentido, entendeu-se que esse aspecto pode influenciar os jovens alunos fazendo com que se desenvolva um menor nível de engajamento em relação ao que é proposto no ambiente escolar, tornando necessário uma revisão das atribuições do Estado, Família e demais instituições da Sociedade para se manterem responsáveis por garantir o direito à Educação Básica.

O processo de socialização tem se desenvolvido, principalmente pelos jovens alunos do Ensino Médio, com a utilização das TIC, porém este fenômeno não excluiu as instituições sociais historicamente responsáveis por exercer esta função, pelo contrário, estas têm cada vez mais se adaptado aos novos tempos e se lançando ao chamado ciberespaço.

Entretanto, tendem a perder espaço para outras esferas da sociedade que despertam interesses muitas vezes distintos aos que elas proporcionam a partir de sentidos encontrados nos bens culturais, trabalho e consumo de bens materiais, sendo consideradas pelas distintas juventudes como tendo o potencial de suprir as suas pendências imediatas não superadas nas sociabilidades convencionais.

Este fenômeno contribuiu para o surgimento de uma socialização denominado por autores como Setton (2011) de híbrida, em que se desenvolvem múltiplas relações sociais em que os indivíduos desempenham importante papel diante das instituições socializadoras distintas daquelas consideradas clássicas como família e escola, trata-se das novas agências socializadoras que têm se desenvolvido através dos recursos tecnológicos e da cultura de comunicação de massa.

Nesse sentido, a própria Sociologia da Educação se encontra em constante debate sobre as particularidades da temática da socialização e suas implicações nas sociabilidades.

A partir da década de 70, o eixo central dos estudos voltados ao campo sofreu uma mudança de foco, partindo das determinantes estruturais (socioeconômicas e culturais) das desigualdades educacionais para lançar luz nas práticas cotidianas, nas interações entre sujeitos e suas estratégias individuais e nas situações

singulares. Nesse contexto, os recentes estudos da Sociologia da Educação voltam-se, com mais afinco, às unidades de análise, como a sala de aula, o currículo e as estratégias familiares de educação. Assim, mesmo que o tema da desigualdade de acesso à educação seja ainda bastante presente no campo, é possível afirmar que a Sociologia da Educação tem se aberto para outras temáticas. (PIPINIS, 2018, p.101-102)

Com isso, a disciplina de Sociologia na educação básica de nível médio ganha importância no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, pois se propõe a desenvolver um conhecimento que se distancie das ideias que caracterizam o senso comum com o desenvolvimento da desnaturalização do olhar sobre os fenômenos sociais, o que pode contribuir para se ter um entendimento mais crítico sobre as novas possibilidades de sociabilidades que as transformações atuais têm ocasionado.

No que se refere a distinção por parte dos jovens alunos da simples informação, disponibilizada abundantemente nos meios de comunicação, de um conhecimento que tenha sentido para quem o desenvolve, remeteu-nos ao fenômeno da multidão anônima que circulava nas cidades, e nela a figura do flâneur⁶, que contrastava com a figura do antigo narrador, descrito por Benjamim (1994), como responsável por transmitir a informação sob a forma de narrativa e possibilitar o desenvolvimento coletivo de um conhecimento que podia ser apropriado por aqueles que não tiveram a mesma oportunidade.

Assim, retomou-se a proposta contida nas Orientações Curriculares Nacionais para o ensino médio (OCNem), de adequação dos pressupostos teóricos das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem em Sociologia dos jovens na educação escolar de nível médio, quando é necessário a associação entre as dimensões de caráter explicativo ou compreensivo; teórico e conceitual.

⁶ Segundo Biondillo, R. (2014), [...] o flâneur é um tipo que vive no limiar (Schwelle) entre o passado histórico – representado pelo tempo da tradição e da transmissão de experiências coletivas duradouras e compartilháveis – e o presente – representado pela vivência do choque, que marca o tempo moderno da imediatez, da repetição, da reprodução incessante e do consumo que transforma todas as coisas em mercadorias.

O entendimento sobre a socialização que se desenvolve no ciberespaço, e sua influência sobre a condição juvenil no processo de ensino e aprendizagem da escola tradicional foi obtido através de uma pesquisa de natureza exploratória, tendendo para a de natureza descritiva.

A partir do método qualitativo, numa perspectiva epistemológica da dialética histórico-estrutural que considera o movimento histórico como determinante das transformações e contradições sociais, analisou-se o fenômeno social com o intuito de encontrar o seu significado dentro de um contexto em que se procurou explicar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas desenvolvidas pelos jovens alunos na escola tradicional e no ciberespaço.

[...] A pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética, parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência de lei procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana. (TRIVIÑOS, p. 129, 1987)

No entanto, fez-se uso também da perspectiva teórica relacional bourdieusiana, pois segundo Pinto; Barbosa, (2020, p.1) “[...]as estruturas sociais são historicamente reproduzidas por meio das condutas individuais, como um círculo de interações onde agência e estrutura mutuamente se constroem e reconstroem. [...]”

Assim, através do contato direto com a situação estudada, focou-se no visível, mas, disposto a perceber as particularidades e os seus significados múltiplos, constatando-se a existência de opostos em constante transformação, isto se deve ao fato de que os jovens alunos têm em relação aos ambientes escolares de educação básica e ao ciberespaço, opiniões de que podem desenvolver as suas sociabilidades de tal forma que seja possível vivenciar a condição juvenil.

[...]Na perspectiva relacional não existe na totalidade uma realidade objetivamente fechada em si, e sim uma construção da realidade que se faz de maneira relativa a partir da posição ocupada no espaço social e simbólico, ambos dialeticamente interligados. A partir da posição ocupada no espaço social se forma o espaço simbólico, e essa relação é o que define o sentido da realidade percebida e codificada pelos agentes.” (DA SILVA, p 76-7)

O resultado da pesquisa contribuiu para conhecer o entendimento que o grupo de jovens alunos têm em relação aos ambientes escolares de educação básica e as suas opiniões sobre quais mudanças poderiam ocorrer naquele em que se encontram com mais intensidade para torná-lo um espaço de construção do conhecimento que valorize a condição juvenil. No entanto, percebeu-se não se tratar apenas de um espaço de construção do conhecimento, mas também de um ponto de encontro para o desenvolvimento de sociabilidades distintas daquelas relacionadas apenas ao processo de ensino e aprendizagem.

Tinha-se como hipótese que o ciberespaço influenciava o interesse e o desempenho dos jovens alunos em relação as atividades da escola de educação formal, pois se entendia que ela era um cenário pouco atrativo para os que se veem diante de práticas pedagógicas que podem gerar descontentamento, refletindo nos elevados índices de repetência e evasão.

Este aspecto foi notado nos dados sobre a educação no Brasil, eles demonstram que não há um índice de 100% de engajamento, pois a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) do IBGE, realizada no ano de 2018, divulgou que na rede pública paulista 6,7% dos jovens, em idade de frequentar o Ensino Médio, estavam fora da escola. No mesmo ano, o censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), constatou que 3,7% dos alunos do ensino médio da mesma rede abandonaram⁷ as suas escolas.

Os indicadores de fluxo e atraso escolar do INEP, referente ao ano de 2019, apresentaram uma taxa de 6,4% de alunos reprovados e 2,5% dos alunos abandonando as escolas no ensino médio.

Já no ano de 2022, os dados das pesquisas sobre a educação escolar no Brasil demonstraram que houve um número considerável de alunos que não se matricularam no ensino médio⁸ e um índice de 11% das crianças e

⁷O abandono ocorre quando um aluno que se matriculou no início do ano deixa de frequentar a escola a partir de um dado momento. Já a evasão ocorre quando o aluno que foi à escola em um ano deixa de se matricular no início do ano letivo seguinte. (Paes de Barros, 2017, p.20)

⁸Censo Escolar: Ensino Médio registra 347mil matrículas a menos em 2022. Jornal Folha de São Paulo, 16 set/2022, Disponível em:

adolescentes, entre 11 e 19 anos, fora da escola no Brasil⁹, dentre os motivos descritos pelos entrevistados por pararem de estudar se destacaram:

- Porque tem que trabalhar fora;
- Por não conseguir acompanhar as explicações ou atividades passadas pelos professores;
- Porque sente que a escola é desinteressante;
- Porque prefere fazer aulas e atividades remotas.

No entanto, é justamente neste contexto que o país se viu abalado pela pandemia da Covid-19, sendo necessárias medidas como a quarenta e o isolamento social que resultaram em escolas fechadas e na adoção do ensino remoto para o enfrentamento da crise sanitária.

Uma das medidas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi o replanejamento curricular para o período entre os anos de 2019 até 2022, o chamado “contínuo currículo”, instituído pelo PARECER CNE/CP nº: 6/2021 do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu que fossem repensados os critérios de promoção dos alunos, fato este que contribuiu para que as taxas de aprovação chegassem a 100%.

Entretanto, a situação não se refletiu nos principais índices sobre a educação no Brasil, o resultado do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)¹⁰ de 2021, divulgado pelo INEP, apontou a diminuição na média de aprendizagem em todas as séries avaliadas.

São duas fotografias bem diferentes da educação brasileira. Em 2019, vários indicadores educacionais já eram impactados por marcadores de desigualdades: regionalidade, gênero, cor/raça, deficiências, educação urbana *versus* educação rural/quilombola/indígena, entre outros. Em 2021, a fotografia mostra uma cena ampliada no que se refere às desigualdades, e

<https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/noticias/censo-escolar-ensino-medio-registra-347-mil-matriculas-a-menos-em-2022/345470.html> Acesso em: 11 dez.2022

⁹Onze por cento das crianças e adolescentes estão fora da escola no Brasil, aponta pesquisa do Unicef, Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/09/15/11percent-das-criancas-e-adolescentes-estao-fora-da-escola-no-brasil-aponta-pesquisa-do-unicef.ghtml> Acesso em 12 dez.2022

¹⁰Saeb é um conjunto de avaliações externas em larga escala que reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes do 2º, 5º, 9º ano do Ensino Fundamental e dos três anos do Ensino Médio.

acrescida de elementos que ferem ainda mais o direito à educação.
(ARTES, 2022)

Segundo Kuenzer (2010), a educação geral pública destinada aos jovens, principalmente trabalhadores, não tem apresentado qualidade social capaz de promover uma inclusão menos subordinada, ou seja, existe um distanciamento entre o discurso e a prática desenvolvida no processo de universalização do ensino médio no país que estaria impedindo que às quatro dimensões¹¹ da educação, consideradas pela autora indispensáveis para garantir este processo, pudessem se efetivar.

Neste sentido, a educação geral destinada aos jovens tende a representar um caráter meramente certificatório e não garante o cumprimento do direito à educação, principalmente aqueles que vivem do trabalho, de terem acesso, permanência e conclusão dos estudos na educação pública, permitindo a constatação de que esteja havendo um sucateamento do ensino médio.

No entanto, mesmo considerando a intensificação na utilização das TIC no espaço da escola tradicional de educação básica¹², não foi possível constatar nesse trabalho que esteja havendo influência das sociabilidades que os jovens alunos desenvolvem no ciberespaço sobre o interesse e o desempenho em relação à escola de educação formal e conseqüentemente nos índices de evasão e abandono, pois segundo o resultado da enquete que pode ser consultado no Capítulo 2, a utilização desses recursos no ambiente escolar melhora a educação, porém surgiram as questões se este fato tem contribuído para que os jovens alunos criem novas perspectivas em relação ao processo de socialização e como isso pode influenciar o

¹¹1-Ensino médio como parte integrante da educação básica, institucionalização do Sistema Nacional de Educação; 2-Universalização do acesso, sendo a educação mediadora do conhecimento, trabalho e cultura; 3-Garantia de permanência e conclusão dos estudos, com políticas públicas destinadas aos estudantes; 4-Qualidade social da educação básica que se encontra atrelada a uma dualidade estrutural expressa pelo antagonismo existente entre capital x trabalho.

¹²A Educação Básica pública do estado do Paraná foi uma das que mais investiram nas TIC, porém ficou no último lugar em índice do Ensino Médio no Censo Escolar 2022, Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/parana-e-o-ultimo-lugar-em-indice-do-ensino-medio-no-censo-escolar-2022/> Acesso em: 27 fev. 2023.

desenvolvimento da formação escolar?

Entretanto, destacou-se outro aspecto que também se relaciona com os elevados índices de repetência e evasão, trata-se da existência de sentidos e significados nos estudos que os jovens alunos desenvolvem no Ensino Médio da Educação Básica Escolar, reiterando que a escola enquanto instituição responsável por desenvolver o processo de socialização tem que se manter atrativa.

[...]os problemas que afetam essa etapa de ensino ainda são inúmeros. Dentre eles, um muito frequente, refere-se à queixa dos professores acerca da falta de interesse nos estudos, demonstrada pelos estudantes. Ao mesmo tempo, é comum ouvir dos estudantes que eles não sabem por que razão devem estudar todos aqueles conteúdos [...] recorreremos à compreensão da Psicologia Histórico-Cultural acerca da formação de sentidos pessoais e sua vinculação à atividade de estudo, na tentativa de estabelecer relações entre os sentidos dos estudantes e a postura que assumem frente aos estudos. (MELO, 2017. P.3)

O conceito de atividade de estudo, segundo Nuñez (2009), teve origem na abordagem histórico-cultural de Vigotsky que se aproximou da ideia de atividade ao definir o sentido e significado da palavra.

No entanto, foi somente com Leontiev que foi desenvolvida uma teoria da atividade, a partir da concepção de Karl Marx (1844), que pode ser entendida enquanto o processo de transformação criativa da natureza para criar um produto material ou imaterial, ou seja, a possibilidade de se obter o novo e desconhecido.

Nesta fase, Leontiev entendia como necessário definir o conteúdo que os componentes necessidades, motivos, objetivos, condições e meios de seu alcance, ações e operações apresentavam na atividade humana.

A partir da década de 1950, Davidov (1999), retomou os estudos sobre atividade e desenvolveu a Atividade de estudo com as seguintes características:

- Conceito de atividade e seus componentes
- Os componentes têm conteúdo de objeto específico
- Possui princípio criativo e transformador

Desta forma, desenvolveu-se a possibilidade de autotransformação do sujeito por meio do pensamento teórico, tendo como conteúdo esse

próprio tipo de pensamento e a formação de conceitos, ações mentais e princípios de ação, a partir de uma estrutura objetiva composta por tarefa de estudo, ações de estudo, controle e avaliação.

A assimilação da Atividade de Estudo pode se realizar pela existência de necessidade e motivação interior dos jovens alunos, pois, permite que o material seja estudado com base nas relações externas e essenciais do convívio em sociedade, dialeticamente requer o conhecimento das interligações entre o essencial e o geral, e, entre o particular e o teórico.

Assim, por meio da tarefa de estudo, objetivo da Atividade de Estudo, é possível constituir o domínio do modo de ação e dos fundamentos teóricos (princípios de ação), pois ao exigir a experimentação com o objeto de estudo, pode-se obter conhecimento, isto permite reproduzir o processo de surgimento da informação do próprio conhecimento sobre o material.

No entanto, a tarefa de estudo da Atividade de Estudo não resulta em mudanças no objeto operado, mas no sujeito com a sua autotransformação com novos modos de ação expressos por meio dos conceitos que podem ser apropriados pelos jovens alunos e permitem compreender um sistema de relações universais.

Assim, Melo (2017), em um estudo empírico que objetivou investigar quais os sentidos do ensino médio para os estudantes desse nível de ensino que contou com a participação de 8 jovens alunos da rede pública de ensino do estado do Paraná, constatou-se nos dados obtidos a ausência de sentidos vinculados as atividades escolares, pois os estudantes não atribuíram valor à aprendizagem.

Nas entrevistas realizadas os jovens alunos descreveram como principais fatores motivacionais para frequentarem o ensino médio os que se relacionavam as relações pessoais e as expectativas de sucesso com o futuro profissional. No entanto, segundo Melo (2017, p.6), houve três participantes que associaram o significado do ensino médio com a aquisição de conhecimentos “[...] conforme a Psicologia Histórico-Cultural, se vincula à verdadeira função da escola, que é a transmissão, às novas gerações, do saber produzido pela humanidade ao longo de sua história [...]”.

Ao serem questionados sobre a importância do que se aprende no ensino médio para a vida de cada um, constatou-se que a maioria dos entrevistados não tinha clareza sobre o sentido existente, associando os conteúdos aprendidos com a possibilidade de utilização prática na vida cotidiana, ou seja, pode-se afirmar que não houve a prática de um ensino desenvolvimental e tampouco uma atividade de estudo que permitisse a apropriação do conhecimento, limitando-se a um ensino mecânico e sem sentido, o que pode dificultar o desenvolvimento de interesse dos jovens alunos em aprender.

Portanto, o sentido de cursar o ensino médio não é se apropriar de conhecimentos e a partir deles promover uma complexificação do seu pensamento, mas sim cumprir com as tarefas exigidas pela escola e conquistar o diploma desse nível de ensino, o qual tanto pode servir para cumprir uma exigência para uma vaga de trabalho, quanto para ingressar no ensino superior. (MELO, 2017, p.7)

Neste sentido, considerando a necessidade em manter a escola na modalidade tradicional atraente para os jovens alunos, foi proposta a discussão sobre práticas didáticas para o ensino de Sociologia, por exemplo, as que visem a emancipação e os considerem enquanto cidadãos que exerçam de fato o direito à educação, conforme às quatro dimensões descritas por Kuenzer (2010).

Assim, a utilização da Pedagogia Histórico-Crítica que também se propõe a desenvolver um ensino que tenha significação aos jovens alunos, tornando-os sujeitos do ato educativo, pode fortalecer o vínculo existente entre os atores sociais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da educação básica escolar.

Saviani (2007), a partir de 1982, iniciou o desenvolvimento da Pedagogia Histórico-Crítica (teoria sobre a educação) – cujo objetivo era o de “compreender e explicar o modo de funcionamento da educação e não orientar a forma de realização da prática educativa”.

No entanto, Gasparin (2012) desenvolveu uma didática para essa teoria com o intuito de aproximar do dia a dia do processo de ensino e aprendizagem da educação básica escolar.

Considerando a situação na sociedade brasileira, em que o Estado lança mão de jargões como aprender a aprender, imputando ao indivíduo toda a responsabilidade por sua sobrevivência, sucesso ou insucesso, tal proposta pode representar um instrumento para que a instituição escola se mantenha atraente e útil, desenvolvendo conteúdos curriculares que tenham sentido para os jovens estudantes e contribuam no combate à evasão e na melhoria do desempenho escolar.

Como as ideias pedagógicas da escola nova e do construtivismo continuam sendo predominantes no contexto educacional – embora com nova roupagem, o neoescolanovismo e o neoconstrutivismo, como define Saviani (2008) –, essa concepção está em plena vigência, sendo cada vez mais atribuída aos indivíduos a responsabilidade por seu sucesso, pois cabe a eles aproveitarem as oportunidades e alcançarem essa vitória. (MELO, 2017, p.6)

Assim, entendeu-se que o desenvolvimento de uma sequência didática com base na Pedagogia Histórico-Crítica que reconheçam o estudante como protagonista e sujeito deste processo, pode contribuir para minimizar os problemas descritos que tem sido constatados no espaço escolar da educação básica.

O texto da dissertação se encontra estruturado, além da introdução, em três capítulos e nas considerações finais. Na seção introdutória constam alguns aspectos sobre a condição juvenil, o ciberespaço e dados sobre a educação básica no Brasil.

No capítulo 1 “UMA CIÊNCIA PARA COMPREENDER O MUNDO INDUSTRIAL CAPITALISTA”, constam aspectos relacionados ao contexto histórico de surgimento da Sociologia, destacando-se algumas das novas demandas sociais surgidas com a transição entre o período feudal e o mundo industrial capitalista. Destaca-se, ainda, o desenvolvimento da disciplina de Sociologia que resultou na sua obrigatoriedade no currículo do Ensino Médio e a sua presença nos debates em torno de uma Pedagogia que não se limite a lógica do modo de produção. Também é proposta uma reflexão sobre os aspectos relacionados as transformações no mundo do trabalho e o papel que o Ensino de Sociologia tem para lidar com o tema.

No capítulo 2 “SOCIABILIDADES JUVENIS NO SÉCULO XXI”, a noção de condição juvenil é apresentada com base em pesquisas de autores que se dedicam ao tema e a questão de como se desenvolvem as novas sociabilidades mediadas pelas TIC no ciberespaço é discutida em paralelo com a apresentação dos dados obtidos com a enquete. Destaca-se, ainda, o papel do ensino de Sociologia no Ensino Médio diante do grande fluxo de informações que é disponibilizado no ciberespaço, buscando-se uma discussão sobre a diferenciação entre informação e conhecimento a partir do poder da narrativa, objeto de estudos por parte de Walter Benjamin (1994), em paralelo com a importância dos fatos da vida cotidiana, analisados por Souza Martins (1998), com o intuito de contribuir no desenvolvimento de práticas que proporcionem o distanciamento do senso comum e da desnaturalização dos fatos existentes na sociedade.

No capítulo 3 “UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA”, é apresentado um exemplo de utilização da Pedagogia Histórico-Crítica para o desenvolvimento de uma proposta de Sequência Didática sobre o tema “Mundo do Trabalho” nas aulas de Sociologia no Ensino Médio, pois o tema faz parte do currículo oficial no Brasil e poderá contribuir com o debate sobre práticas didáticas que tenham como um dos objetivos a reaproximação dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Em “CONSIDERAÇÕES FINAIS” é destacado o caráter exploratório da pesquisa, o papel da informação no contexto da cultura de massa e algumas observações sobre dados obtidos com o questionário que visava conhecer alguns dos hábitos dos jovens alunos ao desenvolverem as sociabilidades na escola tradicional e no ciberespaço e como esse fator pode estar relacionado com os índices de desempenho e evasão escolar.

Capítulo 1: UMA CIÊNCIA PARA COMPREENDER O MUNDO INDUSTRIAL CAPITALISTA

Em um contexto em que as sociedades foram apresentadas às grandes novidades proporcionadas pelo desenvolvimento das ciências, principalmente daquelas vinculadas ao iluminismo, movimento cultural europeu ocorrido entre o final do século XVII e segunda metade do século XVIII, cujos objetivos eram proporcionar transformações políticas, econômicas e sociais que refletissem o conhecimento racional e o rompimento com a antiga estrutura medieval marcada pelo predomínio do pensamento religioso.

Com isso, cresceu a oposição ao poder existente no Estado Absolutista que impedia a participação política dos cidadãos e que resultou, por exemplo, em reivindicações que propunham o predomínio constitucional, a laicidade e o sufrágio universal.

Tinham a pretensão de desenvolverem uma estrutura econômica que representasse o progresso e se distanciasse do mercantilismo, tratava-se do capitalismo que almejava um sistema mais livre, racional e justo, onde a mobilidade social poderia ocorrer ao contrário da estrutura estamental.

O fato de proporem liberdade política, econômica e religiosa de todos perante a lei, teve grande importância para acontecimentos como a Revolução Industrial iniciada na segunda metade do século XVIII e a Revolução Francesa ocorrida no mesmo século, em 1789, que podem ser considerados como a expressão desse período de transição entre o feudalismo, tipo de organização social hierarquizada e com direitos restritos, e o capitalismo, cuja estrutura social se organizou com base nos direitos naturais do ser humano, tais como a liberdade, igualdade e propriedade.

Dentre as muitas transformações ocorridas, destacou-se o modo de produção capitalista que proporcionou o modo de vida urbano. Tais mudanças eram recebidas com naturalidade pela população, pois não havia muitas opções para se manter. Em outras palavras, para os indivíduos que formavam a mão de obra da nova sociedade industrial, restava muito pouco

ou apenas a possibilidade de se adaptarem ao novo cotidiano.

No entanto, conforme Hobsbawm (1992, p.217), "Dizer que os novos migrantes chegaram, ou que novas gerações então nasceram num mundo de indústria e tecnologia é bastante óbvio, mas não muito esclarecedor em si. Que tipo de mundo era este?", o processo que resultou nesse tipo de organização social teve início a partir do desenvolvimento de um mercado comercial agrícola destinado a suprir a demanda de alimentos e matéria-prima para as cidades e indústrias que cresciam e se multiplicavam rapidamente impulsionadas pelas novas tecnologias, principalmente as ferrovias movidas a vapor, máquinas para a indústria têxtil e o telégrafo.

Para o capitalismo, a terra era um fator de produção e uma mercadoria peculiar apenas pela sua imobilidade e quantidade limitada, embora, como tenha ocorrido, as grandes aberturas de novas terras deste período fizeram com que estas limitações parecessem aparentemente insignificantes para a época. O problema do que fazer com aqueles que detinham este "monopólio natural", portanto mantendo uma espécie de pedágio sobre o resto da economia, parecia relativamente superável. A agricultura era uma "indústria" como qualquer outra, para ser conduzida por princípios de obtenção de lucro, o fazendeiro um empresário. O mundo rural como um todo era um mercado, uma fonte de trabalho, uma fonte de capital. (HOBSBAWM, 1992, p.192)

O campesinato, que pode ser considerado como o resultado de empreendimentos agrários anteriores relacionados ao escravismo clássico, vigente até o século XI e do estado servil, que gradativamente foi deixando de existir, produzia para o consumo próprio de forma não capitalista e enfrentava uma concorrência desvantajosa com grandes fazendeiros que praticavam a venda de uma grande parte da sua produção agrícola para o mercado.

O fenômeno relacionado ao processo de nacionalização, caracterizado pelo crescimento das escolas primárias e pela política e administração pública, contribuiu para a perda da posse e da identificação com as atividades relacionadas à terra.

Nesse contexto, desenvolveu-se um grande fluxo de camponeses para as cidades em busca de garantir a sobrevivência, durante o século XIX o campo vivenciou uma modernização em que ganhou destaque a migração de mulheres camponesas com o intuito de fazerem trabalhos domésticos

para membros das classes médias urbanas, tendo grande importância para assimilarem e difundirem a nova cultura burguesa, porém esse fenômeno não se limitava às mulheres e tampouco ao próprio país de origem.

“[...] o êxodo rural em direção às cidades, a migração entre regiões e de cidade para cidade, o cruzamento de oceanos e a penetração em zonas de fronteiras, todo este fluxo de homens e mulheres movendo-se em todas as direções [...]”. (HOBBSAWM, 1992, p.203)

No entanto, a grande concentração de pessoas nas cidades vai aumentando em paralelo com o surgimento de novos empreendimentos capitalistas, fazendo com que uma nova configuração social se estabelecesse com base nas fábricas, empregadores e proletários, ou seja, o desenvolvimento industrial caminhou a passos longos e apresentou um crescimento extraordinário no número de trabalhadores em atividade nas principais fábricas da Alemanha e França, alcançando em cada uma delas a média aproximada de 12 mil postos de trabalho nos primeiros anos da década de 1870.

Esse fenômeno se desenvolveu em paralelo com o formato de ocupação e divisão do espaço urbano, sendo organizado com base na categoria de atividade realizada pelo habitante ou no seu status social, ou seja, para os membros das classes menos favorecidas eram reservados os espaços desprovidos de serviços, isso pode ser notado inclusive no Brasil que vivenciou um percurso diferente dos países europeus, mas teve como exemplo desse processo a cidade do Rio de Janeiro, pois, conforme Chalhoub (1990), a partir dos anos de 1850, teve a proliferação de cortiços devido ao fluxo de imigrantes portugueses e ao grande número de alforrias obtidas pelos escravos, sendo seus moradores considerados como parte de uma classe perigosa e discriminados pela sociedade.

Paradoxalmente, tanto mais a classe média crescia e florescia, drenando recursos para seu próprio sistema habitacional, escritórios, lojas que eram tão características do desenvolvimento da época e seus prestigiosos edifícios, relativamente menos recursos eram dedicados aos bairros da classe operária, exceto nas formas mais gerais de despesas públicas – ruas, esgotos, iluminação e utilidades públicas. A única forma de empresa privada (incluindo construção) que se dirigia basicamente ao mercado de massa, exceção feita ao mercado e pequena loja era a taverna – que transformou-se no elaborado *gin-palace* da Inglaterra das décadas de 1860 e 1870 – e seu corolário, o teatro e o *music-hall*. Pois, na

medida em que as pessoas se tornavam urbanizadas, as antigas tradições e práticas que haviam trazido do campo ou da cidade pré-industrial tornavam-se irrelevantes ou impraticáveis. (HOBSBAWM, 1992, p.221)

Com isso, os pensadores das mais diferentes áreas científicas e, em especial da Sociologia, se propuseram a compreender o que realmente estava acontecendo.

A ideia de progresso, em geral associada ao Iluminismo, se constituía de dois ramos distintos, porém relacionados entre si. Em primeiro lugar, havia as variações sobre o tema do aperfeiçoamento humano como fenômeno essencialmente cultural e político, a ascensão da razão e da liberdade. Em segundo, uma espécie de materialismo que representava a história como estágios na evolução dos "modos de subsistência", e, especificamente, o amadurecimento da "sociedade comercial", o último estágio e o mais perfeito. Os dois ramos se uniram por uma concepção de progresso técnico no qual o desenvolvimento da mente humana se manifestava no aperfeiçoamento das técnicas de provisão da subsistência material, não apenas o aperfeiçoamento dos instrumentos de produção, mas acima de tudo uma divisão de trabalho cada vez mais refinada, entre cidade e campo, entre as profissões especializadas e, por fim, no interior do próprio local de trabalho. Essas melhorias materiais foram acompanhadas, no plano cultural, por uma racionalidade crescente, pelo declínio da superstição e, no plano político, pelo avanço da liberdade. (WOOD, 2010, p. 129)

Neste sentido, Max Weber (1864-1920), responsável pela Sociologia compreensiva, é considerado um dos principais intelectuais do contexto social do final do século XIX e início do XX. No entanto, mesmo compartilhando dos ideais de razão e liberdade, ele via o progresso capitalista de maneira ambígua, isso se tornou possível por meio do conceito de tipos ideais, visto que, embora proporcionasse prosperidade material em conjunto com a liberdade e democracia liberal, gerava um processo de racionalização e a diminuição da liberdade devido ao crescimento da centralização política no Estado Alemão.

O exercício do direito à liberdade dos indivíduos no tipo de estrutura social capitalista foi analisado por Weber a partir do conceito de ação social, evidenciando o fato que a sociedade não é estática, pois seus membros agem segundo os seus objetivos com base em ideias, crenças e valores, e também foi possível o desenvolvimento de outro conceito para analisar a interação entre dominadores e dominados e como se estabelece a

submissão na sociedade capitalista, trata-se da dominação¹³.

Outro pensador importante que também se inspirou nas ideias iluministas foi Karl Marx (1818-1883), mas o seu entendimento sobre o capitalismo se apresentou divergente de Weber, Marx substituiu a teleologia hegeliana por uma visão de processo histórico da humanidade que possibilitaria a transformação deste tipo de sociedade e a retomada da emancipação humana¹⁴ com a superação da dicotomia existente entre o indivíduo membro da sociedade política e o efetivo exercício dos direitos de cidadão.

Podendo ser considerado um dos mais atuantes críticos da sociedade capitalista, desenvolveu a partir do materialismo histórico os conceitos como classe social, lutas sociais e mais-valia¹⁵, que tornaram possível evidenciar o caráter contraditório existente entre os detentores dos meios de produção, a burguesia, e aqueles que possuíam a sua própria força de trabalho para ser vendida em troca de salário, o proletariado, ou seja, representaram o direcionamento político daqueles que se encontravam em situação desfavorável diante das transformações proporcionadas pelo novo sistema.

Neste sentido, essa categoria de análise mostrava que o discurso de uma sociedade organizada com base nos direitos individuais do ser humano, se perdia na prática cotidiana, limitando a liberdade, igualdade e acesso aos bens essenciais para exercício destes direitos.

Enquanto resposta intelectual à “crise social” de seu tempo, os primeiros sociólogos irão revalorizar determinadas instituições que, segundo eles, desempenham papéis fundamentais na integração e

¹³Os tipos de dominação legal, carismática e tradicional, significam a forma como se manifesta e se reconhece o poder existente numa dada sociedade.

¹⁴ A emancipação humana, na perspectiva de Marx, representa a superação do idealismo hegeliano e das limitações encontradas pela revolução burguesa na França, impedindo que a servidão fosse superada, ou seja, “[...] O cérebro desta emancipação é a filosofia; seu coração, o proletariado. A filosofia não pode se realizar sem a extinção do proletariado, nem o proletariado pode ser abolido sem a realização da filosofia. [...]”. (Marx apud Weffort, F., 2006, p.252).

¹⁵ Conceitos que representam o desenvolvimento da consciência de classe e a superação da sociedade organizada com base no modo de produção capitalista, por exemplo, a classe social, entendida como a existência de dois grupos, sendo o primeiro o proletariado, que detém apenas a sua força de trabalho, vendida em troca de salário, e o segundo a burguesia, detentora dos meios de produção, capital, máquinas, matéria prima.

na coesão da vida social. A jovem ciência assumia como tarefa intelectual repensar o problema da ordem social, enfatizando a importância de instituições como a autoridade, a família, a hierarquia social e destacando a sua importância teórica para o estudo da sociedade. (MARTINS, 2006, p.30)

A ideia de progresso capitalista, enquanto força capaz de impulsionar o desenvolvimento da humanidade, também se tornou objeto de estudo da vertente teórica positivista, representada por Auguste Comte (1798-1857) e, principalmente por seu discípulo direto Emile Durkheim (1858-1917), considerado o primeiro a desenvolver um método sociológico para compreender essa nova sociedade, porém ao contrário de Karl Marx, Durkheim (1999), não entendia o progresso capitalista como fonte de conflitos de interesses, mas sobretudo como responsável pela coesão entre os indivíduos por meio da solidariedade, conceito desenvolvido por ele a partir da divisão do trabalho existente, sendo dividido em dois tipos, o primeiro é o da solidariedade mecânica para se referir às sociedades menos desenvolvidas, já o segundo, refere-se às sociedades em que o capitalismo industrial já estava desenvolvido.

Durkheim desenvolveu também o conceito de fatos sociais para descrever as maneiras de agir, de pensar e de sentir como coisas exteriores aos indivíduos e capazes de exercerem um poder coercitivo sobre estes, funcionando como uma consciência coletiva que se impõe sobre todos por um conjunto formado pelo direito, instituições e crenças, ou seja, Durkheim (2011), via a educação e a moral como fatos sociais que podiam ser observados, descritos e classificados, gerando leis gerais que os explicassem, podendo ser assim considerados como instrumentos indispensáveis para a manutenção desse tipo de sociedade industrial capitalista.

Assim, a educação é tida como expressão de um tipo específico de sociedade e do tipo de homem civilizado que se deseja desenvolver, ou seja, resulta de um determinado contexto social, no que lhe concerne, se encontra organizado em um conjunto de fatos morais.

[...] Quando se estuda historicamente a maneira como os sistemas de educação se formaram e se desenvolveram, percebe-se que eles sempre dependeram da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, do estado, da indústria, etc. (DURKHEIM, 2011, p.48)

Considerando-se o aumento das atividades profissionais especializadas que expressavam o aumento da diversidade social, a questão da homogeneidade que a educação poderia produzir numa dada sociedade, se tornou emblemática por requerer práticas que proporcionassem nas crianças francesas daquela época o mínimo de consenso no compartilhamento de valores exigidos pela vida coletiva, pois, tornou-se necessário nesse processo a mediação da educação, principalmente organizada pelo Estado, para que houvesse a manifestação do ser individual em paralelo com o ser social.

[...]é preciso que a educação estabeleça uma comunhão de ideias e sentimentos suficiente entre os cidadãos, comunhão sem a qual qualquer sociedade é impossível; e, para que possa produzir este resultado, a educação não pode ficar totalmente à mercê das arbitrárias vontades individuais. (DURKHEIM, 2011, p.63)

Este aspecto apresenta uma categoria de entendimento que estava se formando em relação à educação para a sociedade industrial capitalista, tornar possível a existência de um cidadão e trabalhador que vislumbrasse os benefícios da ciência e fosse comprometido com as regras e os valores que se entendia coletivamente como necessários para aquele contexto social.

No Brasil, essa preocupação também se fez presente por meio da atuação do Sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995), que apesar de não ser diretamente ligado a área pedagógica, utilizou-se de sua experiência como docente do Ensino Superior para desenvolver conceitos que refletissem os fenômenos educativos, ou seja, desde o seu artigo "A educação no interior do Brasil", publicado em 1946 no Jornal Folha de São Paulo, deixou claro o seu entendimento de que sem um sistema de ensino reorganizado com base nas reais necessidades da população o país não romperia com a sua estrutura sociopolítica excludente e antidemocrática.

Podendo ser considerado como nitidamente influenciado pelas ideias contidas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, entendia que o Estado deveria proporcionar as condições para que a escola pública pudesse cumprir a sua função social no processo de reconstrução do país, concepção que, de certa maneira, manteve-se compromissado durante toda a sua vida, um exemplo disso é quando publicou um trabalho durante o Simpósio de Problemas Educacionais, realizado no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, em setembro de 1959, intitulado "A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada", retomando o embate existente na relação da ciência com a educação, mais especificamente o papel que filósofos e sociólogos, em detrimento dos demais cientistas, teriam junto ao desenvolvimento pedagógico no país.

O conceito de educação prescinde de qualquer clarificação. Existe um consenso mínimo substancial entre educadores e cientistas sociais sobre o que ela significa, tanto para a organização da experiência e o desenvolvimento da personalidade quanto para a sobrevivência e o funcionamento normal das coletividades humanas. (FERNANDES, 2005, p.130)

Isso remete ao fato de que a sociedade brasileira vivenciava uma situação de instabilidade social em que as ciências sociais despontavam como uma opção para o desenvolvimento de um conhecimento que pudesse contribuir na superação dos problemas encontrados, o que pode ser notado quando por ocasião da elaboração do projeto da LDB em 1948, finalizado e transformado em Lei apenas em 1961, ocorreu um impasse representado pela fragmentação política-ideológica, não alcançando um consenso sobre o tipo de escola pública que deveria existir.

Conforme Saviani (1996), as propostas giravam em torno de eixos distintos, e mesmo entre os que representavam os ideais liberais, havia a separação entre os pragmatistas e os idealistas. Compunha ainda o grupo dos defensores da escola pública, os socialistas dos quais Florestan Fernandes compartilhava da proposta, porém também havia aqueles que eram contrários à ideia da educação ter que ser mantida pelo Estado, sendo favoráveis à escola particular.

Assim, percebeu-se nesse contexto que a educação não se encontra isolada das demais esferas sociais, pois a sociedade brasileira vivenciava um período conturbado pelas transformações socioeconômicas, por exemplo, a substituição de uma estrutura de latifúndio para uma economia de bens de capital em substituição às importações; o plano de metas no governo de JK focado em cinco setores: transporte, energia, alimentação, educação e indústria de base; a proposta de superar a fome com a reforma agrária no governo Jango, que podem ser consideradas reformas de base indesejáveis para os setores conservadores que articulavam uma política golpista realizada por civis e militares que se organizaram, em muitos momentos, principalmente a partir de 1961, para realizar o Golpe de Estado em 1964.

Um outro exemplo de que os debates sobre a educação não se limitaram aos pedagogos, pode ser notado nas décadas de 60 e 70, quando o discurso com base em abordagens teóricas que iam de Foucault aos marxistas althusserianos, viam a educação como instrumento de legitimação da ordem social e de disciplinamento, ou seja, predominava a preocupação sobre os processos de integração dos indivíduos nas relações sociais.

Entretanto, segundo Arroyo (1999), não foi possível até o final da década de 90, transformar de fato as práticas educativas, pois a educação escolar se manteve responsável por adequar os trabalhadores as novas demandas do modo de produção capitalista, especificamente socializar, inculcar e reproduzir os novos paradigmas econômicos, sociais e culturais.

Até mesmo as teorias críticas, inspiradas em Karl Marx, que objetivavam, dentre outros, a conscientização, resistência e emancipação através da ação transformadora da realidade, foram consideradas insuficientes por se limitarem aos aspectos econômicos do local do trabalho e do conhecimento técnico e científico do trabalho.

Ao enfatizarem a dimensão econômica em paralelo com um modelo de conhecimento/currículo cognitivista, realista e racionalista, obtiveram um entendimento de que o trabalho é alienado e a educação capitalista

reforça tal fato, ou seja, o fato de não abrangerem as dimensões culturais desse processo, dificultou o desenvolvimento de análises sobre a relação entre educação e trabalho que relativizassem as diferenças num contexto em que a esfera da cultura ganhou destaque.

Essa situação podia ser alterada por meio de um currículo , conforme (Silva, 1999), que estabelecesse uma formação que englobasse as dimensões subjetivas e identitárias da cultura, esse processo se estabeleceu, também pela maneira como os indivíduos percebiam e se relacionavam com o consumo de bens materiais e simbólicos, ou seja, que tornava possível a formação de um trabalhador completo que não se contentava com os resultados que tornavam as atividades profissionais cada vez mais precarizadas, tornando-se lúcido em sua realidade por meio de uma visão crítica e abrangente sobre a organização do trabalho na sociedade capitalista.

Assim, o desenvolvimento das teorias pós-críticas permitiu que a análise da relação educação e trabalho fosse elaborada a partir de uma proposta de currículo que abrangesse os aspectos culturais, por exemplo, de identidade, diferença, significação, poder e multiculturalismo.

[...] com as teorias críticas que pela primeira vez aprendemos que o currículo é uma construção social [...] Ele é resultado de um processo histórico. [...] através de processos de disputa e conflito social, certas formas curriculares- e não outras - tornaram-se consolidadas como o currículo. [...] teorias pós-críticas ampliam e, ao mesmo tempo, modificam aquilo que as teorias críticas nos ensinaram [...] o currículo não pode ser compreendido sem uma análise das relações de poder [...] espalhado por toda a rede social. (SILVA, 2005, p. 147-148)

Este entendimento foi notado em Arroyo (1999), ao enfatizar a existência de outro tipo de educação escolar, distinta daquela em que as relações de produção predominavam na elaboração de uma proposta pedagógica, que se propunha a formar indivíduos enquanto sujeitos sociais e coletivos para serem cidadãos, trabalhadores, pai/mãe, consumidor, ou seja, uma educação para a vida em sociedade.

Portanto, é de grande importância a análise em que não se absolutiza as relações sociais de produção, pois nelas os trabalhadores não são vistos

a partir das suas particularidades identitárias, mas como classe social cuja história e cultura se apresentam fracamente e com dificuldades para resistir aos tipos de capitais (Bourdieu; Passeron, 1992), que se desenvolvem no ambiente da educação escolar, espaço esse que reproduz as relações de poder através dos seus meios de controle e empoderamento, onde tende a predominar o capital cultural daqueles que os adquiriram com o favorecimento de seu capital econômico que se transformava em um diferencial social.

Assim como Durkheim (2011) e Fernandes (2005), que não desenvolveram um método pedagógico, mas suas ideias ajudaram a compreender o significado social da educação, Saviani (2007, p.396) a partir de 1982, iniciou o desenvolvimento da Pedagogia Histórico-Crítica (teoria sobre a educação) – cujo objetivo era o de “[...] compreender e explicar o modo de funcionamento da educação e não orientar a forma de realização da prática educativa [...]”.

Seus estudos sobre o desenvolvimento das ideias pedagógicas no Brasil, permitiram que a partir do ano 1969, pudesse desenvolver a configuração da concepção pedagógica produtivista, representada pela visão tecnicista, escola nova e crítico-reprodutivista, que objetivava “[...]fazer a crítica da educação dominante, pondo em evidência as funções reais da política educacional, que, entretanto, eram acobertadas pelo discurso-político-pedagógico oficial[...]” (SAVIANI, 2007, p. 392).

Sobre o período entre os anos de 1980 até 1991, destacou o surgimento de um movimento que tinha como objetivo o desenvolvimento de novas propostas pedagógicas contra hegemônicas, dentre elas se destaca a Pedagogia Histórico-crítica, como alternativa às práticas escolares instituídas.

Entretanto, com a transição do Fordismo para o Toyotismo¹⁶, os ideais neoliberais contaram conforme Saviani (2007), com a contribuição do

¹⁶ Modo de produção, desenvolvido no Japão na década de 1970, que propunha a produção de mercadorias no tempo certo, just-in-time, modelo flexível que combina os sistemas de fornecimento de matérias-primas, de produção e de venda.

neoprodutivismo que apresentava como um dos seus objetivos a formação escolar a partir das competências e do saber-fazer, ajustando o aluno/trabalhador ao modelo produtivo existente, podendo ser considerado uma releitura das antigas propostas pedagógicas de tipo escola nova, tradicional e tecnicista que a partir do ano de 1970, sob influência da teoria do Capital Humano vislumbrava a educação como instrumento capaz de tornar as pessoas mais produtivas, aumentando seus salários e contribuindo com o progresso econômico.

Não obstante, mantiveram-se análises críticas e focos de resistência à orientação dominante na política educacional, que tendem a se fortalecer, neste novo século, à medida que os problemas se agravam e as contradições se aprofundam, evidenciando a necessidade de mudanças sociais mais profundas. Nesse contexto, seria bem-vinda a reorganização do movimento dos educadores que permitisse, a par do aprofundamento da análise da situação, arregimentar forças para uma grande mobilização nacional capaz de traduzir em propostas concretas a defesa de uma educação pública de qualidade acessível a toda a população brasileira. (SAVIANI, 2007, p.451)

Desta forma, a Sociologia em conjunto com a Psicologia e a Pedagogia, encontram-se em constante debate para que se estabeleça um consenso mínimo sobre a educação que se pretende no Brasil, para tanto se torna indispensável a participação das instituições clássicas de socialização e do próprio Estado no sentido que sejam estabelecidas e garantidas as políticas públicas relacionadas à Educação Básica.

Com isso, diante desse cenário, a própria disciplina de Sociologia no Ensino Médio pode ser considerada importante para o desenvolvimento de um conhecimento que resulte da desnaturalização do olhar sobre os fenômenos sociais, podendo ser compartilhado pelos jovens alunos nos ambientes em que se socializam, fato esse que pode contribuir para a existência de um debate mais consistente e participativo em torno de melhorias na Educação Básica.

1.1 A Importância do ensino de sociologia na educação brasileira

A proposta de inclusão da Sociologia como disciplina na educação brasileira remete ao final do século XIX.

[...]a data definida como começo da história do ensino de Sociologia era 1891, a passagem de Benjamim Constant pelo Ministério da Instrução Pública durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca, nos primeiros anos da República. Mas a Reforma Benjamim Constant, que entre outras coisas tornava obrigatório o ensino da disciplina, nem chegou a vingar devido a desentendimentos entre o autor e o marechal-presidente, morrendo o ministro pouco depois de se iniciar o governo constitucional do qual nem fez parte. Por outro lado, o alcance da obrigatoriedade não ultrapassava a sede do governo, o Distrito Federal (Avellar, 1976), a cidade do Rio de Janeiro e o Colégio de Pedro II, pois a legislação federal, no caso – instrução pública –, se restringia a instituições federais, tendo em vista a quase absoluta autonomia dos Estados. [...] Independentemente disso, o avanço das pesquisas sobre o tema acabou levando a retroceder ainda um pouco mais a data. Rui Barbosa e os "Pareceres" de 1882-83 passaram a redefinir o início da presença da Sociologia na educação brasileira. (MORAES, 2011, p. 360)

Acontecimentos ocorridos no continente europeu, como a Revolução Francesa ocorrida em 1789, síntese dos novos tempos e de uma proposta de cidadania pautada nos direitos necessários e condizentes com a sociedade que vivenciava um processo histórico que culminou na consolidação do modo de produção capitalista, tiveram influência sobre a sociedade brasileira que atravessava um momento de transição sociopolítica em direção à Primeira República, ocorrida em 1889, modelo que tornava mais do que necessário um projeto consistente de educação popular.

Nesse contexto, segundo Alonso (2000), ao analisar o desenvolvimento intelectual oitocentista no Brasil, constatou-se que foi desenvolvido um pensamento que tinha influência dos principais intelectuais europeus, com destaque para as ideias da corrente positivista representada por Comte, porém esse movimento não conseguiu fazer uma releitura da produção imperial que pudesse explicar de maneira satisfatória a crise existente e tampouco alcançar o objetivo a que se propunha de desenvolver uma filosofia propriamente nacional.

Entretanto, a existência de incompatibilidade entre as teorias europeias importadas e as condições históricas nacionais, não impediu o surgimento de estudos que apresentavam as particularidades brasileiras à luz do pensamento europeu, por exemplo, o livro *Filosofia no Brasil* de Silvio Romero (1878), que destacava, dentre outros, o fato do pensamento teológico, representado principalmente pela corrente escolástica da Filosofia, ter se mantido no meio intelectual e dificultado o desenvolvimento de uma filosofia própria do Brasil, o que contribuiu para aprofundar o debate sobre outras questões que se tornaram presentes no cenário nacional, uma delas, a existência de intelectuais que, devido as suas experiências em outros países que conviviam em situações semelhantes ao nosso, puderam realizar análises comparativas que fortaleciam o apoio à laicidade na sociedade, e também ao fato de existir a oposição nos ideais do liberalismo entre o grupo simpático ao sistema estamental e aquele que se propunha a desenvolver uma proposta republicana.

Desde a proposta de reforma na educação realizada durante o período, entre o ano de 1871 e 1875, em que Visconde do Rio Branco foi presidente do Conselho de Ministros do Império do Brasil, que segundo Alonso (2000, p.54) “[...] ampliou a população com acesso à educação superior no império. [...] a condição para a formação da opinião pública essencial ao verdadeiro regime representativo era a educação do povo e a civilização da elite. [...]”, porém, mesmo com a abertura de novas escolas normais e cursos destinados à formação de professores, não se obteve um resultado considerado significativo por seus opositores, além de ter sido interrompida ao final do seu governo.

No entanto, pode-se considerar esse fato como o início de um processo para a realização de um projeto consistente de educação popular, reiterado, por exemplo, pela abertura de novas escolas particulares pelo grupo dos cafeicultores paulistas que propuseram um ensino divergente do imperial.

[...] O colégio Culto a Ciência de Campinas é o carro chefe e dá a medida do espírito que animava a iniciativa: reformado em 1874, visava substituir a formação "literária e bacharelesca" imperial pelo saber científico e laico, recorrendo a novos métodos de ensino. (MORAES, 1981 apud ALONSO, 2000, p.107-8)

Com isso, propagavam as suas ideias e desenvolviam uma educação técnica e profissionalizante destinada às novas necessidades de uma clientela popular e agrária, ou seja, aproximavam-se da proposta de currículo positivista do filósofo Comte para a educação, fato esse que se concretizou quando em 1890 Benjamim Constant se tornou o primeiro-ministro da Instrução Pública e propôs inclusive a Sociologia como disciplina obrigatória.

Segundo Moraes (2011), a proposta da Sociologia como disciplina da educação básica esteve envolta em vários dilemas, um deles é o fato dela despertar o interesse em setores antagônicos da sociedade, simultaneamente, como instrumento de um certo poder, ou seja, oscilava entre, um lado, uma proposta progressista de emancipação e noutro, como uma vertente do pensamento conservador, fato que pode ser notado quando se propõe a sua inclusão ou exclusão do currículo escolar.

[...] para o ensino de sociologia em particular, não é possível secundarizar este processo de consolidação desta disciplina no currículo escolar. E para além de questões estritamente ideológicas, considerando a própria pluralidade de orientações teóricas existentes na sociologia como ciência, é inegável que ações que vêm sendo realizadas por grupos "conservadores" representam também um retrocesso a esta disciplina, ao combater e proibir do cenário institucional público, temáticas como: gênero e sexualidade, desigualdades sociais, diversidade cultural, étnica e religiosa etc.; considerados centrais para o desenvolvimento desta disciplina. (OLIVEIRA; CIGALES, 2019, p.53)

No entanto, a dificuldade de contar com pessoal especializado para essa disciplina se tornou um problema que começou a ser contornado somente na década de 1930 com a criação dos cursos de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP); na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Distrito Federal.

A criação desses cursos destacou a separação entre as Ciências Sociais compostas pela Sociologia, Antropologia e Ciência Política,

destinadas ao ensino superior e de forma isolada a Sociologia destinada à educação básica, porém ainda persistiu o problema da formação de professores, sendo a função exercida de forma majoritária pela presença estrangeira no país.

A opção para a Sociologia deixar de ser uma disciplina obrigatória na educação básica brasileira, evidenciando-se o caráter ideológico e a consolidação de uma estrutura centralizada de governo, pode ser percebida na história brasileira no período compreendido entre o ano de 1942, Reforma Capanema, até o ano de 1971, regime militar.

Durante o governo de Getúlio Vargas no Estado Novo tiveram início as reformas educacionais coordenadas pelo ministro Gustavo Capanema, que estabeleceram as novas diretrizes para a educação brasileira por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Lei Capanema) em 1942, que dentre outras medidas, excluía a disciplina de Sociologia do conjunto dos componentes curriculares obrigatórios, retornando após o mandato do novo presidente em 1946, ocasião em que com o Decreto-Lei n.º 8530 - Lei Orgânica do Ensino Normal, tornou-se obrigatória novamente para o Curso de Formação de Professores Primários, porém havia a possibilidade dos cursos funcionarem em 2 ao invés de 3 anos, fato este que podia a excluir da grade curricular.

Esta alternância da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Secundário, de certa maneira, evidenciava o fim da Era Vargas que foi marcada pelo autoritarismo e por mudanças que atendiam ao processo de transição de uma estrutura agrária para uma incipiente industrialização na sociedade brasileira, e começo de um novo período conturbado socialmente que apresentou propostas de democratização com políticas de caráter inclusivo em paralelo com as autoritárias que resultaram no golpe de 1964.

[...] 1942-1961, vigência da Reforma Capanema, a sociologia é excluída do currículo, não aparecendo como obrigatória nem no curso clássico nem no científico, segmentos alternativos que constituíam o colegial, segunda parte do ensino secundário; a sociologia aparecia no curso normal como sociologia educacional; 1961-1971, com a Lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), a disciplina passa a figurar como

componente optativo no curso colegial, entre uma centena de outras disciplinas, humanísticas, científicas ou técnico-profissionalizantes; também podia ser de caráter geral ou específico (sociologia de...) [...] (MORAES, 2003, p. 7 apud CIGALES, 2014 p.56)

A presença da Sociologia na educação brasileira se manifestou pelo aumento do número de cursos de Graduação em Ciências Sociais e Sociologia, conforme (Clapcs,1967; Correia Dias,1981, apud Liedke Filho, 2005, p. 398), “[...]que deve ter estado associado ao impacto da reforma universitária de 1968, e do processo de “expansão” com “privatização” do ensino superior[...]”, indo de 33 em 1968, para 83 em 1976 e para 71 cursos em 1978.

Durante o processo de redemocratização desenvolvido no Brasil, embalado pelos efeitos da urbanização e consolidação da política de industrialização no país, não só a possibilidade da Sociologia retornar ao currículo oficial do que, a partir de 1971, passou a se chamar 2º Grau e tendo como foco o ensino profissionalizante e oferecendo às disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica, mas também o redirecionamento da educação básica envolveu o debate nacional visando o desenvolvimento de um consenso em torno de uma questão, qual educação devemos ter?

O caminho a ser percorrido parece que já estava definido, e garantia o retorno da disciplina de Sociologia na Educação Básica, conforme Moraes (2011, p.367) ainda no governo militar em 1982, foi criada uma nova legislação educacional¹⁷ que tornou possível associar a existência do 2º grau profissionalizante em paralelo com outra formação de caráter geral, porém, pode-se entender que mantinha como foco a preparação para o trabalho.

Concluído o processo de transição democrática com a nova Constituição Federal de 1988, foi estabelecido em seu artigo 205 que a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o que se manteve até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996,

¹⁷ Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982, Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.

fortalecendo a possibilidade de um currículo voltado a uma formação mais abrangente, porém no ano de 2001, quando o governo brasileiro era chefiado por um sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, a disciplina de Sociologia foi impedida de compor o currículo obrigatório para o ensino médio com o veto ao Projeto de Lei n.º 3178/1997, de autoria do deputado federal Padre Roque do Partido dos Trabalhadores (PT) do Paraná, que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados.

No entanto, tornou-se necessário o desenvolvimento de novos instrumentos que possibilitassem a adequação entre o tipo de sociedade existente e a educação necessária, assim no ano de 2001, foi publicado um guia norteador denominado de Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNem), estabelecendo algumas regras básicas para o ensino nas escolas do Brasil.

Em 2003, desenvolveu-se um novo debate em torno da reforma do Ensino Médio sendo proposto o Projeto de Lei n.º 1641/2003, que mesmo fazendo referência explícita apenas a obrigatoriedade da Filosofia na sua justificativa, cita trechos do Projeto de Lei n.º 3178/1997, no qual a Sociologia é mencionada com igual teor de importância, respeitadas as suas especificidades, o qual obteve posicionamentos favoráveis a alteração na LDB de 1996 durante sua tramitação no Congresso Nacional.

[...] Como saber, ou conhecimento altamente especializado, será impossível a devida aplicação de temas ou conteúdos filosóficos em outras disciplinas, por docentes que não sejam adequadamente habilitados para a realização dessa atividade. Isso faz o texto da LDB insuficiente, já que não considera a especialidade da área em tela. Nesse sentido, quanto a Filosofia ao currículo da Ensino Médio, cabe ainda ressaltar a fala professor Franklin Leopoldo e Silva apud: Pe. Roque, 1997). (PROJETO DE LEI n.º 1641/2003, p. 3)

Sobre os Projetos de Lei n.º 3178/1997 e n.º 1641/2003, notou-se nos discursos proferidos na Câmara de Deputados e no Senado uma diversidade de justificativas favoráveis para o retorno da Sociologia ao currículo do ensino médio conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Eixos dos Argumentos favoráveis e desfavoráveis aos projetos de lei 3178/1997 e 1641/2003

Eixo 1	Formar o bom cidadão - "preparar o jovem para o exercício da cidadania"
Eixo 2	Formação crítica - "capacidade de refletir e de analisar sobre a sociedade e a realidade"
Eixo 3	Formação que leve os jovens a serem agentes de sua própria história - "Sociologia como instrumento para a transformação social"
Eixo 4	Formação necessária para que os jovens acessem o mundo do trabalho - "mais do que de um conhecimento puramente técnico"
Eixo 5	Características específicas da Sociologia e da Filosofia como disciplinas no ensino médio - "preparar para a cidadania a partir dos conteúdos clássicos ou contemporâneos assim como temas e autores abordados pela disciplina no ensino médio"

Fonte: AZEVEDO, G.; NASCIMENTO, T., O discurso de apoio à Sociologia no Ensino Médio nos anos 30/40 e nos anos 90/00: apontamentos sobre os dois períodos. Revista Café com Sociologia n.4, vol.3, p.16, 2015

Em se tratando da Sociologia, um novo documento foi elaborado para direcionar uma maior aproximação entre legislação educacional e a prática docente no ambiente escolar, ou seja, desenvolveu-se um documento denominado de OCNem e dividido por áreas, das quais se destaca a de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Sobre a Sociologia, as OCNem - Ciências Humanas e suas Tecnologias destacam:

Entende-se que esse duplo papel da Sociologia como ciência – desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais – pode ser traduzido na escola básica por recortes, a que se dá o nome de disciplina escolar. Sabemos, mas sempre é bom lembrar, que os limites da ciência Sociologia não coincidem com os da disciplina Sociologia, por isso falamos em tradução e recortes. Deve haver uma adequação em termos de linguagem, objetos, temas e reconstrução da história das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem dos jovens – como de resto se sabe que qualquer discurso deve levar em consideração o público-alvo. (OCNem, 2006, p. 107)

Após a aprovação do Projeto de Lei n.º 1641/2003 em 11 de janeiro de 2008 e na sua transformação na Lei n.º 11.684, de 2 de junho de 2008, a disciplina de Sociologia se tornou obrigatória no currículo do Ensino Médio,

revogando o inciso III do parágrafo 1.º do artigo 36 da Lei no 9.394 - LDB de 20 de dezembro de 1996.

Tendo como função a promoção da autonomia da escola e da sua proposta pedagógica, no ano de 2013, é apresentado o documento denominado de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) com o objetivo de incentivar as instituições a montar seu currículo, recortando, nas áreas de conhecimento, os conteúdos que lhe convêm para a formação daquelas competências que são propostas nacionalmente.

Entretanto, o processo que vinha sendo desenvolvido no país podia ser entendido como a existência de uma política condizente com os princípios democráticos, porém se transformou em um rol de medidas retrogradadas que foram adotadas em paralelo ao Golpe de Estado em 2016, quando a presidenta reeleita Dilma Rousseff por um conjunto de articulações de características jurídico, parlamentar e midiático, foi afastada do governo, sendo substituída pelo seu vice Michel Temer na presidência da República, o que deu um novo direcionamento nas políticas que vinham sendo implantadas desde o primeiro governo Lula no Brasil.

Foram elaboradas novas legislações que impactaram diretamente o andamento da Educação Básica, como a Proposta de Emenda Constitucional n.º 55 de 2016, aprovada no Congresso e transformada na Emenda Constitucional n.º 95, que propunha o congelamento de recursos em áreas essenciais por 20 anos, impedindo que algumas das metas do Plano Nacional de Educação (PNE-2014/2024) pudessem ser atingidas; o Projeto de Lei n.º 867/2015 que propunha a Escola sem partido¹⁸ que mesmo não sendo aprovado difundiu uma proposta que pode ser considerada incompatível com o Estado Democrático de Direito, e a reforma do Ensino Médio por meio da Medida Provisória nº 746/2016, encaminhada pelo

¹⁸ Movimento formado sobretudo por pais e estudantes em defesa de uma educação escolar neutra (apartidária, sem doutrinação e livre de ideologias), criado em 2004 pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, define-se como uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem vinculações política, ideológica ou partidária, cujo objetivo é criar mecanismos para que professores não possam doutrinar ideologicamente os seus alunos, e, estabelecer os limites de atuação dos professores em sala de aula, impedindo a promoção das suas crenças particulares nos espaços formais de ensino.

governo Temer em 2016 sem que houvesse a participação dos órgãos estaduais responsáveis por esse nível da educação, e transformada na Lei n.º 13.415/2017.

O caráter autoritário fica claro, também, na intervenção no Fórum Nacional de Educação mudando sua composição sem consulta às entidades que, conforme as normas legais, nele têm assento. E, à revelia do que dispõe a lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação 2014-2024, retirou do Fórum Nacional de Educação a incumbência de coordenar o processo de preparação e realização das Conferências Nacionais de Educação transferindo-a, por decreto, à Secretaria Executiva do MEC. (SAVIANI, 2018, p.41)

Em 2018, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reiterou a proposta que vinha sendo desenvolvida nos anos anteriores, estabelecendo que as aprendizagens proporcionassem aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais a fim de mobilizar conhecimentos - conceitos e procedimentos, e, habilidades, atitudes e valores para resolver situações da vida cotidiana, exercício da cidadania e do mundo do trabalho, ou seja, pode-se entender que foram consideradas essenciais aquelas que refletiam a influência dos setores simpáticos as propostas de caráter neoliberal.

Esta proposta direciona o processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de ações pedagógicas que visem o “aprender a aprender” e o “saber-fazer”.

[...]os jovens intensificam os questionamentos sobre si próprios e sobre o mundo em que vivem, o que lhes possibilita não apenas compreender as temáticas e conceitos utilizados, mas também problematizar categorias, objetos e processos. Desse modo, podem propor e questionar hipóteses sobre as ações dos sujeitos e, também, identificar ambiguidades e contradições presentes tanto nas condutas individuais como nos processos e estruturas sociais. (BNCC, 2018, p. 548)

No mesmo ano de 2018, as DCN foram atualizadas, mas mantiveram seu propósito de apresentar um conjunto de regras mínimas obrigatórias para orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, norteando seus currículos e conteúdos mínimos.

[...]tanto os PCN como as OCN são documentos elaborados no campo da recontextualização oficial (Estado), mas em contextos e por agentes/intelectuais distintos (campo da contextualização). Representam diferentes grupos de poder, projetos políticos, origens nos campos da contextualização, conteúdos, categorias, visões de sociedade, escola, ensino e sociologia. Assim, identificaremos as

semelhanças e diferenças. (CASÃO; QUINTERO, 2007, p. 225, apud ALMEIDA, 2011, p. 4)

Estas duas primeiras décadas do século XXI, apresentaram um fenômeno que pode ser observado no Brasil de transformações no mundo do trabalho em paralelo com novas propostas pedagógicas para a educação básica, principalmente o desenvolvimento do chamado Novo Ensino Médio (NEM), transformado em lei no ano de 2017, e implantado a partir do ano de 2022, aumentou a carga horária de 2,4 mil horas para 3 mil horas nos três anos, porém se tornou uma fonte de dissenso na sociedade ao propor novas disciplinas, os chamados itinerários formativos, divididos em um total de 1,2 mil horas em substituição às disciplinas obrigatórias da BNCC que antes compunham a grade curricular, por exemplo, a Sociologia.

Entretanto, devido às inúmeras críticas¹⁹ que vinha sofrendo da sociedade, o NEM, recebeu do próprio governo federal a proposta de alterações em sua estrutura, o Projeto de Lei n.º 5230/23, aprovado na Câmara dos Deputados em 20/03/2024, segue para a anuência do Senado e sanção ou veto presidencial, para que o novo formato que institui um total de 2.400 horas para disciplinas obrigatórias; e 600 horas para as optativas, os itinerários formativos que podem ser escolhidos pelos jovens alunos, possa ser implementado, reintegrando às disciplinas da formação geral básica, por exemplo, a Sociologia que praticamente se encontra excluída com a redução da carga horária na grade curricular vigente.

Diante de tal situação, tornou-se necessário rever as dimensões, explicativa ou compreensiva(teorias), linguística ou discursiva(conceitos) e empírica ou concreta (temas), para que o desenvolvimento da aprendizagem em sociologia no ensino médio se aproxime das propostas constantes das OCNem - Ciências Humanas e suas Tecnologias, e, possa

¹⁹ A Conferência Nacional de Educação (CONAE) é um evento democrático que teve sua primeira edição em 2010, tem se destacado como um espaço de diálogo aberto, reunindo representantes de diversos segmentos da sociedade, incluindo educadores, gestores, estudantes e pais, ocorreu entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2024 em Brasília, tendo sido convocada pelo governo federal mediante decreto, aprovou um documento que foi para o debate e aprovação no Congresso Nacional, que propõe, dentre outros, a revogação do Novo Ensino Médio.

contribuir para o debate sobre as propostas de Educação Básica que vigoram na sociedade.

1.2 O Mundo do trabalho e o ensino de sociologia no Ensino Médio

Torna-se necessário o desenvolvimento de práticas didáticas que contemplem as dimensões descritas nas OCNem, o que pode, por exemplo, ser feito a partir de aulas de Sociologia no Ensino Médio que discutam a categoria trabalho, pois, conforme nos lembra Frigotto (2008), o fato de que em se tratando do mundo do trabalho, este tem como sua centralidade a práxis da criação e recriação de bens materiais e simbólicos que satisfaçam as necessidades no mundo humano.

Esta constatação faz com que o trabalho se torne um instrumento, também de socialização dos indivíduos, fazendo-os compartilharem os seus históricos produtivos ao longo dos séculos por meio de um processo de transmissão de conhecimento de uma geração a outra, dando ao trabalho o sentido de direito e dever para se obter os meios de sobrevivência individual e coletivo.

Entretanto, tem-se que o agravamento da crise social e econômica, nas sociedades que se estruturam com base no modo de produção capitalista, estabeleceu um novo contexto de relações sociais, a partir do qual Frigotto (2008, p.3), fez o seguinte questionamento “[...] c) dentro da sociedade que vivemos, sob as atuais relações sociais capitalistas, que relações podemos fazer entre a educação de nível médio, da formação técnico-profissional e o trabalho? [...]”

Para responder esta e outras questões o autor recorre ao processo histórico de formação do modo de produção capitalista que, segundo Marx (1844), se apoiou numa ideologia de igualdade jurídica-política de cunho liberal, mas acabou resultando numa divisão entre duas classes sociais antagônicas, a burguesia, detentora dos meios de produção, e, a classe trabalhadora, possuidora unicamente da sua força de trabalho.

Com isso, deixou-se de garantir muitos direitos básicos aos trabalhadores que se encontravam desprovidos dos meios de produção, e um dos direitos considerados fundamentais para proporcionar a

emancipação humana, a educação, perdeu-se em meio ao caos da expropriação.

A educação, mediante as noções de capital humano, sociedade do conhecimento e pedagogia das competências para a empregabilidade, tem sido utilizada em contextos históricos diferentes, como suportes ideológicos desta dissimulação. Passa-se a ideia de que os países, regiões e grupos sociais pobres, assim o são, porque investem pouco em educação. Mas como investir mais em educação se são países, regiões e grupos sociais pobres? É historicamente mais sustentável afirmar que esta condição os impede de investir em educação por terem sido expropriados de diferentes formas. Neste contexto, irônico e cínico, aqueles que são vítimas da exploração, espoliação e alienação passam a ser culpados por serem explorados. (FRIGOTTO, 2008, p.5)

As constantes transformações sociais, vivenciadas no decorrer do século XX e de sua transição para o século XXI, contribuíram para acirrar a disputa para se alcançar um lugar, ou mais especificamente um emprego, no processo produtivo das sociedades capitalistas. Diversos recursos foram criados para tentar minimizar os danos causados aos indivíduos pertencentes as classes desfavorecidas e garantir os direitos básicos de cidadania.

Mesmo com as conquistas obtidas pelas políticas do chamado Estado de bem-estar social²⁰, muitas sociedades se viram diante da ameaça neoliberal que fez com que seus sistemas de garantia mínima ruíssem.

A maneira do crescimento econômico com maior bem-estar social se tornou uma referência a ser seguida por diferentes países a partir de então. Meio século depois, contudo, os Estados Unidos não são mais o mesmo país. Seu modelo de crescimento envelheceu, abandonou o seu parque industrial com a transferência do parque manufatureiro para a Ásia, fundamentalmente a China, desde os anos 1980, com as políticas neoliberais desenvolvidas pelo governo Ronald Reagan (1981-1989). (POCHMANN, 2015)

No Brasil, foram criados programas como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico, instituído pela Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro

²⁰ O Estado do bem-estar (Welfare state), ou Estado assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante "tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade mas como direito político" (H. L. Wilensky, 1975, apud, Bobbio, N. 1998, pg.416)

de 1990, em paralelo com um movimento articulado entre o governo federal, UNESCO, BID e BIRD, visando à valorização da educação brasileira e resultando no Plano Decenal de Educação para Todos, o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), no governo Fernando Henrique e desenvolvido de 1996 a 2002 e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), no início do governo Lula em 2003, foram instituídos com a finalidade de gerarem empregos e recursos de renda aos que se encontravam em situação de desemprego e vulnerabilidade social, porém não foram capazes de absorver o grande contingente existente nestas condições.

Para Frigotto (2008), este fenômeno se choca, também, com a proposta de sociedade do conhecimento, onde se poderia desfrutar do tempo livre para atividades não laborais, porém o que prevalece é a parceria entre desemprego e trabalho precário, situação que remete ao *tripallium*²¹.

Este processo de expropriação sobre os indivíduos que pertencem às classes que vivem do trabalho continua em curso e tem se desenvolvido por meio das novas sociabilidades que ocorrem com a utilização das TIC, permitindo que as atividades relacionadas à instituição trabalho e também à educação aconteçam no ciberespaço, porém, ainda se mantêm em risco a garantia aos direitos dos trabalhadores, principalmente nos chamados países periféricos.

A uberização e plataformização podem, então, ser compreendidas como parte de um processo de longa data, de ataques às forças sociais do trabalho que correm juntamente com novos arranjos produtivos, os quais não podem ser compreendidos de forma desvinculada da valorização financeira, nem dos processos de oligopolização e concentração de renda e de riqueza que marcam o neoliberalismo. [...] as especificidades da periferia – onde a informalidade, a ausência de direitos e a flexibilidade são elementos estruturantes –, engrossam o caldo dos dilemas políticos e analíticos que seguem permeando a sociologia brasileira e hoje estão no cerne do debate sobre as plataformas digitais de trabalho. (ABÍLIO, 2021, p.19)

²¹ A palavra “trabalho” tem sua origem no vocábulo latino “Tripallium” – denominação de um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (pallium). Desse modo, originalmente, “trabalhar” significa ser torturado no tripallium. *In*: Origem da palavra Trabalho. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/origem-da-palavra-trabalho/> Acesso em: 03 jul.2022

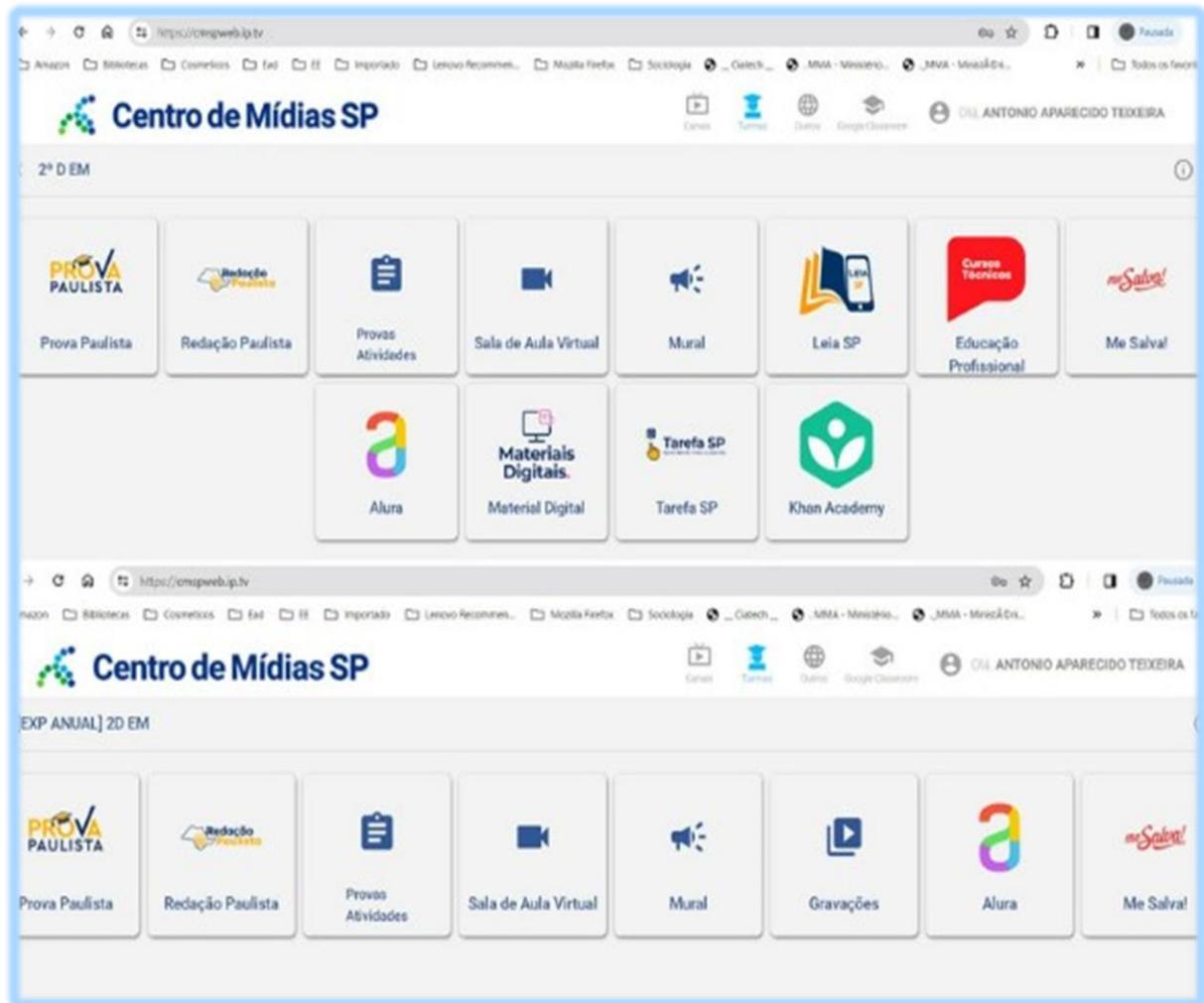
Por outro lado, conforme destacam Filgueiras, Cavalcante (2020), formas que podem ser consideradas similares as ditas plataformas já se encontravam presentes em muitos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, nos quais já haviam setores que substituíam a forma de contratação clássica em troca de um salário por arranjos comerciais que prometem algum outro tipo de remuneração.

Este processo de transformações sociais pôs, diante das diversas sociedades e na brasileira, o debate em torno da importância da educação como mediadora entre meio de produção, político, ideológico e cultural no sentido de contribuir para se reverter as mazelas das desigualdades sociais.

No entanto, tem-se sob a influência de ideologias que reiteram a flexibilização do sistema produtivo como sinônimo de progresso e bem-estar social, a necessidade de se adequar a Educação Básica para suprir essa demanda, ou seja, além de ser responsável por disponibilizar a aquisição de conhecimentos escolares como proposto pelo currículo oficial, ela também prepara os recursos humanos necessários para essa nova fase do sistema capitalista.

As teorias pós-modernas de educação que não analisam a realidade social a partir do seu desenvolvimento histórico, confronto entre pensamento e materialidade, como a denominada de neoprodutivismo por Saviani (2007), fazem com que a escola enquanto instituição social, proporcione nas redes públicas de Educação Básica os recursos das TIC para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, pois, esses são disponibilizados no ciberespaço e apresentados, dentre outras, sob a forma de plataformas de aprendizagem e mesmo sendo consideradas ferramentas que auxiliam no aprendizado da maneira como são propostos reiteram a tendência de precarização do trabalho docente na Educação Básica como pode ser visto na figura abaixo.

Figura 1 - Plataformas de aprendizagem no Aplicativo CMSP



Fonte: CMSP, (2024).

Os professores não escapam dessa nova realidade, as relações estáveis de trabalho também estão sendo substituídas, cada vez mais, por trabalhos terceirizados, temporários, pontuais, *just in time*, [...] A flexibilização define o projeto pedagógico da acumulação flexível em várias dimensões: na concepção de aprendizagem, flexível, cada vez mais mediada pelas tecnologias de informação e comunicação; nas propostas curriculares, como ocorreu com a flexibilização do Ensino Médio na última reforma; no aligeiramento da formação em todos os níveis de ensino, incluindo a formação de professores, para produzir subjetividades flexíveis; na organização e gestão dos processos de trabalho, flexibilizando o trabalho docente; nas relações entre capital e trabalho, pelo ajuste jurídico normativo, que institucionaliza a precarização via novas formas contratuais. (KUENZER, 2021, p.238)

Outra situação que contribui com esse processo de precarização do trabalho docente pode ser notado com a reorganização da matriz curricular na rede pública estadual do estado de São Paulo a partir de 2024, que estabeleceu dentre outras mudanças, a redução da carga horária semanal

na disciplina de Sociologia conforme figura abaixo e para os jovens alunos do período noturno, cujo perfil predominante é o de trabalhadores sem tempo livre durante o período diurno, as aulas em expansão compostas pelos componentes curriculares da Formação Geral Básica com 1 aula e dos Itinerários Formativos²² com 1 aula, por exemplo, a Liderança, são ofertadas e disponibilizadas na sala de aula virtual, no contraturno²³, via aplicativo CMSP.

Figura 2 – Matriz Curricular do Ensino Médio - Noturno

ANEXO IV - ENSINO MÉDIO – TEMPO PARCIAL - NOTURNO									
Itinerário Formativo de Aprofundamento - Áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LGG/CHS)									
ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1ª série		2ª série		3ª série		TOTAL	
		Presenciais	Expansão	Presenciais	Expansão	Presenciais	Expansão		
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	3	1	2	1	2	1	
		LÍNGUA INGLESA	2	-	-	-	-	-	
	MATEMÁTICA	ARTE	2	-	-	-	-	-	
		EDUCAÇÃO FÍSICA*	-	2	-	1	-	-	2
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	MATEMÁTICA	4	1	2	1	3	-	
		BIOLOGIA	2	-	2	-	-	-	
		FÍSICA	2	-	2	-	2	-	
		QUÍMICA	2	-	2	-	-	-	
	CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	2	-	-	-	-	-	
		GEOGRAFIA	1	1	2	-	2	-	
HISTÓRIA		2	-	2	-	2	-		
	SOCIOLOGIA	-	-	2	-	-	-		
	AULAS SEMANAIS	27		19		14		2400	
	HORAS ANUAIS	810		570		420		1800	
ITINERÁRIO FORMATIVO GLOBAL	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	1	1	1	1	1	1		
	INGLÊS	-	-	1	1	1	1		
	TECNOLOGIA E ROBÓTICA	1	1	-	-	-	-		
	PROJETO DE VIDA	1	-	1	-	1	-		
	ACELERAÇÃO PARA VESTIBULAR	-	-	-	-	2	-		
REDAÇÃO E LEITURA	-	1	1	1	1	1			
ITINERÁRIO FORMATIVO DE APROFUNDAMENTO	ARTE E MÍDIAS DIGITAIS	-	-	1	1	1	1		
	LIDERANÇA	-	-	1	1	1	1		
	ORATÓRIA	-	-	1	1	2	-		
	GEOPOLÍTICA	-	-	-	-	2	-		
	FILOSOFIA E SOCIEDADE MODERNA	-	-	2	-	2	-		
	AULAS SEMANAIS	6		15		19		1600	
	HORAS ANUAIS	180		450		570		1200	
TOTAL GERAL DE AULAS SEMANAIS PRESENCIAIS DENTRO DO TURNO		25		25		25			
TOTAL GERAL DE AULAS SEMANAIS - EXPANSÃO NO CONTRATURNO		8		9		8			
TOTAL	AULAS SEMANAIS	33		34		33			
	HORAS ANUAIS	1320		1360		1320		4000	
		990		1020		990		3000	
OBSERVAÇÃO: As aulas dos componentes que compõem a carga horária do Itinerário Formativo devem ser atribuídas preferencialmente aos professores com licenciatura indicada como prioritária, se não aos professores com licenciatura/habilitação indicada como alternativa, conforme segue:									
COMPONENTE	LICENCIATURA PRIORITÁRIA	LICENCIATURA/HABILITAÇÃO ALTERNATIVA							
EDUCAÇÃO FINANCEIRA	Matemática	Física							
ACELERAÇÃO PARA VESTIBULAR	Todas	Não há							
REDAÇÃO E LEITURA	Língua Portuguesa	Não há							
INGLÊS	Língua Inglesa	Não há							
TECNOLOGIA E ROBÓTICA	Física	Matemática e Química							
ARTE E MÍDIAS DIGITAIS	Arte	Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Sociologia e Filosofia							
LIDERANÇA	Sociologia	Educação Física, Filosofia, Língua Portuguesa							
ORATÓRIA	Língua Portuguesa	Filosofia, Arte e Sociologia							
GEOPOLÍTICA	Geografia	História, Filosofia e Sociologia							
FILOSOFIA E SOCIEDADE MODERNA	Filosofia	Sociologia, História e Geografia							

Fonte: Resolução SEDUC, SP – nº 52, de 16-11-2023

²² Os Itinerários Formativos compreendem uma parte comum aos estudantes do Ensino Médio de acordo com o turno e tipo de ensino, denominada de Itinerário Formativo Global, e outra que depende da escolha dos estudantes, denominada Itinerário Formativo de Aprofundamento.

²³ Conforme Artigo 10 da Resolução SEDUC Nº 52, de 16-11-2023.

Diante desse dilema a Sociologia pode desempenhar um papel importante no processo de formação dos jovens alunos do ensino médio ao propor o desenvolvimento do debate sobre um dos aspectos marcantes desta fase de ensino, o do universo do mundo do trabalho, pois, sendo um dos eixos do currículo a discussão em torno da categoria trabalho pode ser desenvolvida a partir da articulação entre teoria, tema e conceitos o que pode ser feito, por exemplo, com a utilização da Pedagogia Histórico-Crítica para o desenvolvimento de uma Sequência Didática como sugerido no capítulo 3 desse trabalho.

Desta forma, retoma-se a proposta contida nas OCNem - Ciências Humanas e suas Tecnologias (2006, p.117) “[...]esses recortes se referem às três dimensões necessárias a que deve atender o ensino de Sociologia: uma explicativa ou compreensiva – teorias; uma linguística ou discursiva – conceitos; e uma empírica ou concreta – temas [...]”.

Neste sentido, destaca-se uma das preocupações na atualidade, principalmente nas sociedades pertencentes ao chamado “terceiro mundo”, refere-se à relação existente entre educação e trabalho, e, nesta mais especificamente, a situação dos jovens alunos diante desse dilema, conforme Silva (1999), as políticas de caráter neoliberal impulsionam o desemprego e contribuem para a crescente perda de vínculo entre educação e as atividades públicas da vida adulta, ao contrário das fases anteriores em que predominava a noção abrangente entre educação, trabalho e cidadania, ou seja, torna-se indispensável o desenvolvimento de uma aprendizagem que abranja as diversas dimensões da vida em sociedade para uma plena formação dos indivíduos.

Kuenzer (2000), já se referia a proposta de mudanças no Ensino Médio no Brasil, a partir da última década do século XX, como contraditória e ineficaz para suprir as necessidades surgidas com as transformações ocorridas no modo de produção capitalista. Afirmar que o novo ensino médio é para a vida, substituindo o modelo anterior que visava integrar educação geral e profissional, logo também para o trabalho, considerando o que não era para a vida, refaz o discurso dominante de tornar os

interesses das classes dominantes como se fossem universais, podendo resultar numa ação discriminatória e excludente.

[...] a que interesses serve a disseminação da ideia de que o novo Ensino Médio atende aos princípios da escola única. Uma forma de fazê-lo é buscar compreender a quem se destina e como se insere esse nível de ensino no conjunto da reforma que vem sendo levada a efeito desde a aprovação autoritária da LDB. (KUENZER, 2000, p.21)

Arroyo (1999), compreende que a prática educativa na escola se torna objeto de questionamento dos educadores e pesquisadores da educação a fim de obterem um entendimento de como se dão os processos escolares de produção do conhecimento e de socialização, assim como a definição de qual o seu papel na formação dos trabalhadores e demais estudantes, porém, tem-se como nítido que as transformações sociais pautam a relação entre trabalho e escola e dificilmente seria possível as imaginar distantes dos processos educativos, inclusive no que se refere a contraposição entre trabalhador consciente e o trabalhador alienado onde a escola tende a cumprir a função de promover a aceitação da alienação.

Este tipo de análise reflete bem um tipo de corrente de pensamento historiográfico e sociológico, no qual reinava a preocupação com a questão da coerção, representada pelo ajuste dos indivíduos a estrutura empresarial, ou seja, uma visão de fora da educação, porém, na contemporaneidade destacam-se as teorias pedagógicas que têm o intuito de alcançar um novo tipo de entendimento que se distancie daquelas que reconhecem a centralidade das relações de produção na organização da sociedade e principalmente das práticas educativas.

No entanto, a existência de fenômenos como o desemprego pode ser entendido a partir dos modelos conectivos, que reiteram a função da educação como fator de mudança social e cultural, principalmente quando a escola se torna objeto de pesquisa e suas análises incorporam a pluralidade de dimensões, tempos, processos e pedagogias na formação humana, superando o dilema destacado por Arroyo (1999, p.35), do “[...]imaginário que ainda orienta as relações entre infância-adulto,

educação-trabalho e escola-fábrica.[...]” e permitindo que se compreenda a complexidade dialética resultante desse processo de “mão dupla”.

Isso possibilitou refletir sobre a cultura da nova dinâmica de produção e consumo que é requerida pelo capitalismo contemporâneo e não se limita ao trabalho, mas necessita de um processo educativo e pedagógico mais amplo que incorpore mídia, ideologia de mercado e das corporações, ou seja, requer um novo sujeito que transforme sua identidade e subjetividade, permitindo a assimilação do discurso de que a empregabilidade depende do próprio indivíduo.

Além deste aspecto, Silva (1999), destaca a transferência da lógica empresarial para o campo educacional, orientando o desenvolvimento do currículo e da prática pedagógica ou a adoção da escola/empresa que incorpora o viés do igualitarismo e da inexistência de hierarquia, e propõe um debate sobre o papel da Sociologia da Educação diante de uma nova escola capitalista na atualidade, principalmente, pelo fato dela enfatizar a proximidade nos discursos da Teoria Crítica e dos novos empresários sobre a questão da flexibilização, espírito criativo, cooperação, inovação, inteligência emocional, ou seja, aspectos que representam a anti-hierarquia.

Entretanto, torna-se notório que diferentemente da visão empresarial a Pedagogia Crítica não vê a educação como uma mercadoria, mas se pauta na interpenetração e na indissociabilidade entre ciência, cultura, técnica e sociedade, sendo que neste tipo de entendimento se tornou possível a crítica ao discurso do, mais e melhor educação, como solução para o problema do desemprego, pois não remete ao fato de não haver empregos suficientes para todos.

É indiscutível que o debate sobre educação e o modo de produção capitalista ainda não chegou a um consenso sobre qual a melhor opção para os que vivem nas classes menos privilegiadas, porém é possível perceber que esse emblemático problema gira em torno da questão do desenvolvimento de uma educação que não se limita a escola e não tem como se limitar ao local de trabalho.

Neste sentido, a Sociologia da Educação e as Teorias Pedagógicas têm se empenhado em desenvolverem análises que não se limitam apenas a uma das dimensões da vida em sociedade, mas procuram estabelecer um processo de constante releitura do refazer educativo, ou seja, conforme Silva (1999), tornou-se necessário pensar as transformações tecnológicas e a sua relação com as demais dimensões que envolvem o convívio cotidiano dos indivíduos, principalmente no que se refere ao emprego e desemprego, para ser possível uma educação para a tecnologia capaz de promover uma formação que prepare o indivíduo para lidar com a ambiguidade e o hibridismo dos novos tempos.

Com isso, a questão relacionada a utilização das TIC no ambiente escolar tradicional de educação básica e no ciberespaço, requer atenção, pois os recursos que são disponibilizados se encontram estruturados em algoritmos que são responsáveis por direcionar nossas ações em processos mentais e cognitivos em torno do consumo de bens e serviços, pois, a IA²⁴ pode desenvolver uma forma das pessoas pensarem e/ou agirem nas relações sociais, mediadas por recursos tecnológicos, com base em estatísticas e direcionamentos dados pelos algoritmos, ou seja, pode fortalecer uma visão hegemônica, atrelada aos interesses dos grupos dominantes em oposição aqueles que representam as minorias nas sociedades que convivem com a diversidade social.

[...] Compras on-line, amizades, relações neuróticas etc., como mediados tecnologicamente, estão regulados por um conjunto de algoritmos que aparecem como lugares de assistência e mediação tecnológica para uma vida melhor ou para a manipulação dos seres humanos. Quando o termo "algoritmo" é mencionado, uma espécie de fantasma tecnológico controlado pelas empresas, emerge e é confrontado, lúdica ou agonisticamente, converte o indivíduo em usuário, explícita ou implicitamente, querendo ou não, casualmente ou por imperativo de trabalho, educativo ou financeiro. (ALTIERI, p.10-11, 2021)

²⁴ Segundo o Google Cloud, a inteligência artificial (**IA**) é um conjunto de tecnologias que permitem aos computadores executar uma variedade de funções avançadas, incluindo a capacidade de ver, entender e traduzir idiomas falados e escritos, analisar dados, fazer recomendações e muito mais.

Nesse sentido, o debate em torno desse fenômeno social tem se tornado objeto de estudos²⁵ que visam compreender as suas possíveis implicações, sejam elas políticas, sociais, econômicas ou históricas e em se tratando especificamente da educação, a questão gira em torno de como os educadores podem desempenhar suas práticas didáticas em cursos destinados ao desenvolvimento das próprias máquinas e seus recursos tecnológicos e também como contribuir para estes poderem ser utilizados com discernimento pelos distintos grupos sociais, além de poderem funcionar como uma ferramenta para o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, a educação básica se encontra diante de um antigo dilema, mas que se apresenta cada vez mais transformado pelas inovações tecnológicas, o que pode apresentar graves consequências sociais, algumas delas já se encontram visíveis como é o caso dos elevados índices de evasão, baixo desempenho escolar e a precarização do trabalho.

Com isso, não se perde e se torna possível retomar o dilema entre educação, trabalho e cidadania, previsto, inclusive, na LDB (1996), para suprir o predomínio econômico sobre o sociopolítico.

²⁵ Estudos recentes apontam que os algoritmos têm o potencial de multiplicar os empregos precários, principalmente com trabalho plataformizado por aplicativos. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=os-algoritmos-multiplicam-os-empregos-precarios> Acesso em: 16 dez. 2023.

Capítulo 2: SOCIABILIDADES JUVENIS NO SÉCULO XXI

Uma nova necessidade se fez presente na sociedade brasileira e no início do século XXI, para complementar a garantia de direitos e o desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes para os jovens com idade entre 15 e 29 anos, que de certa forma já tinham sido instituídas pelo Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) que tratava a criança, a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente aquele com idade entre 12 e 18 anos, criou-se a Secretaria Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude por meio da Lei n.º 12.852 de 5 de agosto de 2013.

[...]a juventude é uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores, etc.), de gênero e, até mesmo, geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere. (DAYRELL, 2007, p.3)

Com isso, o fato de ser um grupo constituído de forma heterogênea, faz com que outro aspecto se destaque em relação à condição juvenil, trata-se da questão cultural e como esta pode representar e se apresentar em forma de paradoxos até mesmo no espaço da educação escolar básica.

[...]a visibilidade ampliada e diversificada da juventude se deve também ao aparecimento de diversos grupos juvenis, principalmente dos setores populares, que, com atuações e linguagens variadas no plano da cultura, do lazer, do cotidiano, da vida comunitária, da vida estudantil, vieram a público colocar as questões que os afetam e os preocupam. Questões referentes à condição juvenil vivida nesta conjuntura, que não estavam sendo apresentadas por nenhum outro ator político ou social: além do desemprego e da dificuldade de estruturar perspectivas positivas de vida, a necessidade de lidar com novas formas de exclusão material e simbólica, com a violência cotidiana e sempre tão próxima; as possibilidades de circular pelo espaço urbano e conquistar espaços para vivenciar formas próprias de diversão e expressão; a importância de construir identidades pessoais e coletivas no cruzamento da homogeneização e fragmentação reinantes; a busca de desenvolver uma ética pessoal frente aos novos imperativos de sucesso e prazer, com os desafios de poder viver experimentações e situações de prazer preservando sua integridade física e mental etc. (ABRAMO, 2005, p27)

O universo escolar apresenta certas particularidades sobre a condição juvenil, dentre elas se destaca a avaliação que os alunos fazem da escola, considerando-a como descrito por Dayrell (2010, p.66) “[...] enfadonha e sem interesse, com professores que pouco acrescentam à sua formação [...]”, ou seja, como a maioria dos projetos pedagógicos da escola tradicional prevê a utilização de um conteúdo considerado arcaico pelos jovens alunos, estes na maioria das vezes tendem a retomar os valores considerados conservadores e desenvolver ações fundamentadas em normas, princípios e crenças que são disponibilizados por um processo de interdependência²⁶ entre as principais instituições socializadoras.

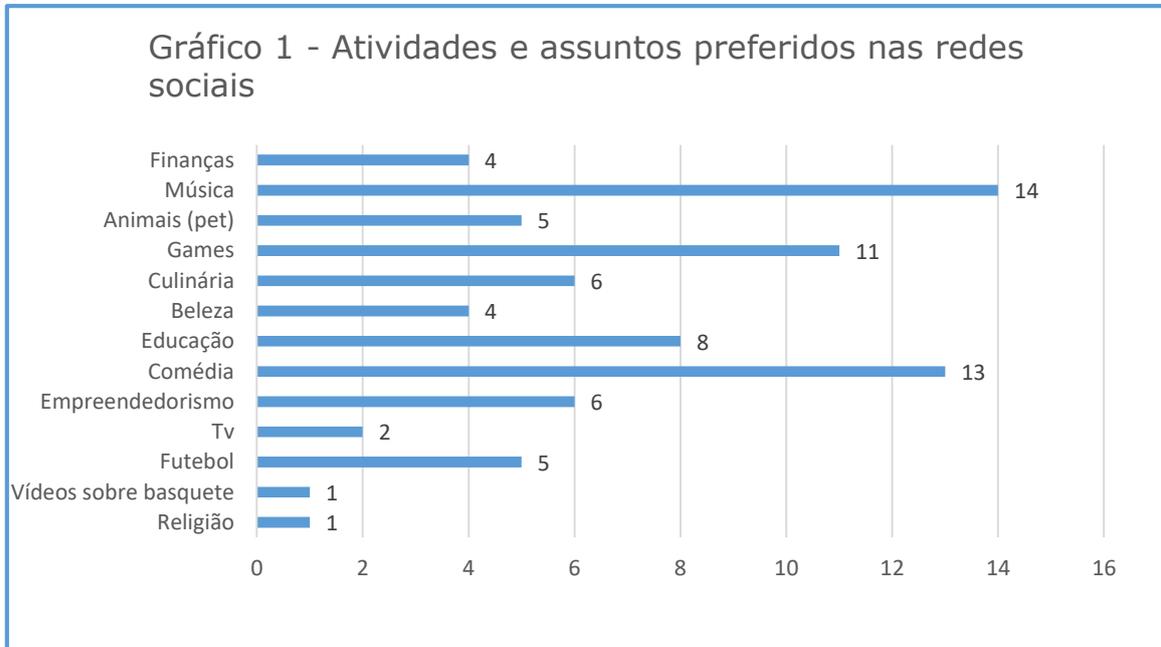
[...] estamos diante de uma juventude que possui mais oportunidade de alcançar a educação e a informação, porém, muito menos acesso ao emprego e ao poder, dotada de maior aptidão para as mudanças produtivas, mas que acaba sendo, no entanto, a mais excluída desse processo; com maior afluência ao consumo simbólico, mas com forte restrição ao consumo material; com grande senso de protagonismo e autodeterminação, enquanto a vida da maioria se desenvolve na precariedade e na desmobilização, e, por fim, uma juventude mais objeto de políticas do que sujeito-ator de mudanças. (HOPPENHAYN, 2004, p.17-21 apud MARTIN-BARBERO, 2008, p.12)

No entanto, pode-se associar o fato da existência de tempo livre abundante e a demora em ingressar no mercado de trabalho e/ou conseguir um emprego com o desenvolvimento das manifestações artísticas, e, dentre elas, a música que possibilita a representação da diversidade social entre a juventude e cujo acesso não só para a produção, mas para a divulgação se tornaram mais presentes entre aqueles jovens alunos que constituem, conforme Martin-Barbero (2008, p. 22), “[...] sujeitos íntima e estruturalmente mediados por suas interações pela e com a tecnologia [...]”.

Isso pode ser notado no resultado da enquete realizada em uma das turmas da 2.^a Série do Ensino Médio em que atuei como Professor de Sociologia, que contou com a participação de 16 jovens alunos, destes 7 responderam ter 16 anos, 5 ter 17 anos, 2 ter 15 anos, tendo havido a

²⁶ Segundo Setton (2011), este processo permite que os indivíduos estejam em constante contato com múltiplas referências identitárias.

predominância do sexo masculino com 10 respostas, onde a música foi considerada a principal atividade e assunto preferido entre os participantes que puderam escolher mais de uma opção entre as existentes na pergunta, conforme o gráfico 1.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Conforme Dayrell (2007), este aspecto pode ser considerado como a expressão da dimensão simbólica da condição juvenil, ou seja, as sociabilidades se tornam uma espécie de representação para o sujeito se fazer presente e visível como forma de expressão e afirmação identitária no ciberespaço.

Outro assunto e/ou atividade que apareceu em destaque nos dados obtidos, games, se repete na pesquisa feita pela Nazca em 2010, sobre a utilização da internet no Brasil, em que é possível perceber um índice de 51% dos brasileiros com mais de 16 anos acessando a internet, quando foi constatado que o hábito de jogar eletronicamente, principalmente no computador, é comum em 70% da amostra na faixa entre 16 e 24 anos e de 90% na faixa etária entre 12 e 15 anos, ao passo que a busca por informações, na faixa etária de 12 a 15 anos, 51% preferem a internet, 47% a TV e apenas 1% jornal, por outro lado, na faixa etária entre 16 e 24 anos, 37% preferem a internet, 43% a TV e apenas 7% jornal.

Já a pesquisa TIC Domicílios 2019, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, constatou que o Brasil conta com 134 milhões de usuários de Internet, o que representa 74% da população com 10 anos ou mais. Destes, 41% dos usuários de Internet afirmam efetuar atividades ou pesquisas escolares na rede, sendo que 40% estudam por conta própria e 12% realizam cursos à distância.

Apenas um terço dos usuários ou 33% fazem trabalho pela Internet, mesmo não sendo descrito na pesquisa quais as atividades profissionais utilizaram esse recurso, notou-se o impacto do trabalho remoto na quarenta e isolamento social proporcionados pela pandemia da Covid-19, porém essa proporção representa menos da metade da força de trabalho, cujo índice é de 45%.

A utilização dos recursos existentes no ciberespaço para atividades relacionadas à educação foi notada nos dados coletados na enquete com os jovens alunos, pois houve um número de 7, entre os 16, que já participaram de um curso na modalidade virtual, sendo que os cursos mais citados pelos respondentes foram os de idiomas e livre por 3, do tipo preparatório por 2, técnicos e de música por 1, ou seja, pode significar o entendimento tido por 13 dos entrevistados de que a utilização das TIC mudou a cultura tradicional.

As transformações que têm ocorrido na sociedade podem estar influenciando diretamente o processo socializador. Assim, Castells (1999), apresenta a organização social em redes como um modelo já existente desde outros tempos e espaços, porém destaca o novo paradigma da tecnologia da informação e a sua capacidade de influenciar toda a estrutura social, inclusive a socialização e o processo de ensino aprendizagem.

O conceito de rede se tornou um dos principais objetos de estudos sobre a sociedade durante o decorrer do século XX, e, especialmente das ciências humanas que se dedicaram a aperfeiçoar o estudo matemático conhecido como a teoria dos grafos, conforme Recuero (2009, p.20), “[...] Um grafo é, assim, a representação de uma rede, constituído de nós e arestas que conectam esses nós.[...]”, para analisar empiricamente as

relações sociais entre os indivíduos, resultando na Análise Estrutural de Redes Sociais.

[...]essas formas de expressão vão constituir os nós (ou nodos) dessas redes sociais, e que as interações que vão acontecer entre os diversos atores nesses sistemas é que vão constituir o substrato sobre o qual formar-se-ão os laços sociais, que constituem as conexões da rede. Esses laços podem constituir-se como fortes e fracos, a partir da qualidade das interações e das trocas sociais estabelecidas entre os atores. Essas trocas são constituídas de elementos fundamentais, que denominamos capital social. (RECUERO, 2009, P.55)

O avanço dos recursos tecnológicos possibilitou que o tipo de conexão bilateral, um para um, existente nos primórdios da internet desenvolvida pela ARPANET se tornasse um complexo meio de múltiplas relações entre indivíduos, sendo que muitas delas mediadas pelos algoritmos, e como destaca Cordeiro (2021, p.209), “[...] E relações indivíduo-indivíduo são frequentemente substituídas por relações indivíduo-máquina/tecnologia ou até mediadas por indivíduo – máquina/tecnologia – indivíduo. [...]”.

É justamente neste contexto que se destaca o papel da Inteligência Artificial (IA), software composto por algoritmos, capaz de reproduzir algumas decisões humanas relacionadas a uma ação/reação para resolução de problemas, podendo ser considerado como um conjunto da IA responsável por simular a capacidade humana de raciocinar, perceber, decidir e resolver problemas, os algoritmos têm o poder de interferir nas relações sociais estabelecidas por meio das TIC ao escolherem e proporem determinado caminho para os usuários desses recursos.

[..]eles estão presentes no coração do funcionamento dos sistemas digitais que permeiam as atividades humanas do mundo contemporâneo, da economia à ciência. Nesse sentido, a Inteligência Artificial otimiza e envia o curso das ações humanas e por consequência as relações sociais e o modo como conhecemos o mundo. (CORDEIRO, 2021, p.211)

Um exemplo de utilização da IA é o ChatGPT da empresa OpenAI, um chatbot que utiliza o conceito de Processamento de Linguagem Natural para responder às consultas feitas pelos usuários, após dois meses do seu lançamento em novembro de 2022, contava com o número aproximado de 100 milhões de utilizadores que buscavam diferentes tipos de informações

que iam desde um assunto aleatório, até questões complexas como a elaboração de um texto sobre um tema específico.

Com isso, essa ferramenta se tornou motivo de preocupação por parte de pesquisadores que lidam com a área de educação, pois ao fornecer um resultado pronto, pode fazer com que os jovens alunos deixem de desenvolver o processo de aprendizagem e da construção do conhecimento, contribuindo com a falta de discernimento, além da possibilidade de serem induzidos ao plágio.

Por outro lado, é possível que o ChatGPT seja utilizado como uma ferramenta de auxílio no processo de ensino e aprendizagem ao possibilitar que o usuário possa consultar todo o processo de resolução de um dado problema proposto em determinada disciplina escolar.

No desenvolvimento do projeto de pesquisa, realizei uma consulta nessa ferramenta, Anexo A, e foi possível perceber que ela pode ser considerada uma aliada no processo de construção do conhecimento, porém requer atenção e bom senso na sua utilização.

Nos dados obtidos na enquete, obteve-se um número de 16 entrevistados que já ouviram falar sobre a IA e destes 9 dos jovens alunos disseram conhecer o ChatGPT e o uso feito da ferramenta foi de 4 para pesquisa e lazer, e 2 para trabalho escolar, sendo que 13 afirmaram conhecer a legislação sobre direitos autorais e plágio.

Uma utilização das TIC que também contribui a algumas décadas com o processo de ensino e aprendizagem e pode ser considerada uma espécie de primeiro estágio desse recurso existente na internet são os sites e portais especializados em educação, sendo normalmente consultados pelos jovens alunos para a realização de pesquisas sobre temas propostos nas diferentes disciplinas do Ensino Médio, e no caso específico da Sociologia os utilizados com mais frequência, segundo os dados obtidos na enquete, são Brasil Escola por 8, Toda Matéria por 7, Wikipédia por 6, InfoEscola por 5, Youtube por 4 e Educa mais Brasil por 3 dos respondentes.

A utilização desses recursos nem sempre é bem vista por parte dos professores, pois existe uma prática que ainda é comum entre os jovens

alunos ao realizar atividades de simplesmente imprimir o resultado obtido no site consultado e o apresentar para avaliação, demonstrando com isso o que pode ser entendido como um desconhecimento sobre como realizar as pesquisas escolares, fato este que tem sido constantemente desencorajado nas salas de aula por meio de práticas pedagógicas que reiteram as formas mais adequadas para a realização dos trabalhos propostos.

Assim, nota-se que existe um fluxo acelerado de difusão dos novos recursos tecnológicos na sociedade brasileira e estes despertam o interesse, principalmente dos jovens por serem considerados como os nativos digitais, ou seja, compõem uma geração que pode usufruir desde os primeiros anos de vida as novas possibilidades que as TIC proporcionam, o que pode interferir no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a Sociologia com a sua proposta de compreender a sociedade que se desenvolveu a partir do século XIX, seja considerada uma alternativa para transformar o entendimento sobre a imediatez dos fatos noticiados pelos meios de comunicação e/ou vivenciados no ciberespaço, numa forma de conhecimento que possam se apropriar e seja compreensível distintamente do que possibilita o senso comum.

Esse aspecto pode ser considerado como tendo sido influenciado pela intensificação desses instrumentos na instituição escola, na enquete se obteve um número de 15 jovens alunos com acesso a esses recursos na instituição que frequenta, porém, o simples fato de terem acesso as TIC no ambiente escolar não significa necessariamente que contribua com o desenvolvimento de um ensino em que sejam sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

No Observatório da Juventude, partimos da compreensão dxs jovens como sujeitos. Mas o que isso significa? Nas nossas ações educativas, assumimos a definição de Charlot (2000), para quem o sujeito é um ser humano ativo, que age no e sobre o mundo; nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere. Mas temos de levar em consideração que existem várias maneiras de se construir como sujeito, e uma delas se refere aos contextos das desigualdades sociais, de desumanização e de homogeneização, nos quais o ser humano é "proibido de ser", privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana, como podemos constatar em grandes parcelas dxs jovens brasileirxs. Não

é que elxs não se constroem como sujeitos, ou que o façam pela metade, mas, sim, que elxs se constroem como tais na especificidade dos recursos de que dispõem. (NONATO, 2016, p.255)

Neste sentido, as diferenças identitárias e de classes existentes nas sociedades regidas pelo modo de produção capitalista, resultam numa luta simbólica pela adequação de uma definição de mundo adequada ao tipo específico de interesses vigentes que se encontram hierarquizados na estrutura social.

No contexto social em que se desenvolve o processo de ensino aprendizagem na escola tradicional pública de educação básica em São Paulo é possível que o mesmo antagonismo se reproduza, porém, contendo alguns aspectos próprios deste ambiente socializador.

Conforme destacam Bourdieu; Passeron (1992), os espaços de reprodução social como o escolar são eficientes na dominação e legitimação de desigualdades, pois é na escola que o legado econômico da família se transforma em capital cultural.

Neste sentido o Conceito de campo, refere-se ao espaço onde se manifestam relações de poder, e de capital – cultural, social, econômico e simbólico, e é importante para compreender a escola e seus dispositivos de controle e empoderamento.

[...]a escola perdeu o monopólio da socialização dos jovens, mesmo continuando a ser uma referência significativa para a vivência juvenil. Como vimos, a socialização juvenil vem ocorrendo em múltiplos espaços e tempos, principalmente naqueles intersticiais dominados pela sociabilidade. Implica reconhecer que a dimensão educativa não se reduz à escola, tampouco que as propostas educativas para os jovens tenham de acontecer dominadas pela lógica escolar. (DAYRELL, 2010, p.78)

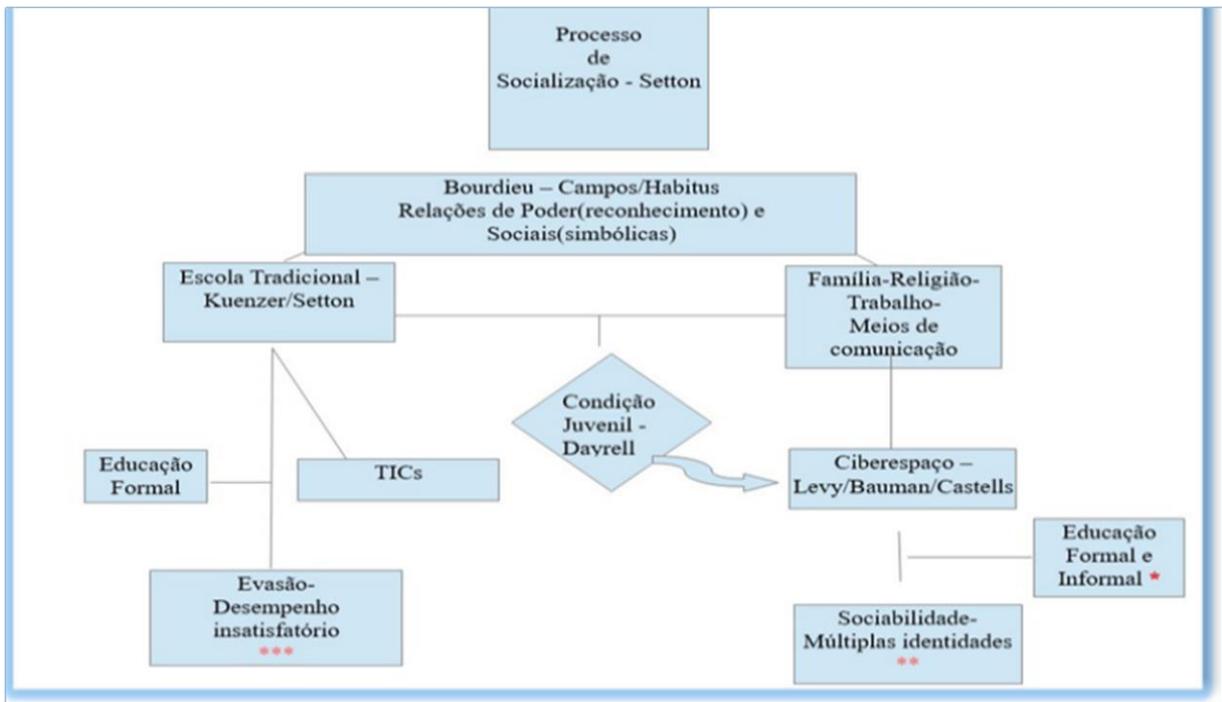
Entretanto, ocorre um fato que chamou a atenção nos dados obtidos com a enquete, o tipo de curso preferido tem um número de 14 respostas na modalidade presencial contra 2 na modalidade virtual, sendo que a possibilidade de interação preferida entre os jovens alunos e o ambiente considerado como o que proporciona mais oportunidades para interagirem se encontra em unidades escolares presenciais para 12 dos entrevistados.

Mas esse aspecto não pode ser entendido como a expressão do entendimento que existe na totalidade daqueles que vivenciam a condição juvenil, pois as novas possibilidades criadas a partir do convívio no ciberespaço podem representar uma nova oportunidade para se estabelecer outras dimensões do processo de socialização, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de atividades educacionais e a criação de novos bens simbólicos que representem seus próprios interesses enquanto jovens alunos.

[...]o ciberespaço torna-se um meio portador de expressões das esferas políticas, econômicas, culturais e humanas. E é nesse sentido que ele, conseqüentemente, trará implicações culturais, provenientes do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, ao lado da difusão da cibercultura, definida por Pierre Lévy (1999, p. 17) como “[...] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço [...]”. (ROCHA, 2010, p-36)

Assim, muitos dos alunos que se encontram com dificuldades em desenvolverem seus estudos no espaço de educação escolar tradicional se vêem influenciados pela variedade de opções de sociabilidades, inclusive comunidades de aprendizagem, existentes em ambientes virtuais informatizados organizados em rede através de recursos tecnológicos. O desenvolvimento desse fenômeno pode ser representado pelo esquema da figura abaixo:

Figura 3 – Relações de poder e sociais na escola tradicional e no ciberespaço



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Entretanto, entendeu-se que esteja ocorrendo uma ruptura nas funções primárias das instituições socializadoras família e escola, ficando os indivíduos cada vez mais submetidos a outras experiências tidas como legítimas no processo de constituição dos grupos sociais.

Nesse sentido, destaca-se o ciberespaço como ambiente onde as interações desenvolvidas nas redes sociais têm possibilidade de influenciar na formação de uma nova forma de pertencimento dos jovens alunos em grupos distintos e muitas vezes de maneira simultânea, o que conforme o conceito de capital social²⁷ pode gerar novos bens simbólicos (capital simbólico) à medida que essas relações sociais, mediadas pelas TIC, pautam-se na noção de visibilidade dos usuários, ou seja, quanto mais uma publicação recebe comentários, num ciclo que pode ser contínuo e/ou intermitente, maior a possibilidade de serem criados novos bens simbólicos que representem o capital cultural, social, ou até mesmo o econômico.

²⁷ Para Bourdieu (1986), o volume do capital social possuído por um determinado agente, portanto, depende do tamanho da rede de conexões que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que possui em seu próprio direito por cada um daqueles a quem ele está conectado.

Por outro lado, mesmo apresentando recursos que o tornam visível como um espaço mais autônomo e democrático, o ciberespaço também pode ser entendido enquanto um instrumento do conceito que se mantém associado ao ideal liberal capitalista de cultura de massa²⁸, ou seja, pode contribuir para que os jovens alunos sejam mais facilmente influenciados pelas ideologias dominantes que se manifestam sob a forma de violência simbólica.

É provável que a Inteligência Artificial esteja mais presente e atuante no cotidiano social por meio das tecnologias de mídia. Isso, pois, elas são acessíveis de qualquer dispositivo móvel e nos possibilitam conectar tanto com outros indivíduos quanto com conteúdos simbólicos, tais como estórias, filmes, músicas, fotografias etc. (Gillespie; Boczkowski; Foot, 2014). Toda mídia social tem uma dimensão importante de Inteligência Artificial em que algoritmos atuam como mediadores de nossa conexão com outros indivíduos e filtros para os conteúdos simbólicos que chegam até nós. (CORDEIRO, 2021, p.213)

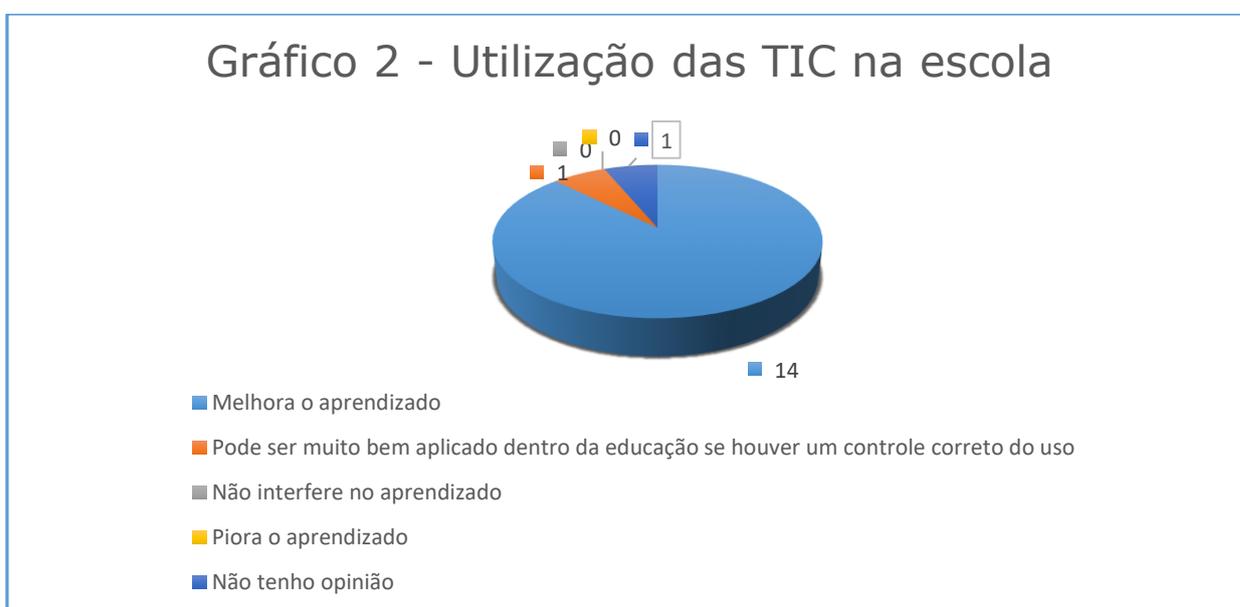
Este processo, pode contribuir para que as relações de poder e sociais estabelecidas pelo conceito de Habitus, Bourdieu (1989), tornem-se geradoras de novos bens simbólicos distintos daqueles vigentes no espaço tradicional da escola de educação básica. Entretanto, os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que tendem a cumprir uma função política de imposição ou legitimação da dominação por meio da violência simbólica que se estabelece nas relações sociais desenvolvidas entre as classes dominantes e as classes subalternas.

Um exemplo típico que se pode destacar da violência simbólica no contexto da educação escolar se refere ao próprio conteúdo curricular e na maneira como ele é trabalhado, sendo que muitas vezes não se aproxima do capital cultural que os jovens alunos possuem, resultando em defasagem na aprendizagem e conseqüentemente na punição quando da realização dos exames avaliativos.

²⁸ Definição de cultura desenvolvida como crítica as sociedades de comunicação de massa organizadas com base no modo de produção capitalista que se tornou objeto de análise pelos estudiosos da Escola de Frankfurt, Alemanha, a partir do século XX.

Assim, não é difícil perceber a existência de um distanciamento entre os conteúdos elaborados pelas orientações curriculares da escola tradicional de educação básica e a realidade que foi analisada e que é vivenciada pelos jovens alunos, pois se torna possível aceitar o fato que as novas formas de sociabilidades juvenis desenvolvidas no ciberespaço podem influenciar o interesse e o desempenho deles pelas atividades propostas no contexto escolar.

No entanto, havia a hipótese de que o convívio no ciberespaço constituía a possibilidade de desenvolverem algum tipo sociabilidade que de algum modo representaria um ponto de fuga dos jovens alunos em relação às propostas pedagógicas existentes na escola tradicional que mesmo disponibilizando este mesmo recurso, fica abaixo das suas expectativas, no Gráfico 2, abaixo, não é possível fazer essa constatação, pois 14 dos entrevistados consideram que a utilização das TIC no espaço escolar melhora o aprendizado, porém o fato de se tratar de um grupo pequeno de entrevistados, torna necessário um aprofundamento dos estudos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Outro aspecto que os dados coletados na enquete permitem constatar é que entre os entrevistados existe um número de 16 jovens alunos com acesso diário à internet, porém ao serem perguntados sobre os

dispositivos que utilizam, obteve-se como resultado 14 respostas para celular, 7 notebook, 6 smartphone, 3 notebook e smartwatch, 2 tablet e câmera digital, não permitindo concluir que exista um modelo preferido de aparelho.

Em relação ao conteúdo acessado na internet pelos entrevistados se destacaram as redes sociais, sendo que o WhatsApp é utilizado por 16 jovens alunos, o Instagram por 14, o Youtube e Tik Tok por 13, sendo que do total dos participantes da enquete, 14 dos respondentes as consideram importantes para fins educacionais.

No Brasil há 138 milhões de contas ativas no YouTube e, embora não seja possível contabilizá-las como indivíduos únicos, chama atenção o interesse da população na plataforma. Em média, os usuários passam 23 horas mensais assistindo vídeos (DATAREPORTAL, 2022). Se jovens e adultos buscam informar-se, entreter-se e educar-se por meios digitais, é válido que a educação se aproxime dessas formas não tradicionais de produção do conhecimento. António Nóvoa (2015, p. 19), em Carta a um jovem investigador em Educação, elucida que se deve reconhecer que “ninguém pode ser investigador em Educação fechado em uma redoma” e que, queiramos ou não, andamos misturados com as práticas contemporâneas. (KRUSE, 2023 p.21)

Mesmo podendo sendo considerado um expoente da cultura de massas, o ciberespaço apresenta recursos disponíveis nos seus diversos ambientes que o difere dos demais meios midiáticos, ao proporcionar o que Lévy (1999), denomina de “expansão das funções cognitivas” dos seres humanos, além de proporcionar um tipo de comunicação que possibilita aos indivíduos interagirem entre si, emitindo e também recebendo as mensagens.

Esses sistemas informativos constituídos com a utilização das TIC, permitem circular em tempo real as informações constituídas pela sociedade, além de tornarem possível que este mesmo cenário social passe por um constante refazer, inclusive recriando práticas e novas ações dos indivíduos num sentido em que possam desenvolver novas significações distintas daquelas alcançadas sob a ideologia dominante.

Assim, como descrito anteriormente, torna-se evidente que a procura por novos espaços capazes de proporcionar algum convívio social, educação

formal, não-formal e informal²⁹ tem ocorrido devido ao fato dos jovens alunos encontrarem dificuldades em se manterem no espaço de educação escolar presencial³⁰, optando por encontrarem novas opções de sociabilidades, inclusive comunidades de aprendizagem, existentes em ambientes virtuais informatizados organizados em rede através de recursos tecnológicos.

Um dos possíveis motivos desta situação pode ser associado a um novo tipo de convívio social proporcionado pelas TIC, responsáveis por disponibilizar o ciberespaço, ambiente informatizado que permite a reprodução virtualizada do ambiente físico.

As práticas sociais têm sido remodeladas de forma constante, tais transformações fazem com que se vivencie um processo de migração que permite a aproximação do ciberespaço com a vida cotidiana e conforme Silva; Couto (2012, p.335), “[...] praticamente, não existe diferenciação entre os domínios do digital e da realidade concreta [...]”, resultando num processo que pode refazer o modo de consumir e se relacionar, ou seja, uma nova sociabilidade desenvolvida pelos jovens a partir dos recursos “[...] visuais, auditivos e cinestésicos proporcionados pelas TIC, criando assim, novas perspectivas éticas e morais [...]”.

Entretanto, o desenvolvimento desta nova forma de sociabilidade pautada na utilização das TIC, pode deteriorar a relação entre indivíduo e sociedade, historicamente se tem que as novas tecnologias estiveram atreladas aos interesses das classes dominantes servindo para fortalecer o

²⁹ **Educação:** a) **Formal:** desenvolve-se em instituições estruturadas – escolas e universidades - regulamentadas por lei e certificadas segundo diretrizes nacionais. b) **Não-formal:** qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem. c) **Informal:** verdadeiro processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas de seu meio – na família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa.

³⁰ Dados: 40% estudavam por conta própria e 12% realizavam cursos a distância. (Pesquisa TIC 2019, CGI Brasil); 2,5% dos alunos abandonando as escolas no ensino médio. (Fluxo e atraso escolar INEP 2019); 347mil matrículas a menos no ensino médio (Censo Escolar 2022); 11% das crianças e adolescentes fora da escola no Brasil. (IPEC-UNICEF 2022).

modo de produção capitalista, elas podem ser capazes de estabelecerem uma nova dinâmica social, no caso específico, caracterizada pela intensidade de informações dispostas em rede, segundo pesquisa do DataSenado, realizada em 2019, 80% dos brasileiros consideram que as redes sociais influenciam muito a opinião das pessoas, podendo interferir no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a aparente autonomia e emancipação que o ciberespaço proporciona aos seus usuários pode se chocar com um crescente isolamento e desinteresse pelo desenvolvimento dos estudos no espaço escolar.

Por outro lado, os dados obtidos com a enquete não permitiram evidenciar a tendência de isolamento em decorrência da vivência no ambiente do ciberespaço, pois dos entrevistados, 16 se comunicam presencialmente com seus contatos das redes sociais, sendo que destes, a frequência com que os jovens alunos se comunicam de maneira presencial apresenta um número de 12 diariamente e 4 semanalmente.

Neste sentido, conforme Recuero (2009), tem-se que os recursos tecnológicos disponibilizados no ciberespaço podem ser considerados apenas ferramentas que auxiliam no desenvolvimento das sociabilidades.

[...]é preciso compreender que estudar redes sociais na Internet é estudar uma possível rede social que exista na vida concreta de um indivíduo, que apenas utiliza a comunicação mediada por computador para manter ou criar novos laços. Não se pode reduzir a interação unicamente ao ciberespaço, ou ao meio de interação. A comunicação mediada por computador corresponde a uma forma prática e muito utilizada para estabelecer laços sociais, mas isso não quer dizer necessariamente que tais laços sejam unicamente mantidos no ciberespaço. (RECUERO,2009, p.143)

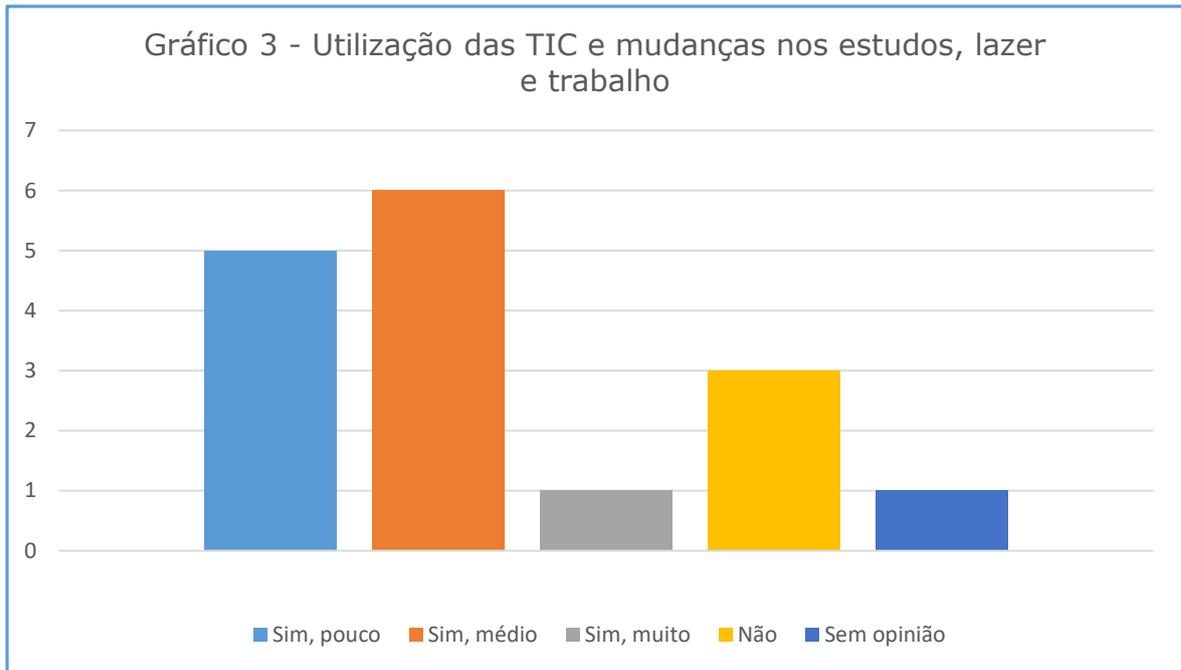
Com isso, um dos objetivos da pesquisa era constatar o surgimento de novos bens simbólicos nas sociabilidades desenvolvidas no ciberespaço e se estes se diferem daqueles desenvolvidos no contexto da educação escolar tradicional, pois a dinâmica educativa atual se apresenta como o resultado da interdependência entre as instituições, como descrito por Setton (2011), “[...] o processo de socialização das sociedades atuais é um espaço plural de múltiplas referências identitárias[...]”.

Uma das principais expressões deste novo tipo de socialização se dá segundo Guimarães Junior (2000) no ciberespaço, considerado como um novo espaço onde os indivíduos podem se adequar facilmente aos grupos, ou seja, a vivência online permite ao indivíduo “camaleão” a sua imagem virtual e criar diferentes sujeitos com máscaras distintas, porém se encontra limitado a um frame básico.

Entretanto, por mais democrático que pareça no sentido de possibilitar a emancipação humana, o ciberespaço pode ser considerado mais um dos instrumentos da cultura de massa e conforme Bourdieu (1989), enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, contribuindo para assegurar a dominação de uma classe sobre outra e possibilitando que se reproduza a violência simbólica desenvolvida no ambiente escolar presencial.

Assim, para constatar que a intensificação na utilização das TIC no espaço da escola tradicional de educação básica cria perspectivas nos jovens alunos em relação ao processo de socialização e, em decorrência, se este fato tem influência no desenvolvimento da formação escolar, tornou-se indispensável conhecer o convívio que os jovens alunos desenvolvem no ciberespaço e como este pode influenciar as suas práticas associativas e definir as relações sociais, principalmente aquelas relacionadas ao universo escolar, pois conforme Setton (2011), ocorre um fenômeno via processo dialógico, híbrido e disperso que possibilita aos indivíduos se situarem diante da heterogeneidade de princípios de orientação proporcionadas pelas instituições sociais.

No gráfico 3, abaixo, é possível perceber que a utilização das TIC é considerada por 6 jovens alunos que foram entrevistados, como responsável por mudanças medianas no cotidiano dos estudos, do lazer e do trabalho.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Algumas das mudanças no modo de vida dos jovens alunos em virtude da utilização das TIC, por exemplo, a crescente utilização das plataformas de aprendizagem na escola tradicional pode se relacionar ao fenômeno da privacidade no mundo virtual, porém ao serem perguntados na enquete sobre o Brasil em 2021 ser considerado o 6.º país no ranking dos que mais vazam dados na internet, constatou-se que este tipo de situação não é entendida como uma interferência nas sociabilidades desenvolvidas na escola tradicional e no ciberespaço.

Essa não é a maior preocupação deles, pois 4 dos entrevistados disseram que não sabiam ou não tinham opinião sobre o fato, mas outros 3 jovens alunos descreveram a falta de acesso aos aparelhos e à internet como o problema principal, a questão das Fake News³¹ foi considerado por 2 como mais importante do que o vazamento de dados, já o letramento digital que representa o saber utilizar esses recursos foi considerado por 2 respondentes como mais significativo, a dificuldade de interação entre professores e alunos, assim como não deixar se influenciar pelas

³¹ Expressão em inglês usada para se referir as falsas informações divulgadas, principalmente, em redes sociais.

informações dispostas na rede e resposta em branco, obtiveram o resultado de 1 participante para cada uma das situações descritas.

Assim, torna-se necessário um aprofundamento nos estudos para compreender melhor quais os impactos que as mudanças proporcionadas pelas TIC podem ocasionar nas sociabilidades dos jovens alunos e como elas podem influenciar os índices de evasão e desempenho escolar.

2.1 A Figura do narrador como inspiração para a prática docente no ensino de sociologia na educação básica

O debate sobre a Sociologia na educação básica no Brasil remete ao embate vivenciado pela figura do narrador na Europa medieval que possibilitava aos indivíduos conhecerem realidades distantes por meio da narrativa, entendida como representante de uma forma de conhecimento que podia ser apropriado coletivamente por meio da interação entre o sujeito que narrava e a sua plateia, resultando em um entendimento distinto ao que caracteriza o senso comum, porém a sociedade industrial capitalista criou um modo de vida urbano e cada vez mais individualizado em que os fatos se tornavam descartáveis ao serem apresentados no formato de informação pela imprensa.

Situação que, por analogia, pode ser considerada similar a encontrada no Ensino de Sociologia da Educação básica, quando ao se deparar com as TIC que reiteram a imediatez das relações sociais em nosso cotidiano, torna necessário práticas pedagógicas que contribuam para evitar que os jovens alunos não confundam as informações disponibilizadas em um fluxo intenso no ciberespaço como sinônimo do conhecimento escolar, deixando de se apropriarem da proposta de estranhamento do olhar sobre os fenômenos da sociedade.

A consolidação do modo de vida urbano, nas últimas décadas do século XIX, nos países europeus que se renderam a proposta do liberalismo econômico, contribuiu para que o fenômeno da dispersão entre os indivíduos, antes vivenciada na rotina dos feudos distantes entre si, passasse a ocorrer na forma de multidão anônima que circulava nas cidades.

Com isso, tornou-se obsoleta a figura daquele que antes cumpria a função de transmitir a informação sob a forma de narrativa com o intuito de levar o mundo distante aos que habitavam regiões que constituíam lugares únicos e com dinâmica de tempo própria, ou seja, esta prática tornava possível para aqueles que não podiam ir até onde ocorriam os fatos, o desenvolvimento de um conhecimento coletivo que se confundia com a

experiência do narrador.

No entanto, as transformações sociais fizeram com que seu papel fosse sendo substituído gradativamente por novas formas que adotavam os recursos tipográficos que vinham sendo aperfeiçoados desde o ano de 1440, quando Johannes Guttenberg desenvolveu a tecnologia da prensa móvel até o desenvolvimento da imprensa de massas, representada por jornais e agências de notícias que se beneficiavam das modernas máquinas tipográficas, conhecidas como rotativas, e dos recursos fotográficos e telegráficos no decorrer do século XIX.

Esse processo transformou a informação em mercadoria com poder de persuasão e ao apresentar os fatos no formato de notícia reproduziu o ritmo frenético e imediatista do modo de vida urbano, fazendo com que um novo modelo de interação entre os indivíduos e o mundo que os cercam se estabelecesse e alterasse a forma de construir conhecimento, transformando-a numa relação cada vez mais impessoal e sem a significação que a narrativa permitia.

Com isso, tem-se que a transmissão cultural de uma geração à outra se transformou ao longo dos séculos, fazendo com que no período de transição entre a sociedade feudal e a sociedade industrial capitalista, a educação escolar se tornasse um dos principais objetivos a serem alcançados, porém, a função de educar não se restringiu apenas à instituição escolar, mas incluía os novos meios de comunicação e os seus currículos ocultos que tinham o poder de formar opiniões.

“[...] Romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas etc. têm tido sempre sua quota de participação no processo educacional e podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas. [...]”
(PALLARES-BURKE, 1998, p.145)

Neste sentido, a Sociologia com a sua proposta de compreender a sociedade que se desenvolveu a partir do século XIX, pode ser considerada uma alternativa para transformar a imediatez dos fatos não vivenciados, mas noticiados pelos meios de comunicação, numa forma de conhecimento que possa ser apropriado e compreensível distintamente do que possibilita o senso comum.

A figura do Narrador descrita por Walter Benjamin (1994) pode ser considerada como tendo o mesmo tipo de importância que é dada por José de Souza Martins (1998), aos fatos cotidianos, constituindo uma temática próxima ao contexto escolar da Educação Básica contemporânea, pois a possibilidade dos jovens alunos se apropriarem do conhecimento pode ser prejudicada pelo fato dos recursos proporcionados pelas TIC gerarem um fluxo intenso de informações que nem sempre são selecionadas com bom senso, fato esse que tem se transformado em motivo de preocupação para a sociedade e, principalmente, para os educadores, ou seja, pode-se deixar de lado fatos importantes sem a devida atenção, enquanto se privilegia outros que caracterizam as Fake news.

O processo de transformação das sociedades modernas, mais especificamente aquelas regidas pelo modo de produção capitalista, faz com que muito do que pode ser visto em "O narrador", Benjamin (1994), seja por analogia, percebido no espaço escolar, pois o incremento dos aparatos tecnológicos contribui para que a figura do professor seja, muitas vezes, e gradativamente, substituída por estes recursos.

Neste sentido, torna-se comum a comparação entre o saber que o professor detém e o intenso fluxo de informações que o estudante pode ter acesso em tempo real nos ambientes virtuais, tendendo esta relação a ficar desfavorável ao responsável por mediar o processo de ensino aprendizagem por não possuir um vasto repertório de forma imediata.

O fenômeno no qual ocorreu a substituição da prática da narrativa, representante de uma forma de conhecimento coletivo que permitia a interação entre o sujeito que narrava e a sua plateia, pela prática da informação, representante de uma forma individualista de um conhecimento massificado, é resultante do recurso que representou o desenvolvimento de um novo tipo de produto cultural na transição entre a prática da narrativa e a notícia, pois conforme Benjamin (1994, p.203) "[...] enquanto esses relatos recorriam frequentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível. [...]".

Este processo se intensificou a partir dos meios de comunicação de massa, porém com o surgimento do romance em livros está prática já se tornou um obstáculo a predominância da narrativa e contribuiu para o surgimento dos jornais como fonte de conhecimento sobre o distante desconhecido.

Mesmo considerando, este aspecto, descreve-se a importância da narrativa por ser uma forma artesanal de comunicação e um conhecimento que podia ser apropriado pelos ouvintes/trabalhadores que desconheciam o novo ritmo urbano criado no modo de produção capitalista, ou seja, enfatiza-se a sua diferença em relação à informação veiculada pela indústria cultural, que apresenta como principais características o fato de noticiar o fato de forma imediata e descartável, pois, segundo Benjamin (1994, p. 221), “[...]o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida. [...]”.

No entanto, o desenvolvimento das TIC pode estar contribuindo para confundir o grande fluxo de informações, acessível a grande maioria dos jovens alunos, como uma forma de conhecimento que seja distinto do senso comum, pois, torna-se comum a inexistência de uma postura crítica diante deste processo de comunicação de massa, ficando os jovens alunos com a impressão de que estejam se apropriando de um certo conhecimento, porém deixam de realizar os procedimentos propostos pela Sociologia de questionamento e estranhamento sobre os fenômenos que se propõem a conhecer.

Por outro lado, conforme Martins (1998), o senso comum tem sido alvo de críticas pela Sociologia ao longo da história moderna, pois, suas ideias são consideradas carentes de sentido e restritivas para a ação humana, porém destaca o fato de que “[...]os homens fazem a sua própria História, mas não a fazem como querem e sim sob as circunstâncias que encontram, legadas e transmitidas pelo passado[...]”, (Marx, 1961 apud Martins, 1998, p.2), reiterando assim, a importância do conhecimento sobre a vida cotidiana e nos remetendo ao que Benjamin descreve sobre a figura

do narrador.

O compartilhamento de ideias entre indivíduos requer significados atribuídos coletivamente em um complexo jogo interpretativo. Contudo, é notável a forte influência das transformações do modo de produção capitalista na maneira como os indivíduos atuam como sujeitos no processo criativo de significação das relações sociais, pois conforme Martins (1998) este contexto pode ser considerado como responsável por tornar o homem comum, no seu tempo e espaço e diante da crise do cotidiano, uma força da sociedade capaz de atribuir ao senso comum a forma de conhecimento desta nova forma de relação entre indivíduo e sociedade, na qual a reprodução do capital se desenvolve em meio à rotina do que se chama tempo possível.

Nesse sentido, as novas sociabilidades desenvolvidas por meio das TIC, permitem que se desenvolvam novas propostas para o ensino de Sociologia, por exemplo, a de educação expandida, elaborada por Parra (2013), que articulem os diferentes recursos midiáticos existentes no ciberespaço e sejam organizadas a partir de procedimentos etnometodológicos que possibilitem a prática do ensino a partir do fazer, isto se dá com a realização da pesquisa-ação sobre questões vivenciadas no cotidiano.

[...]na ciência moderna há uma clara divisão entre o cientista observador e o mundo objetivo exterior, os etnometodológicos apontam que os atores sociais comuns também produzem "objetivações" do mundo, realizando portanto, uma espécie de sociologia prática. Portanto, o conhecimento científico não detém o monopólio sobre os processos de objetivação e análise do mundo vivido. Nesta perspectiva, o interesse científico desloca-se justamente para os processos pelos quais os atores realizam permanentemente a produção e a atualização do mundo social. (PARRA, 2013, p.96)

No entanto, o desenvolvimento do pensamento crítico se torna desafiador diante da rápida e abundante disseminação de informações sobre os fatos. Esse fenômeno, previamente explorado por Benjamin (1994) em sua análise sobre o jornal, facilita a expressão do senso comum, uma vez que prevalece um método robusto na produção de significados, comparado ao tempo em que predominava a narrativa.

Com isso, a questão da memória social se torna um instrumento importante no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem da educação básica, pois muito do que se tem acesso em matéria de informação é obtido por meio de um fluxo constante de notícias que na maioria das vezes se passam por um conhecimento que pode ser confundido com aquele objetivado pela formação escolar.

Neste sentido, o ensino de Sociologia no nível médio da educação escolar pode desempenhar um papel importante para que a figura do narrador da vida cotidiana se torne um sujeito presente e reconhecido na prática didática e contribua no desenvolvimento de um olhar crítico de desnaturalização dos aspectos mais comuns das relações sociais que giram em torno num dos eixos da disciplina: trabalho, cultura ou poder.

Em meio às diversas formas de impedimentos e contradições na condução da prática docente para os profissionais alocados na rede Pública, muito se tem feito. E muito poderá ser feito, principalmente para que se possam remodelar os tempos escolares e perceber as reais necessidades do ensino médio. Assim, as aulas serão mais eficazes nos processos de aprendizagem da Sociologia e das demais disciplinas, sempre entendendo a sociologia como uma ciência que tem um papel de atuar na esfera da mudança, da construção da cidadania, da democracia, da convivência com as diferenças, mas sempre, na não conformidade com as injustiças. (ALMEIDA, 2011, p.3)

Assim, a realidade social com que se deparam os profissionais da educação escolar na sociedade brasileira do século XXI faz com que seja necessário um constante debate sobre o papel da disciplina de Sociologia no Ensino Médio na construção de conhecimentos que tenham significação para os jovens estudantes da educação básica.

Capítulo 3: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

O desenvolvimento de uma sequência didática nas aulas de Sociologia para os 2.ºs Anos do Ensino Médio sobre a categoria Trabalho, com o título sugerido de “Trabalho no mundo moderno capitalista: da indústria para as plataformas digitais”, pode contribuir para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais significativo para os jovens alunos e minimizar os efeitos do fenômeno de interesse e/ou desempenho, caracterizado pelos elevados índices de evasão, abandono e desempenho insatisfatório que foram analisados nesse trabalho.

Para tanto, sugeriu-se a Pedagogia Histórico-Crítica desenvolvida por Gasparin (2012), a partir de Saviani (2007), em paralelo com as teorias de autores como Frigotto (2008) e Arroyo (1999) que se empenharam em pensar a relação entre a Educação Básica e o Mundo do Trabalho, desenvolvendo conceitos que possibilitam aos jovens alunos se apropriarem das diversas dimensões que envolvem o tema, inclusive a escolar.

Dentre os autores que desenvolveram estudos sobre a temática proposta, destaca-se Karl Marx (1844), responsável pelo desenvolvimento dos principais conceitos sobre o mundo do trabalho.

No desenvolvimento da proposta os alunos realizam pesquisas, bibliográfica e de campo, que possibilitam a obtenção de dados sobre o processo de apropriação do conteúdo objeto da sequência didática sobre a categoria trabalho.

A intervenção pedagógica proposta consiste no desenvolvimento de uma sequência didática que disponibilize meios para que os jovens alunos, do 2.º Ano do Ensino Médio, possam se apropriar dos conceitos básicos relacionados ao mundo do trabalho, e, mais especificamente das relações trabalhistas nas sociedades estruturadas com base no modo de produção capitalista.

Tem-se como pressuposto que o trabalho constitui a atividade chave no processo de humanização e é por meio dele em conjunto com as demais instituições sociais que se desenvolve o processo de socialização dos

indivíduos. Mesmo considerando o fato que a categoria trabalho perdeu a sua centralidade nas sociedades atuais em decorrência das transformações que se apresentam como sinônimos, dentre outros, de precarização e pauperização das relações de emprego, esta categoria ainda é de fundamental importância para ser estudada no universo da educação escolar, principalmente no nível médio com as aulas de Sociologia.

O constante processo de reestruturação produtiva tem resultado na perda de conquistas históricas dos trabalhadores, concretizando-se a realização dos objetivos do empresariado de manter seus lucros em paralelo com a informalidade, a intermitência ou a precariedade no trabalho, que podem ocorrer em diferentes atividades, por exemplo, em telemarketing, call center, entregadores e motoristas de aplicativo, digitalizadores, assalariados em fast-food, jovens trabalhadores em supermercado, etc., situações que reiteram a situação desfavorável daqueles que dependem da própria força de trabalho para se manter.

Conforme Marx (1844) o trabalho do ser humano é distinto daquele realizado pelos demais seres vivos, pois além de possibilitar a sua adaptação ao meio natural, ele o transforma procurando o adequar as suas necessidades. No entanto, este processo criativo se perde a partir do surgimento da sociedade de classes, na qual, o trabalho se torna uma mercadoria fazendo com que o trabalhador perca a sua autonomia no processo produtivo.

Este processo de transformação da natureza faz com que se crie uma história social para ser compartilhada com a sociedade, principalmente as novas gerações, e estabeleça vínculos culturais entre os indivíduos de diferentes grupos que vivenciam as relações sociais de modo contraditório.

Com isso, este fenômeno social ganha importância para o desenvolvimento do ser social e que esta herança cultural seja apresentada aos novos membros de determinada sociedade por meio de um processo socializador.

Entretanto, o desenvolvimento de novos modelos que enfatizam a flexibilização da produção com foco na demanda e manutenção do lucro,

por exemplo, o toyotismo e a indústria 4.0, nos quais são utilizados os recursos das TIC com o objetivo de promover a digitalização das atividades industriais e aumentar a produtividade, proporcionam em paralelo, a degradação das condições de trabalho e sujeitam os trabalhadores ao risco do desemprego.

[...] modos de ser da informalidade no Brasil recente demonstra a ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas [...] quer sob a ameaça direta do desemprego. (ANTUNES, 2013, p.15)

Na fase escolar do Ensino Médio das redes públicas se encontram os jovens alunos, aqueles que têm sido considerados como os sujeitos no processo de ensino e aprendizagem e cujo um dos seus possíveis objetivos com a educação escolar seja a sua inserção no mercado de trabalho em paralelo com a continuidade dos estudos em nível superior.

Assim, o tema se constitui de imediato como significativo para os jovens alunos do Ensino Médio, porém nem sempre o seu entendimento é constituído de uma visão desnaturalizada sobre os aspectos que o cercam, fazendo-se necessário o desenvolvimento de propostas didáticas que proporcionem a apropriação de conceitos e o entendimento crítico sobre as constantes transformações sociais que influenciam o surgimento de novas formas de organização do trabalho, descritas por Abílio (2021, p. 26) de “[...] a uberização como um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho com a consolidação do trabalho sob demanda, e a plataformização como dependência de plataformas digitais para executar atividades de trabalho. [...]”, que resultam num deslocamento da indústria para as plataformas digitais nas sociedades atuais estruturadas no modo de produção capitalista.

Neste sentido, a Sociologia com a sua proposta de compreender a sociedade que se desenvolveu a partir do século XIX, pode ser considerada uma alternativa importante para o entendimento das transformações atuais que tornam a imediatez das relações sociais num poderoso obstáculo ao desenvolvimento de um processo de estranhamento e desnaturalização do olhar sobre a realidade vivenciada.

3.1 A sequência didática como instrumento de intervenção pedagógica a partir da Pedagogia Histórico-Crítica

Segundo Pereira (2020), a sequência didática visa desenvolver aulas que se baseiem na problematização, resolução de tarefas e compreensão dos conceitos, para interpretar e repensar a realidade social.

Com o intuito de superar as dificuldades encontradas no processo de ensino aprendizagem vigente na sociedade brasileira atual, optou-se pela tentativa de adequação da proposta contida na Teoria Histórico-Crítica, mais especificamente da Pedagogia Histórico-Crítica desenvolvida por Gasparin (2012), a partir de Saviani (2007), como a mais adequada para o desenvolvimento de uma sequência didática sobre o tema Mundo do Trabalho para aulas de Sociologia no ensino médio.

O fato dessa etapa da educação básica constituir o principal momento de transição dos educandos para a fase adulta e em decorrência das adversidades apresentadas no mercado de trabalho e transformações no modo produtivo capitalista, fazem com que, em princípio, este seja um tema que apresenta conceitos e teorias que são de grande valia para o processo de desnaturalização diante de tais fenômenos pelos jovens alunos.

O fenômeno da flexibilização produtiva contribui para ocorrer a concentração de atividades realizadas através das TIC, principalmente nos países mais desenvolvidos economicamente na divisão internacional do trabalho, localizados no Cone Norte/centro, em detrimento daqueles que se encontram no Cone Sul/periferia, em que muitas atividades ainda se estruturam nos modelos produtivos anteriores ao da fase atual, sendo responsáveis, inclusive, pelo fornecimento de matéria-prima para a fabricação desses recursos.

Com isso, a situação dos trabalhadores pode se tornar ainda mais degradável nos países periféricos, pois além de vivenciarem situações de trabalho que caracterizam a precarização, têm que conviver com a ameaça do fenômeno do desemprego. Em contrapartida, nos países centrais a situação não se constitui de maneira mais amena nas relações de trabalho, pois convivem com a intensificação da flexibilização da produção,

representada, dentre outras, pela plataformização.

O fenômeno da plataformização comporta uma multiplicidade de abordagens. É possível discuti-lo sob a ótica da datificação ou da vigilância, da financeirização, do papel dos algoritmos, entre outros. O que define transversalmente o fenômeno nas diversas abordagens é a gestão algorítmica do trabalho, vigilância invisível e constante sobre o trabalhador, extração de dados e sua incorporação ao capital, disponibilização constante do trabalhador sem qualquer obrigação de nenhuma das partes, trabalho como mero fator de produção sem qualquer responsabilidade sobre a sua reprodução. (ABÍLIO, 2020, p.9-10)

O desenvolvimento da Sequência Didática pode ser realizado a partir da proposta desenvolvida por Gasparin (2012) da Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica a partir das suas fases e dimensões.

As três fases do método dialético de construção do conhecimento escolar – prática, teoria, prática –, partindo do nível de desenvolvimento atual dos alunos, trabalhando na zona de seu desenvolvimento imediato, para chegar a um novo nível de desenvolvimento atual, conforme a Teoria Histórico-Cultural, de Vygotsky, constituem as três partes deste trabalho, que se desdobram nos passos da pedagogia histórico-crítica, propostos por Saviani em seu livro *Escola e democracia*. Disso resultaram cinco capítulos – “Prática social inicial do conteúdo”, “Problematização”, “Instrumentalização”, “Catarse” e “Prática social final do conteúdo” – nos quais se tentou explicitar o novo processo dialético da aprendizagem escolar. Cada capítulo é constituído de um quadro teórico-metodológico e dos correspondentes procedimentos operacionais da ação docente-discente. (GASPARIN, 2012, pg.8-9)

Assim, faz-se a transposição dos fundamentos teóricos-metodológicos da teoria dialética do conhecimento, responsável pelo entendimento de que o ser humano constrói o seu conhecimento pela sua experiência em sociedade, juntamente com a teoria histórico-cultural, embasada na noção de atividade, escola de Vygotsky-Leontiev-Davydov, apresentada por Sforni (2017).

O desenvolvimento dos demais passos da Pedagogia Histórico-Crítica de prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social, constituem os instrumentos necessários para a elaboração de uma prática da didática da Pedagogia Histórico-Crítica, e pode ser visualizado no quadro abaixo.

Quadro 2 - Projeto de trabalho Docente-Discente na Pedagogia Histórico-Crítica

PRÁTICA Nível de desenvolvimento atual	TEORIA Zona de desenvolvimento imediato		
Prática Social Inicial do conteúdo	Problematização	Instrumentalização	Catarse
1) Listagem do conteúdo e objetivos: Unidade: objetivo geral Tópicos: objetivos específicos 2) Vivência cotidiana do conteúdo: a) O que o aluno já sabe: visão da totalidade empírica Mobilização. b) Desafio: o que gostaria de saber a mais?	1) Identificação e discussão sobre os principais problemas postos pela prática social e pelo conteúdo. 2) Dimensões do conteúdo a serem trabalhadas.	1) Ações docentes e discentes para construção do conhecimento. Relação aluno x objeto do conhecimento pela mediação docente. 2) Recursos humanos e materiais.	1) Elaboração teórica da síntese, da nova postura mental. Construção da nova totalidade concreta. 2) Expressão prática da síntese. Avaliação: deve atender as dimensões trabalhadas e aos objetivos.

Fonte: Gasparin (2012)

No processo de ensino aprendizagem a prática social inicial é vivenciada por professor e aluno, porém ambos, geralmente compartilham ideias de grupos distintos, em que se apresentam visões diferentes da realidade social que precisa ser considerada no trabalho educativo.

A prática da qual se está falando não se reduz somente ao que fazem, sentem e pensam os educandos em seu dia a dia. [...] Ora, isso faz compreender que, se a totalidade social é histórica e contraditória, tanto em seus componentes objetivos quanto subjetivos, o mesmo se dá com fatos, ações e situações da realidade imediata dos alunos na educação escolar. (GASPARIN, 2012, p.6)

No entanto, surge o dilema da definição do conteúdo a ser retirado da prática social para se tornar objeto de estudo, assim, a problematização, segunda fase da metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica, possibilita que seja feita uma adequação diante do conflito de interesses. Isto ocorre, principalmente, diante do caráter social e político que a educação apresenta, responsável por tentar manter a reprodução da estrutura contraditória vigente.

Neste sentido, tem-se que a tratativa sobre o Mundo do trabalho representa uma dualidade de significados para os que desenvolvem o processo de ensino e aprendizagem, que pode ser devido à própria ocupação no mercado de trabalho, uns dentro e outros buscando a inserção, porém ambos vivenciam situações desfavoráveis neste contexto atual, ou seja, a constante falta de comprometimento de governos com a educação pública no Brasil tem resultado, inclusive, na precarização do trabalho docente (Kuenzer, 2021), estes, em sua grande maioria, se veem diante de péssimas condições de trabalho com salários e demais direitos defasados, em paralelo, com a crescente plataformização do ensino.

Por outro lado, a situação dos jovens alunos não se apresenta melhor, pois se veem diante da alta rotatividade no mercado de trabalho, índices elevados de desemprego, ansiedade em encontrar a primeira colocação profissional, dentre outros fatores.

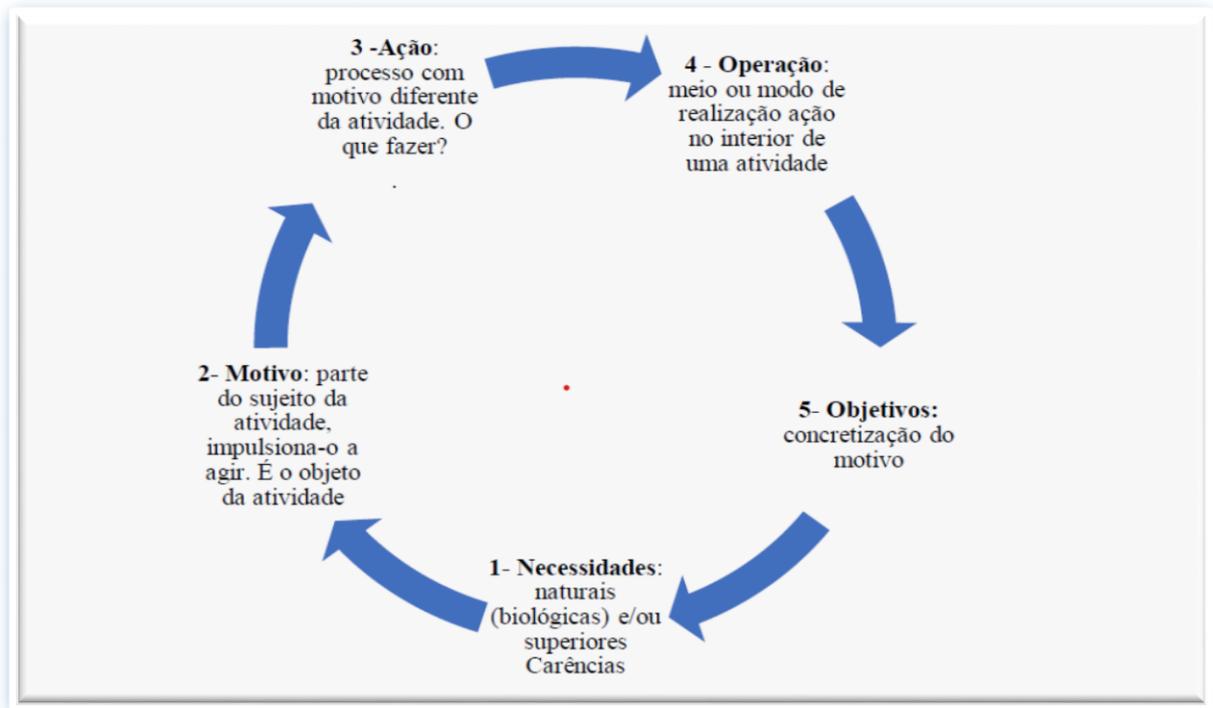
Surge a necessidade de alguns procedimentos para que a problematização obtenha um resultado satisfatório e seja coerente com a justificativa da importância de apropriação desse conteúdo na educação escolar, evidenciando quais são as importâncias de suas dimensões científica/conceitual, histórica e social.

Essas diversas faces, com muita frequência, estão implícitas na Prática Social Inicial. Daí a necessidade de torná-las questões desafiadoras para o educando, a fim de que a dimensão científica seja contrastada com a espontânea e o educando, nesta comparação, desenvolva seu conhecimento, aprenda. (GASPARIN, 2012, p.39)

O processo de desenvolvimento de uma didática teórico-prática se torna mais eficiente a partir da fase chamada de instrumentalização, quando o conteúdo é considerado o objeto de conhecimento a ser apropriado pelos jovens alunos.

Para tanto, conforme a Teoria Histórico-cultural se torna necessário segundo Sforni (2017, p.91), que “[...]apropriar-se de um conceito significa “pensar com” ele, movimentá-lo do geral (abstrato) para o particular (concreto) e vice-versa[...]”, o que pode ser exemplificado pela teoria da atividade, conforme figura abaixo.

Figura 4 - Estrutura da Teoria da Atividade



Fonte: Pereira, N. (2020)

Na estrutura da Teoria da Atividade é possível perceber nos passos propostos que são capazes de transformarem o item 2-Motivo no item 5-Objetivo por meio de um processo que gera significado sobre o conteúdo da ação desenvolvida.

O próximo passo é o desenvolvimento da catarse, procedimento de evidente importância na Pedagogia Histórico-Crítica para que seja possível a realização da síntese sobre o que foi realizado durante as fases anteriores de apropriação do conteúdo estudado.

Nesta fase, os jovens alunos releem aquilo que lhes foi apresentado inicialmente enquanto um problema a ser resolvido, resultando numa nova forma de pensamento e ação, representada pela apreensão de um novo conceito e da desnaturalização do olhar diante da realidade dada.

Assim, segundo Gasparin (2012), com o estudo teórico dos conceitos científicos, comparado ao que é obtido no cotidiano, os jovens alunos chegam a síntese, quando têm condições de demonstrar o grau de assimilação dos novos conteúdos. Esse nível de apropriação pode ser total

ou parcial.

Com isso, tem-se a conclusão da proposta teórica com a realização da prática social final, etapa onde é possível que os jovens alunos demonstrem o resultado da sua aprendizagem sobre o conteúdo, ou seja, suas novas visões de mundo social enquanto sujeitos ativos desse mesmo sistema.

3.2 Desenvolvendo a Sequência Didática

A utilização da proposta com base no método dialético prática-teoria-prática (Gasparin, 2012), pode contribuir no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, em particular nas aulas de Sociologia, que objetivam a apreensão da categoria trabalho no contexto da educação escolar, permitindo a elucidação de algumas questões sobre o tema, como por exemplo:

- Por que trabalhar na juventude?
- Da Escola para o trabalho, duas faces da mesma socialização?
- Por que o trabalho socializa?
- Qual o papel das TIC para as relações de trabalho?

Por se tratar de um dos principais objetivos dos educandos ao final da etapa de escolarização de nível médio, a categoria trabalho se torna indispensável para proporcionar uma visão desnaturalizada sobre a sociedade atual, podendo ser objeto de estudos nas aulas de Sociologia, pois o mundo do trabalho muitas vezes é compreendido com base nas ideias do senso comum.

Daí que o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem que objetive o desenvolvimento da desnaturalização na compreensão dos conceitos relacionados à categoria trabalho, possibilita por meio de alguns recortes, tais como emprego, desemprego, salário, lucro, modo de produção, flexibilização, precarização; que os jovens alunos se apropriem das três dimensões possíveis no ensino de Sociologia que foram propostas nas OCNem (2006, p. 117), “[...]uma explicativa ou compreensiva – teorias; uma linguística ou discursiva – conceitos; e uma empírica ou concreta – tema[...].”

Com isso, essa sequência didática pretende que sejam disponibilizados meios para que os educandos desenvolvam a compreensão do fenômeno social a partir da Pedagogia Histórico-Crítica (Gasparin, 2012), isto torna possível que seja criado um processo de (re)construção do conhecimento pelo educando em relação ao contexto no qual está inserido e de distanciamento daquilo que foi entendido com base no senso comum.

A participação consciente nos envolvidos no processo de ensino aprendizagem é fator indispensável para se alcançar os objetivos propostos, daí se faz necessário uma apresentação do tema que contemple todas as possibilidades que tal ação de aprendizagem permite, ou seja, o que pode ser aprendido, para que serve tal conhecimento?

Para que o método de Prática-Teoria-Prática seja desenvolvido, é necessário realizar as seguintes etapas:

➤ Prática Social Inicial

Mesmo que seja considerado o fato que a categoria trabalho esteja presente no cotidiano dos jovens alunos do nível médio da escola pública, torna-se necessário na fase de síntese constatar o conhecimento que os alunos possuem.

Como forma de averiguação e sensibilização é feita a Apresentação de slides com imagens sobre algumas atividades desenvolvidas por seres vivos ao longo dos séculos.

Feito isto, torna-se fundamental constatar, ainda, a partir de uma dinâmica o que os alunos sabem sobre o tema.

Com isso, é possível ter elementos para a construção de uma situação-problema e um direcionamento das demais ações previstas para o desenvolvimento da sequência proposta.

➤ Problematização

Para a problematização sobre o fenômeno social escolhido, é proposto o desenvolvimento de uma pesquisa por parte dos jovens alunos junto à comunidade escolar que possibilite a obtenção de dados sobre a categoria trabalho e permita o desenvolvimento de um processo de estranhamento e de desnaturalização sobre a temática proposta e leve em consideração algumas questões, por exemplo:

- ✓ Existe relação entre os estudos e o futuro profissional?
- ✓ As TIC podem substituir os empregos? Quais?
- ✓ As TIC são importantes para os estudos e no exercício de todas as profissões?
- ✓ Qual o significado das expressões uberização e precarização?

✓ Quais os motivos de empregos sem registro em carteira e direitos básicos (férias, décimo terceiro salário, descanso semanal, etc.)?

Para a realização da pesquisa é necessário seguir as seguintes etapas:

- Pesquisa bibliográfica;
- Construção do questionário e roteiro de pesquisa;
- Aplicação dos questionários;
- Análise das entrevistas informais;
- Transcrição dos dados;
- Análise dos dados coletados.

A necessidade em desenvolver tais procedimentos se dá em razão das referências bibliográficas serem a base teórica e norteamento para a construção do questionário, roteiro de pesquisa e análise dos dados coletados.

Conforme Sousa (2020), a importância da pesquisa como ferramenta de aprendizagem é facilmente percebida, pois, as suas etapas de realização podem contribuir no processo de apropriação do conhecimento sobre o fenômeno observado, partindo-se da pesquisa bibliográfica o pesquisador consegue conhecer tudo o que já foi estudado sobre o assunto.

A importância da prática de pesquisa na educação básica é destacada como um instrumento de (Re) construção do conhecimento sobre determinada realidade estudada.

A educação pela pesquisa consagra o *questionamento reconstrutivo*, com qualidade forma e política, como traço distintivo da pesquisa. [...] a pesquisa precisa ser internalizada como atitude cotidiana, não apenas como atividade especial, de gente especial, para momentos e salários especiais. (DEMO,2011, p. 12)

Concluída a fase final da pesquisa se realiza a discussão em torno dos aspectos considerados mais relevantes sobre o fenômeno social estudado, tendo como referência o conhecimento inicial que os jovens alunos apresentavam.

[...]a pesquisa assume lugar essencial na construção da condição de emancipação dos educandos, pois, estando constantemente construindo e reconstruindo seu conhecimento, tornam-se críticos, autocríticos. Dando ao educando a condição de autor do próprio conhecimento também estaremos desfazendo a estrutura de aula instrucionista que possui a marca do professor. Este, deixará de ser

reprodutor do conhecimento e passará a guiar os experimentos científicos que os educandos forem vivenciar. Alterando a estrutura do processo ensino e aprendizagem pautado na aula instrucionista para um processo dinâmico em que o educando adquire autonomia no processo de aprendizagem. (SOUZA, 2020, p.58)

Nessa etapa, torna-se interessante realizar a consulta de pesquisas realizadas por órgãos institucionais que se dedicam a este tipo de atividade, por exemplo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA); para comparar os dados obtidos e seja formulada a proposta final de conteúdo a ser trabalhado e em quais dimensões.

Assim, a realização da pesquisa pode contribuir com a contextualização da temática Mundo do Trabalho na disciplina de Sociologia no Ensino Médio e na obtenção de alguns dados qualitativos sobre o:

- Perfil dos Estudantes (ocupação, empregado, desempregado, objetivo profissional, qualificação, cursos realizados);
- Perfil dos Familiares dos Estudantes(idem);
- Perfil dos professores e funcionários da Unidade Escolar(idem).
- Instrumentalização

Segundo Gasparin (2012), os procedimentos propostos nesta etapa podem fazer com que se crie um contraponto entre o conteúdo científico (conceitos, teorias e tema) e o cotidiano dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, este exercício didático, relação sujeito/objeto, permite um novo procedimento dos jovens alunos a partir da mediação do professor, caracterizando a manifestação de um novo conhecimento construído.

No entanto, nesta etapa é necessário recorrer à proposta da teoria da atividade, escola de Vygotsky-Leontiev-Davydov (Sforni,2017).

As ações didático-pedagógicas e os recursos necessários para a realização desta fase são definidos por alguns aspectos: experiência do professor; conteúdo; interesses e necessidades dos alunos; e, principalmente, concepção teórico-metodológica, que, nesse caso, é a perspectiva histórico-cultural, adotada para a construção do conhecimento. (GASPARIN, 2012, pg.50)

Com isso, são desenvolvidas as seguintes fases da Teoria da Atividade:

- Necessidade – esta fase se inicia a partir daquilo que os jovens alunos conhecem ou tem uma ideia e corresponde ao que tem sido chamado de concreto imediato, possível através de momentos de reflexão teórica e ações práticas. Tem-se como exemplo a questão: todo ser humano trabalha, você ou seus conhecidos trabalham?

- Motivo – tendo identificado a necessidade, parte-se para a ação de aproximação entre os jovens alunos e o fenômeno social estudado, são propostas atividades que incentivem a ação sobre o problema e o objeto estudado. Aqui são direcionados por meio da atividade de pesquisa na unidade escolar a se situarem diante da questão norteadora e situação problema em torno da categoria trabalho.

- Ação – conforme as condições existentes na unidade escolar são definidas ações e operações intencionais pautadas pelo engajamento dos jovens alunos e mediação do professor objetivando o fortalecimento dos motivos da atividade. A realização de pesquisa pelos jovens alunos no contexto da unidade escolar pode fornecer dados para que se sintam encorajados a querer adquirir mais conhecimentos sobre a temática vista, resultando na realização de uma Aula Debate, aberta à comunidade escolar. Assim, apresenta-se os conceitos básicos, tais como o de modo de produção, flexibilização, mercadoria, emprego, desemprego, precarização, classe social, luta de classes.

- Operação – procedimentos utilizados com o intuito de definir o caminho para o objeto e o objetivo da atividade, constituem ações mentais de análise, imaginação, comparação e reflexão, por meio da atividade de estudo e atividade de ensino. Com base no resultado obtido com a realização da pesquisa e sua posterior comparação com dados divulgados por institutos que pesquisam o tema, são desenvolvidas novas ações abrangendo as dimensões mais significativas do tema.

- Objetivo – deve coincidir com o motivo e possibilitar que os jovens alunos se apropriem dos conhecimentos teóricos, das experiências

histórico-culturais e sua aplicação no mundo concreto que os cercam. Aqui, eles já percorreram o caminho de construção dos conceitos relacionados ao tema, ou seja, o concreto pensado com base numa análise objetiva. Com isso, têm a oportunidade de se apropriarem do processo histórico de transformações no mundo do trabalho e como este se encontra relacionado ao cotidiano.

➤ **Catarse**

Nesta fase de Síntese do processo em desenvolvimento, os jovens alunos demonstram o nível de conhecimento de que se apropriaram em relação ao tema, conceitos e teorias, ou seja, apresentam uma nova postura mental em relação ao conteúdo observado na prática social inicial. Assim, sugere-se a realização de um Painel no qual o novo entendimento construído sobre o fenômeno social estudado possa ser avaliado.

➤ **Prática Social Final**

Manifestação da nova atitude prática dos jovens alunos em relação ao conteúdo aprendido e compromisso em pôr em execução o novo conhecimento, conforme Gasparin (2012, p.143), “[...]é a nova maneira de compreender a realidade e de se posicionar-se nela, não apenas em relação ao fenômeno, mas à essência do real, do concreto. [...]”.

Assim, para a conclusão da Sequência Didática é proposto que os jovens alunos elaborem um texto argumentativo, no formato colaborativo, para ser disponibilizado através das TIC nas redes sociais da escola, em que é descrito como pretendem utilizar no cotidiano o que foi apropriado no processo desenvolvido e quais as suas ações em relação ao Mundo do Trabalho, tendo como sugestão para reflexão sobre o âmbito individual/imediato a seguinte questão: como o conhecimento do qual se apropriou pode contribuir para que não se submeta a formas de trabalho precário? E, como noção coletiva no sentido de transformar uma determinada realidade social em que está inserido, a questão: como posso contribuir para não haver situações de trabalho precário na sociedade?

3.3 Cronograma

Fase	Sequência Didática Realizar:-	Teoria da Atividade	Didática Pedagogia Histórico-Crítica
1ª Semana – 2 aulas	Sensibilização	Necessidade	Prática Social Inicial
2ª Semana – 2 aulas	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta da Pesquisa • Métodos de Pesquisa 	Motivo	Problematização
3ª Semana – 2 aulas	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa Bibliográfica • Construção do Questionário 		
4ª Semana – 2 aulas	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do Questionário • Análise dos dados 	Ação	Instrumentalização
5ª Semana – 2 aulas	<ul style="list-style-type: none"> • Análise dos dados • Resultado obtido • "Aula Debate" 		
6ª Semana – 2 aulas	Preparação de Painel	Operação	Catarse
7ª Semana – 2 aulas	Elaboração de Texto	Objetivo	Prática Social Final

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transformações sociais que está em curso em escala global vem ocorrendo desde o início da sociedade capitalista, quando houve a introdução de novas tecnologias para proporcionar o aumento da produção industrial em paralelo com a redução dos seus custos, fato que recebeu grande contribuição da ciência e exigiu do Estado uma proposta de Educação pública (Durkheim, 2011), com a pretensão de transformar os indivíduos em cidadãos comprometidos com aquele modelo.

Assim, a relação entre educação, trabalho e tecnologia tem exigido estudos que visam encontrar um consenso em torno de propostas de utilização das tecnologias que garantam os direitos essenciais aos cidadãos das sociedades que convivem com esses recursos em diferentes áreas da realidade social.

A educação básica e a própria sociologia enquanto componente curricular do Ensino Médio que se propõe a desenvolver o pensamento crítico nos jovens alunos, enfrentam dificuldades para lidar com o intenso fluxo de informações e recursos que se movimentam no ciberespaço que têm sido associados aos elevados índices de evasão e desempenho considerado insatisfatório, representando a existência de falta de sincronia entre a condição juvenil e as propostas pedagógicas vigentes no espaço da escola tradicional.

Constatou-se entre os jovens alunos participantes da enquete que existe um movimento de procura por novos espaços de sociabilidades onde manifestem a sua condição juvenil e desenvolvam conhecimento com a utilização dos recursos existentes no ciberespaço.

No entanto, o entendimento que esse grupo entrevistado tem sobre o espaço da escola tradicional é satisfatório e a utilização das TIC é compreendida como um instrumento que melhora o aprendizado, ou seja, não foi possível relacionar os índices de evasão e desempenho escolar com o fato de se encontrarem insatisfeitos com as práticas pedagógicas por não encontrarem sentidos e significados em realizar as atividades propostas e tampouco que exista a substituição do espaço escolar presencial por

aqueles que se estruturam no ciberespaço para a realização de cursos, sejam eles da educação formal, não-formal ou informal.

O fato da condição juvenil se manifestar nos processos educativos em dimensões distintas em que se formam novos tempos e espaços para os jovens alunos interagirem entre si e também que se expressem através de bens simbólicos, torna o ambiente do ciberespaço atraente para esse segmento que já vivencia os recursos das TIC desde os primeiros anos de vida.

Neste sentido, os dados obtidos com a realização da enquete são importantes, porém insuficientes para se conhecer em profundidade os ambientes nos quais os jovens alunos desenvolvem as suas sociabilidades, inclusive relacionadas à educação, e as opiniões sobre quais mudanças podem ocorrer naquele em que se encontram com mais intensidade para o transformar num espaço de construção de conhecimento que tenha significado, ou seja, um novo trabalho de pesquisa que utilize métodos complementares, por exemplo, o Estudo de Caso, pode fornecer mais dados para a compreensão do problema analisado nesse trabalho.

Enquanto instituição social responsável por apresentar o conhecimento adquirido pela sociedade, a escola convive com um dilema antigo e comum a muitos países, trata-se de não ser a única a compartilhar com as novas gerações essa experiência histórica, pois, também desempenham essa função a família, o trabalho e os meios de comunicação, isso ficou mais nítido com o desenvolvimento da socialização descrita como híbrida (Setton, 2011), em que ocorre o desenvolvimento de múltiplas relações sociais em que os indivíduos desempenham importante papel diante destas instituições, principalmente as novas agências socializadoras estruturadas através das TIC.

Entretanto, esse fenômeno em que a informação é aceita como sinônimo de conhecimento surgiu na sociedade industrial capitalista, quando a noção de multidão individualizada se estabeleceu e expôs as mazelas daquele contexto histórico sob as formas distintas de anomia e alienação, racional e irracional, ideologia e utopia, liberdade e solidão,

fazendo com que se desenvolvesse um pensamento, como o sociológico, que objetivasse, em momentos distintos, a compreensão e a transformação da realidade social.

Atualmente, tais contradições se diluem nos fluxos midiáticos digitais direcionados pelos algoritmos, tornando necessário que o Ensino de Sociologia na Educação Básica se reinvente para não se tornar conivente com este processo em que é visível a existência de informações parciais, falsas e tendenciosas disponibilizadas no ciberespaço.

Entendeu-se que o desenvolvimento educacional dos jovens alunos pode ser prejudicado, pois, essas informações sem os procedimentos de estranhamento e desnaturalização do olhar, propostos pela disciplina de Sociologia, podem ser aceitas como sinônimo do conhecimento objetivado pela Educação Básica no Ensino Médio.

Neste sentido, o ciberespaço tem apresentado características que o aproximam cada vez mais dos demais instrumentos da indústria cultural ao expressar a cultura de massa conforme preconiza o ideal liberal capitalista e como espaço capaz de proporcionar sociabilidades, até mesmo ligadas ao campo da educação, possibilitando a produção de novos bens simbólicos, porém, também a manifestação da violência simbólica (Bourdieu,1992).

Com isso, tem-se que este processo de busca da emancipação humana através da educação escolar formal vem enfrentando o desafio proporcionado pelas TIC e na tentativa de o superar recorre-se à sabedoria reconhecida por Benjamim (1994) na figura do narrador e as possibilidades que os fatos cotidianos proporcionam como inspiração para o desenvolvimento de práticas didáticas pelos docentes da disciplina de Sociologia que tenham significação aos jovens alunos da Educação Básica no Ensino Médio.

Nesse sentido, a realização da Sequência Didática com base na Pedagogia Histórico-Crítica, permite que se proceda conforme propõe o ensino desenvolvimental, ou seja, a partir dos sentidos e significados encontrados na realização das atividades os jovens alunos têm a oportunidade de compreenderem o fenômeno da socialização dos indivíduos

a partir da instituição trabalho enquanto sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

O desenvolvimento da Sequência Didática pode resultar também em novos dados para a compreensão do universo da educação básica na escola pública, pois como constatado na pesquisa encomendada a Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica(IPEC) pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2022, um dos motivos responsáveis pelos entrevistados estarem fora da escola é justamente em decorrência do fato de que precisaram deixar as salas de aula para trabalharem.

Essa proposta é importante por possibilitar a compreensão de que as sociabilidades desenvolvidas através das TIC não se limitam à área da educação, sendo importante recurso para o modelo produtivo flexibilizado ao possibilitar que o sistema capitalista mantenha seus objetivos que praticamente são os mesmos desde o seu surgimento, ou seja, um recurso para garantir lucros aos empresários em paralelo com a precarização das relações de trabalho.

Com isso, para os jovens alunos que se encontram na fase do Ensino Médio e na transição para a vida adulta, torna-se necessário o desenvolvimento de propostas que contribuam para que se apropriem de temas e conceitos relacionados aos fenômenos sociais a partir da desnaturalização do olhar como propõe a disciplina de Sociologia na Educação Básica conforme o currículo oficial.

Assim, concluiu-se que embora as TIC sejam valiosas para a aprendizagem dos jovens alunos, não substituem as sociabilidades presenciais que se desenvolvem no espaço da escola tradicional, porém diante do caráter exploratório da pesquisa, outros estudos se fazem necessários para a obtenção de dados que permitam um novo entendimento sobre o problema analisado e contribuam com a prática docente na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. *et al.* Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, [S. l.], v. 23, n. 57, p. 26–56, 2021. DOI: 10.1590/ 15174522-116484. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/116484>. Acesso em: 5 jul. 2022.

ABRAMO, H. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro, *In:* (org.), Freitas, M. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. Disponível em: http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2344/1/caderno_Juv.pdf Acesso em: 5 ago. 2023.

ALMEIDA, C. A Sociologia no ensino médio depois de sua obrigatoriedade em 2008: Avanços e perspectivas. **X Encontro de pesquisadores do programa educação: Currículo 2011**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Disponível em: https://www4.pucsp.br/webcurriculo/edicoes_anteriores/encontro-pesquisadores/2011/downloads/aprovados/CarlosFernandodeAlmeida.pdf Acesso em: 13 out. 2022.

ALONSO, A. **Idéias em Movimento**: a geração 70 na crise do Brasil- Império. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. DOI:10.11606/T.8.2000.tde-20042022-120113. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-20042022-120113/publico/2000_AngelaMariaAlonso.pdf Acesso em: 19 jan. 2024.

ALTIERI, D. O algoritmo como imaginário social. **Nhengatu - Revista ibero-americana para Comunicação e Cultura contra-hegemônicas**, v.1, nº 5, 2021. São Paulo, jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/2318-5023.2021.n5.e55544> Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nhengatu/article/view/55544> Acesso em: 08 out. 2023.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. *In:* **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. (org.) Antunes, R. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARROYO, M. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. *In:* Ferretti, C.; Silva, J.; Nogueira, M. (org.). **Trabalho, formação e currículo**: Para onde vai a escola? São Paulo, SP: Xamã, 1999 p.13-42.

ARTES, A. **A pandemia e os dados de educação do IBGE e do INEP**: fotografias desfocadas. São Paulo, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/fcc-em-pauta/pandemia-dados-educacao/>

Acesso em: 8 set. 2023.

AZEVEDO, G.; NASCIMENTO, T. O discurso de apoio à Sociologia no Ensino Médio nos anos 30/40 e nos anos 90/00: apontamentos sobre os dois períodos. **Revista Café com Sociologia**, n.4, vol.3, p.8-20, 2015.

Disponível em:

<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/529> Acesso em: 03 out. 2022.

BENJAMIN, W. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: Benjamin, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-221.

BIONDILLO, R. **Walter Benjamin e os caminhos do flâneur**.

Dissertação (Mestrado em Filosofia). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/39273/Publico-39273.pdf?Sequen ce=1&isAllowed=y> Acesso em: 23 jan. 2024.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BODART, C. Origem da palavra Trabalho. **Blog Café com Sociologia**, [s.l.], 20 jun. 2010. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/origem-da-palavra-trabalho/> Acesso em: 03 jul.2022.

BOURDIEU, P. **The forms of capital**. [s.l.], 1986. Disponível em: <https://www.socialcapitalgateway.org/sites/socialcapitalgateway.org/files/data/paper/2016/10/18/rbasicsbourdieu1986-theformsof capital.pdf> Acesso em: 11 dez. 2023.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**, (trad.), Tomaz, F. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil,1989.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução**: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1992.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 8.530, de 2 de Janeiro de 1946 - **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 21 jan. 2024.

BRASIL. Lei Nº 8.069, DE 13 de JULHO de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera a Lei nº 9.394 e inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 12.796, de 4 de ABRIL DE 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRASIL **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília, 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.641, de 07 de agosto de 2003**. Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=127294>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.178/1997**. De 28 de maio de 1997. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-3178-1997> Acesso em: 22 jan. 2024

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 5230, de 26 de outubro de 2023**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis n.º s 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, e 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2399598>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. MEC.CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: 2013.

BRASIL. MEC. **Histórico da BNCC**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico> Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. MEC.CNE. **PARECER CNE/CP Nº: 6/2021**. Brasília: 2021.

BRASIL. MEC. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias.** Conhecimentos de Sociologia. pp.100-133, 2006.

BRASIL. MEC. SEMTEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Bases Legais.** Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude.** (org.), Abramo, H., Brasília: SNJ, 2014. 128p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf> Acesso em: 18 ago. 2023.

CAETANO, É. Censo Escolar: Ensino Médio registra 347mil matrículas a menos em 2022. **Jornal Folha de São Paulo**, 16 set. 2022. Disponível em: <https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/noticias/censo-escolar-ensino-medio-registra-347-mil-matriculas-a-menos-em-2022/345470.html> Acesso em: 11 dez.2022

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e terra, 1999, v.1.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet:** Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Ele vetou a disciplina no ensino médio:** Sindicato dos Sociólogos de SP protesta contra concessão de prêmio profissional a FHC. 11 set. 2009. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/ele-vetou-a-disciplina-no-ensino-medio-8d62> Acesso em: 4 abr.2022.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS – FIOCRUZ. **Os algoritmos multiplicam os empregos precários.** 19 Abril 2022. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=os-algoritmos-multiplicam-os-empregos-precarios> Acesso em: 16 dez. 2023.

CHALHOUB, S. A Guerra Contra os Cortiços: Cidade do Rio 1850-1906. **Primeira Versão** nº 19, Campinas, IFCH-Unicamp, 1990. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pub/livros/1724> Acesso em: 05 dez. 2023.

CIGALES, M. O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares. **Revista Café com Sociologia**, Vol.3, Nº1, p. 49-67. Jan. 2014. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/100/pdf> Acesso em: 26 jan. 2024.

CORDEIRO, V. Novas questões para sociologia contemporânea: os

impactos da Inteligência Artificial e dos algoritmos nas relações sociais, *In: Cozman, F.; Plonski, G.; Neri, H. (org.), **Inteligência artificial: avanços e tendências**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2021. E-book. p. 206-226. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/650/579/2181> Acesso em: 27 nov. 2023.*

DA SILVA, D. A Construção da realidade na perspectiva relacional de Pierre Bourdieu. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 61-86, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10972. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10972>. Acesso em: 29 mar. 2024.

DAVYDOV, V. O que é atividade de estudo. **Revista Escola inicial** Nº 7, 1999. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/17012018/o_que_e_a_atividade_de_estudo.pdf Acesso em: 01 out. 2023.

DAYRELL, J. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf> Acesso em: 13 ago. 2023.

DAYRELL, J. A juventude no contexto da sociologia: questões e desafios, *In: **Sociologia: ensino médio**. (coord.), Moraes, A. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 65-84. Coleção Explorando o Ensino. v. 15* Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 16 out. 2021.

DAYRELL, J.; REIS, J. Juventude e Escola: Reflexões sobre o Ensino da Sociologia no Ensino médio. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 13, 2007, Recife. **Anais** [...]. Recife-PE: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007. p. 1-17.

DAYRELL, J. A Trajetória do Observatório da Juventude da UFMG. *In: **Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG**. (org.) Dayrell, J., Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016. P. 17-78.*

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 9. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. (trad.) Brandão, E., 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ESTEVEES, L.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. *In: Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.* Abramovay, M.; Andrade, E.; Esteves, L. (org.), Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007 Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume27juventudoutrosolhares_sobre_a_diversidade.pdf Acesso em: 18 ago. 2023.

FILGUEIRAS, V.; CAVALCANTE, S. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. Dossiê Trabalho e proletariado no século XXI. **Revista Princípios** n. 159, p.11-41, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2020. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/19> Acesso em: 26 jun. 2022.

FERNANDES, F. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 125-161, 2005. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.86i212.853> Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2940> Acesso em: 12 ago. 2021

FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio.** Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia - Áureo de Oliveira Filho. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/2SF/2-Frigotto2008.pdf> Acesso em: 6 jun. 2022.

GASPARIN, J. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**, 5. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

GOOGLE CLOUD. **O que é inteligência artificial (IA)?** Disponível em: <https://cloud.google.com/learn/what-is-artificial-intelligence?h=pt-br> Acesso em: 14 dez. 2023.

GUIMARÃES JUNIOR, M. A Cibercultura e o Surgimento de Novas Formas de Sociabilidade. GT "Nuevos mapas culturales: Cyberespacio y tecnologia de la virtualidad", **II Reunión de Antropología del Mercosur**, Piriápolis, Uruguai, 11 a 14 nov. 1997. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html> Acesso em: 23 set. 2012

GUIMARÃES JUNIOR, M. O Ciberespaço como Cenário para as Ciências Sociais. **Revista Ilha** n.1, p. 139-154, dez. 2000, Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/download/14652/13398/45160> Acesso em: 03 ago. 2022

HOBBSAWM, E. **A era do Capital 1848-1875**, 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

KRUSE, T. **Educação não formal democrática no YouTube**: três estudos de caso. Dissertação de mestrado em educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/32230/1/Thai%CC%81s%20Cristina%20Kruse.pdf> Acesso em: 08 out. 2023.

KUENZER, A. O Ensino médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº70, p. 15-39. Abril, 2000.

KUENZER, A. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020. **Educação & Sociedade** (Imp.), v. 112, p. 851-874, 2010.

KUENZER, A. A precarização do trabalho docente: o ajuste normativo encerrando o ciclo. *In: Trabalho docente sob fogo cruzado*. (org.). Magalhães, J. et al., vol. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. E-book. p. 235-250. Disponível em: http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2021/05/ebook_-Trabalho-Docente-Sob-Fogo-Cruzado-2-final.pdf Acesso em: 27 mar 2024.

LÉVY, P. **Cibercultura**, (trad.), Carlos I. Costa, São Paulo: Ed.34,1999.

LÉVY, P. **Educação e Cybercultura**: A nova relação com o saber. Disponível em: <http://www.caosmose.net/pierrelevy/educaecyber.html> Acesso em: 10 ago.2023

LIEDKE FILHO, E. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 14, p. 376-437, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/4j6LSBRQphh5Jb6cWq9KvWG/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 25 jan. 2024.

LIMA, A. Da Cultura da mídia à cibercultura: as representações do eu nas tramas do ciberespaço. *In: III ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E CIDADANIA*, 2009. **Anais** [...]. Goiânia: Mestrado em Comunicação da UFG; Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania – PUC/GO, 2009. p. 1-12. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/76/o/ciberespaco_representacoes_do_eu.pdf Acesso em: 29 abril 2023.

MACIEL, S. Com disciplinas fake, Reforma do Ensino Médio é um desastre! Revogação já! **Esquerda Online**, São Paulo, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/02/16/com-disciplinas-fake-reforma-do-ensino-medio-e-um-desastre-revogacao-ja/> Acesso em: 21 mar. 2023.

MARTIN-BARBERO, J. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens, *In: Culturas juvenis no século XXI*, (org.), Borelli, S.; Filho, J., São Paulo: Educ, 2008. p. 9-32.

MARTINS, C. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTINS, J. O senso comum e a vida quotidiana. **Tempo Social**, São Paulo, n. 10, p. 1-8, maio 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86696>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos. 1844**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/prefacio.htm> Acesso em: 31 Mai.2022

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. (trad.) Enderle, R.; Schneider, N.; Martorano, L. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO, L. **O sentido e o significado do ensino médio para os estudantes: um estudo a partir da psicologia histórico-cultural**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3067>. Acesso em: 10 ago. 2023

MORAES, A. Ensino de sociologia: Periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 mar. 2023.

NONATO, S. *et al.* Por uma pedagogia das juventudes. *In:* (org.) Dayrell, J. **Por uma pedagogia das juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016. P. 249-304.

NOVO ENSINO MÉDIO: quais os próximos passos? Algo mudará agora nas salas de aula? **G1**, 8 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/08/novo-ensino-medio-quais-os-proximos-passos.ghtml> Acesso em: 19 ago. 2023.

NÚÑEZ, I. **Vygotsky, Leontiev, Galperin**: formação de conceitos e princípios didáticos. Brasília: Líber Livro, 2009.

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. O ensino de Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 E 2017. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 42-58, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2359-

7003.2019v28n2.46060.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46060>.

Acesso em: 19 jan. 2024.

O que é o ChatGPT? Tudo o que você precisa saber sobre este chatbot de IA gratuito. **TecMundo**, 21 dez. 2023 Disponível em:

<https://www.tecmundo.com.br/mercado/275205-o-chatgpt-tudo-o-que-voce-precisa-saber-chatbot-ia-gratuito.htm> Acesso em: 08 jan. 2024.

PAES DE BARROS, R. *et al.* **Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens**. Fundação Brava, Instituto Unibanco, Insper, Instituto Ayrton Senna, 2017. Disponível em: <http://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Políticas-Públicas-para-reducao-do-abandono-e-evasao-escolar-de-jovens.pdf> Acesso em: 13 ago. 2023

PALLARES-BURKE, M. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisa**, n.104, p. 144-161, jul. 1998.

Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/723/737>.

Acesso em: 16 abr. 2023.

PARANÁ É O ÚLTIMO LUGAR EM ÍNDICE DO ENSINO MÉDIO NO CENSO ESCOLAR 2022. **Tribuna do Paraná**, 26 fev. 2023. Disponível em <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/parana-e-o-ultimo-lugar-em-indice-do-ensino-medio-no-censo-escolar-2022/> Acesso em: 27 fev. 2023.

PARRA, H. Educação expandida e ciência amadora: primeiros escritos. *In:* (org.), Ferraz, C.; Nunes, F. **Imagens, Geografias e Educação: intenções e articulações**. Dourados, Ms: Ed. UFGD, 2013. P. 79-101.

Disponível em:

https://www.academia.edu/4770415/Educacao_Expandida_e_Ciencia_Amadora_primeiros_escritos Acesso em: 09 nov. 2023.

PEREIRA, N. **Consumo e consumismo**: uma proposta de sequência didática para ensinar e aprender Sociologia. Dissertação (mestrado profissional) Universidade Estadual Paulista. FFC, Marília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/202146> Acesso em 21 mai. 2022.

PESQUISA DATASENADO. Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade de Dados na Internet. nov. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opinio-das-pessoas> Acesso em: 16 jun. 2023.

PESQUISA Internet F/Radar_7a_edicao_abril2010. F/Nazca S&S.

Disponível em: <http://www.fnazca.com.br/index.php/2010/11/29/fradar-7a-edicao/> Acesso em: 29 mar. 2011.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2019 [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das9tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2019/> Acesso em: 03 out. 2020.

PINTO, L.; BARBOSA, J. A Perspectiva relacional em Pierre Bourdieu. **Revista Poiesis**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/poiesis/article/view/4825>. Acesso em 29 mar. 2024.

PIOTTO, D.; NOGUEIRA, M. Um balanço do conceito de capital cultural: contribuições para a pesquisa em educação. **Educação E Pesquisa**, n.47, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022021470100302> Acesso em: 11 set. 2023.

PIPINIS, V. O Brasil pelos olhos dos jovens: a construção da identidade nacional a partir da mídia da escola. In: **Sociologia da socialização: novos aportes teóricos.** (org.), Setton, M. São Paulo: FEUSP, 2018. p. 98-122.

POCHMANN, M. O Estado de bem-estar social contra a pobreza: batalha perdida? **Blog da Rede Brasil Atual**, 08 maio 2015. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/o-estado-de-bem-estar-social-contra-a-pobreza-batalha-perdida-7459/> Acesso em: 15. jun. 2021.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCHA, A. **As trocas interpessoais na Internet:** privacidade e sociabilidade na era da cibercultura. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, CE, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1227/1/Dis_2010_AMM.Rocha.pdf Acesso em: 13 jul. 2023.

SANTOS, E. Onze por cento das crianças e adolescentes estão fora da escola no Brasil, aponta pesquisa do Unicef. **G1**, São Paulo, 15 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/09/15/11percent-das-criancas-e-adolescentes-estao-fora-da-escola-no-brasil-aponta-pesquisa-do-unicef.ghtml> Acesso em: 12 dez. 2022.

SANTOS, M. Há mesmo um espaço virtual? **Palestra proferida em 21 fev. 2000**. Disponível em: http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/Ha-mesmo-um-espacovirtual_Milton-Santos.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução Seduc nº 52**, de 16.11.2023. Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: <https://sedsee.blob.core.windows.net/ficha/Anexo/legislacao17112023124529Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SEDOC%205222.pdf?Time=17:52>. Acesso em: 01 fev. 2024.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. Florestan Fernandes e a educação. **Estudos Avançados**, V.10, N. 26, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/CwvqDcdywntVY7dZDwmGpGf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 jan. 2024.

SAVIANI, D. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. *In*: Krawczyk, N.; Lombardi, J. (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, p. 27-45. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=105859&opt=4> Acesso em: 24 jan. 2024.

SETTON, M. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea Rev. Bras. Educ. (20). Ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005> Acesso em: 29 mar. 2022.

SETTON, M. **Sociologia da socialização**: novos aportes teóricos. São Paulo: FEUSP, 2018.

SETTON, M. Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. **Revista Educação e Pesquisa**, Dez. 2011, vol.37, no.4, p.711-724 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-7022011000400003&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 19 out. 2012.

SFORNI, M. O método como base de reflexão sobre um modo geral de organização do ensino. *In*: Mendonça, S.; Penitente, L.; Miller, S. (org.) **A questão do método e a teoria histórico-cultural**: bases teóricas e implicações pedagógicas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 81-96.

SILVA, T. Currículo e trabalho na era da pós-política e do pós-trabalho. *In*:

Ferretti, C.; Silva, J.; Nogueira, M. (org.) **Trabalho, formação e currículo**: Para onde vai a escola? São Paulo (SP): Xamã, 1999. p.75-84.

SILVA, T. **Documentos de identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. 9. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, V.; COUTO, E. Interfaceamentos contemporâneos: tecnologias digitais e tribos urbanas no contexto Escolar, **Educação em Revista**, vol.28, no.2, Belo Horizonte, Jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/WM7JvJhXRcZZTTGXHKbmCvy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 06 out. 2022.

SOUZA, A. **“É pesquisando que se aprende”**: a pesquisa como estratégia didática no ensino de sociologia. Dissertação (mestrado profissional) Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, PB, 2020. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/16451?show=full> Acesso em: 27 jun. 2022.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. v.1, Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994.

WEFFORT, F. **Os Clássicos Da Política**. v.2, São Paulo: Ática, 2006.

WOOD, E. História ou teleologia? Marx versus Weber. *In*: Wood, E. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 129-154.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA †

1. Idade: _____
2. Sexo/Gênero: _____
3. Você tem acesso a computadores e outros dispositivos digitais?
Sim Não
4. Quais os dispositivos você utiliza?
 - Tablet
 - Câmera digital
 - Smartwatch
 - Notebook
 - Smartphone
 - Desktop
 - Celular
5. Você utiliza a internet?
Sim Não
6. Com qual frequência?
 - Diariamente
 - Semanalmente
 - Mensalmente
 - Raramente
 - Nunca
7. Você utiliza quais redes sociais?
 - WhatsApp
 - Youtube
 - Instagram
 - Facebook
 - TikTok
 - LinkedIn
 - Messenger
 - Kwai
 - Pinterest
 - Twitter
 - Telegram
 - Snapchat
 - Nenhuma

8. Você se comunica presencialmente com os seus contatos das redes sociais?

Sim Não

9. Com qual frequência?

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Raramente
- Nunca

10. Você considera as redes sociais importantes para fins educacionais?

- Sim
- Não
- Talvez

11. Que tipo de atividades e assuntos você prefere nas redes sociais?

- Música
- Animais (Pet)
- Games
- Culinária
- Beleza Educação
- Comédia
- Empreendedorismo
- Tv
- Finanças
- Futebol
- Outro:

12. Você utiliza recursos digitais na escola?

Sim Não

13. Qual é a sua opinião sobre o uso de tecnologia na escola?

- Melhora o aprendizado
- Piora o aprendizado
- Não interfere no aprendizado
- Não tenho opinião
- Outro:

14. Quais os sites ou portais web você utiliza com mais frequência para estudar Sociologia?

- Infoescola
- Wikipédia

- Brasilescola
 - Todamatéria
 - Educa mais Brasil
 - Youtube
 - Stoodi
 - Café com sociologia
 - Google Scholar
 - Sua Pesquisa
 - Cola da Web
 - Politize!
 - Outro:
15. Você acha que a utilização de recursos digitais fez com que você mudasse seu cotidiano nos estudos, lazer e trabalho?
- Sim, pouco
 - Sim, médio
 - Sim, muito
 - Não
 - Sem opinião
16. A tecnologia digital mudou a cultura tradicional?
- Sim
 - Não
 - Não sei
17. Você já ouviu falar sobre cibercultura?
- Sim Não
18. Você já ouviu falar de inteligência artificial?
- Sim Não
19. Você conhece o ChatGPT?
- Sim Não
20. Qual foi o uso feito do ChatGPT?
- Trabalho comercial
 - Pesquisa
 - Trabalho escolar
 - Lazer
 - Outro:
21. Você tem conhecimento sobre a legislação de direitos autorais/plágio?

- Sim
- Não
- Talvez

22. Você já participou de um curso virtual?

Sim Não

23. Que tipo de curso?

- Idiomas
- Técnico
- Livre
- Preparatório
- Profissionalizante
- Música
- Fotografia
- Supletivo
- Outro:

24. Você prefere cursos presenciais ou virtuais?

- Presenciais
- Virtuais

25. Que tipo de curso oferece mais oportunidades para interagir com outros alunos?

- Presenciais
- Virtuais

26. Na sua opinião quais são os maiores desafios em usar recursos digitais?

Resposta:

27. Você já teve ou conhece alguém que teve algum problema como o descrito na notícia abaixo, como faz para se proteger desse tipo de ameaça?

O Brasil assumiu o 6º lugar no ranking de países com mais vazamentos de dados no mundo - 17/03/2022

De janeiro a novembro de 2021, 24,2 milhões de perfis de brasileiros tiveram suas informações expostas na internet a partir de ataques ou brechas em sistemas. Com isso, o Brasil assumiu o 6º lugar no ranking de países com mais vazamentos de dados no mundo.

De acordo com números da Surfshark, empresa de privacidade e segurança online, o País também registrou um aumento nos casos de golpes contra pessoas jurídicas. O levantamento destaca ainda o ataque ao aplicativo ConecteSUS que ficou fora do ar por dez dias e o do vazamento de dados envolvendo a Polícia Federal.

<https://www.istoedinheiro.com.br/seguranca-de-dados-brasil-e-o-6o-pais-com-mais-vazamentos-diz-pesquisa/>

Resposta: _____

OBRIGADC



<https://docs.google.com/forms/d/1ouUuflyEyW1QqXJ5rI77z0cgahxLsfA7Tb3QFg27yPo/prefill>

ANEXO A – Consulta ao ChatGPT - 11/03/2023
<https://chat.openai.com/chat/7a1dbc02-7cdf-4317-91ef-333cbc3b239a>

Cibercultura

Cibercultura é o conjunto de práticas, crenças, valores e representações que emergem em contextos em que a tecnologia da informação e a comunicação são importantes. É uma cultura que se desenvolve a partir da utilização das redes e dos meios eletrônicos de comunicação, como a internet, as redes sociais e os dispositivos móveis, entre outros. A cibercultura inclui também as práticas de produção, disseminação e uso de conteúdo digital, como blogs, podcasts, vídeos e outras formas de mídia digital. A cibercultura é uma cultura em constante transformação, pois está sempre sendo influenciada pelas novas tecnologias e pelos avanços da ciência e da tecnologia.

Cibercultura refers to the culture that has emerged as a result of the widespread use of computer networks and the internet. It encompasses the social, cultural, and political aspects of digital technology and its impact on society. This includes the ways in which people use and interact with technology, as well as the ways in which technology shapes our social and cultural norms and values. Cibercultura also encompasses the various subcultures that have emerged as a result of the internet and the ways in which these subcultures are shaping our understanding of the world.

Cibercultura

Cibercultura es un término que se refiere a la cultura y las prácticas sociales que han surgido a partir del uso de tecnologías digitales y de internet. Incluye elementos como la comunicación digital, la creación y distribución de contenido en línea, la identidad en línea y las comunidades virtuales. La cibercultura también aborda temas como la privacidad en línea, la seguridad cibernética y la ética digital.

Quais são as teorias atuais?

Existem diversas teorias atuais em diferentes áreas do conhecimento. Aqui estão algumas das teorias mais relevantes em algumas áreas específicas:

Teoria da relatividade geral e teoria quântica: são duas das teorias mais importantes da física moderna, que buscam explicar os fenômenos do universo em diferentes escalas.

Teoria da evolução por seleção natural: proposta por Charles Darwin, é uma teoria biológica que explica como as espécies evoluem ao longo do tempo.

Teoria da complexidade: é uma teoria interdisciplinar que busca entender a complexidade dos sistemas naturais e sociais.

Teoria crítica: é uma teoria social que questiona as estruturas de poder e dominação presentes na sociedade, buscando a emancipação e a transformação social.

Teoria da comunicação: abrange diversas teorias que buscam entender os processos comunicativos entre indivíduos e grupos.

Teoria da aprendizagem: abrange diversas teorias que buscam entender como os indivíduos adquirem conhecimento e habilidades.

Teoria da cognição: abrange diversas teorias que buscam entender como o cérebro processa informações e toma decisões.

Essas são apenas algumas das teorias atuais em diferentes áreas do conhecimento. Cada área tem suas próprias teorias e modelos explicativos, que são atualizados e refinados à medida que novas descobertas são feitas e novas questões são levantadas.

Antonio Aparecido
sobre cibercultura

A cibercultura é um termo que se refere à cultura e às práticas sociais que emergem do uso de tecnologias digitais e da internet. Ela engloba diversas atividades e fenômenos que surgem na interação entre os indivíduos e as tecnologias digitais, tais como a comunicação digital, o compartilhamento de informações e de conteúdo, a construção de identidades virtuais, a

formação de comunidades online e as relações sociais mediadas pela tecnologia.

A cibercultura tem transformado profundamente a sociedade contemporânea, modificando hábitos, costumes, formas de trabalho e de lazer, e também gerando novas questões éticas e políticas. Dentre os temas que se destacam na cibercultura, podemos citar a privacidade e a segurança na rede, a neutralidade da internet, a liberdade de expressão e de acesso à informação, a propriedade intelectual e a regulação das atividades online. Além disso, a cibercultura é um campo de estudo interdisciplinar, que envolve áreas como a sociologia, a comunicação, a antropologia, a psicologia e a informática. Através dessas diferentes perspectivas, é possível compreender a complexidade e a diversidade dos fenômenos que surgem na interação entre os indivíduos e as tecnologias digitais, e avaliar os impactos sociais, culturais e políticos dessas transformações.

e referente a sua capacidade de proporcionar a sociabilidade?

A cibercultura tem o potencial de proporcionar novas formas de sociabilidade, uma vez que as tecnologias digitais permitem a comunicação e a interação entre pessoas de diferentes lugares e culturas, além de possibilitar o compartilhamento de informações e de interesses em comum. Por exemplo, as redes sociais permitem que os indivíduos construam e mantenham relações sociais virtuais, formando comunidades online e participando de grupos de interesse compartilhado. Além disso, a cibercultura também oferece novas formas de participação política e de engajamento social, possibilitando a organização de mobilizações e campanhas em prol de causas e questões sociais.

No entanto, é importante ressaltar que a sociabilidade mediada pela tecnologia digital não substitui as relações sociais presenciais e que, em alguns casos, pode até mesmo prejudicá-las, como nos casos de dependência excessiva de dispositivos tecnológicos ou de uso inadequado das redes sociais. Portanto, é fundamental que os indivíduos utilizem a cibercultura de forma consciente e equilibrada, valorizando tanto as relações virtuais quanto as relações presenciais.

quais autores tratam essa questão?

Há diversos autores que abordam a questão da sociabilidade na cibercultura, cada um com suas abordagens e perspectivas teóricas. Aqui estão alguns exemplos:

Manuel Castells: sociólogo espanhol, autor da trilogia "A Era da Informação", que analisa os impactos das tecnologias da informação e da comunicação na sociedade contemporânea. Castells argumenta que a cibercultura tem transformado as relações sociais e criado novas formas de sociabilidade, possibilitando a construção de redes e comunidades online.

Sherry Turkle: psicóloga e pesquisadora americana, autora de diversos livros sobre a relação entre tecnologia e sociedade. Em seus estudos, Turkle explora como a tecnologia digital tem afetado a forma como nos relacionamos uns com os outros, argumentando que, em alguns casos, as redes sociais e outras formas de comunicação digital podem dificultar a formação de relações autênticas e profundas.

danah boyd: pesquisadora americana em ciência da informação, que tem se dedicado a estudar a forma como os jovens utilizam as redes sociais e outras tecnologias digitais. boyd argumenta que a cibercultura oferece novas formas de sociabilidade e de engajamento social para os jovens, permitindo que eles construam suas identidades e encontrem apoio e suporte em comunidades online.

Howard Rheingold: autor e professor americano, que escreveu diversos livros sobre a cibercultura e a cultura digital. Em seus estudos, Rheingold explora como a tecnologia digital tem criado novas formas de colaboração e de cooperação entre as pessoas, possibilitando a formação de comunidades e redes de compartilhamento de informações e conhecimentos.

Antonio Aparecido

O que muda entre a sociedade em rede e a era da informação de Castells?

A "Era da Informação" e a "Sociedade em Rede" são duas obras do sociólogo

espanhol Manuel Castells que abordam as transformações sociais, culturais e econômicas decorrentes das tecnologias da informação e da comunicação na contemporaneidade. Embora esses conceitos estejam relacionados, eles se referem a aspectos diferentes da cibercultura e apresentam algumas diferenças entre si.

A "Era da Informação" é o primeiro livro da trilogia de Castells e foi publicado em 1996. Nele, o autor analisa as mudanças sociais e econômicas que resultam da crescente importância da informação na economia global, argumentando que estamos vivendo em uma nova era da história humana, caracterizada pela emergência de uma economia global baseada no conhecimento e na informação. Nesse sentido, a "Era da Informação" de Castells está focada principalmente nos aspectos econômicos e tecnológicos da cibercultura.

Já a "Sociedade em Rede" é o segundo livro da trilogia, publicado em 1999. Nele, Castells expande sua análise para incluir os aspectos socioculturais da cibercultura, argumentando que estamos vivendo em uma nova forma de sociedade, caracterizada pela emergência de redes sociais e pela interconexão global de sistemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Nesse sentido, a "Sociedade em Rede" de Castells se concentra na transformação das relações sociais e na emergência de novas formas de sociabilidade e de organização social, que são possibilitadas pelas tecnologias digitais.

Assim, enquanto a "Era da Informação" enfatiza a importância da informação e do conhecimento na economia global e na sociedade contemporânea, a "Sociedade em Rede" expande essa análise para incluir as transformações socioculturais que estão ocorrendo como resultado dessas mudanças tecnológicas.

Antonio Aparecido
e a terceira obra?

A terceira obra da trilogia de Manuel Castells é intitulada "Fim de Milênio"

(The Information Age: Economy, Society and Culture, Volume III) e foi publicada em 1998. Neste livro, Castells aprofunda suas análises sobre a sociedade em rede e a era da informação, focando em temas como a cultura da virtualidade real, as transformações da política, os movimentos sociais e a identidade cultural.

Castells argumenta que a cultura da virtualidade real, ou seja, a cultura baseada em experiências e interações mediadas por tecnologias digitais, é uma das principais características da sociedade em rede. Ele analisa como essa cultura tem afetado a forma como as pessoas se relacionam entre si e com o mundo, e como tem possibilitado a emergência de novas formas de expressão cultural.

O autor também discute as transformações da política na sociedade em rede, destacando a importância das redes sociais e dos movimentos sociais como agentes de mudança política e social. Ele argumenta que as redes sociais têm possibilitado uma maior participação e engajamento cívico, bem como a emergência de novas formas de poder político e de governança.

Por fim, Castells analisa a questão da identidade cultural na sociedade em rede, destacando como as tecnologias digitais têm possibilitado uma maior expressão e afirmação de identidades culturais diversas. Ele argumenta que, embora a cibercultura possa contribuir para a fragmentação cultural, ela também pode possibilitar uma maior valorização e respeito pelas diferenças culturais.

Quais autores brasileiros se utilizam dessa teoria?

Vários autores brasileiros utilizam as teorias de Manuel Castells para analisar a cibercultura e suas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas. Aqui estão alguns exemplos:

Lúcia Santaella: pesquisadora e professora de teoria da comunicação, Lúcia Santaella utiliza as teorias de Castells em seus estudos sobre cibercultura, mídia digital e comunicação. Ela argumenta que a cibercultura é uma nova forma de cultura que é caracterizada pela interconexão global e pela

ubiquidade tecnológica.

André Lemos: professor de comunicação e pesquisador de cibercultura, André Lemos utiliza as teorias de Castells em seus estudos sobre cidades digitais, mobilidade urbana e cultura digital. Ele argumenta que as tecnologias digitais têm um papel importante na transformação das cidades e na emergência de novas formas de sociabilidade.

Marcos Palacios: professor de comunicação e pesquisador de cibercultura, Marcos Palacios utiliza as teorias de Castells em seus estudos sobre jornalismo digital, redes sociais e cultura participativa. Ele argumenta que a cibercultura tem possibilitado uma maior participação dos cidadãos na produção e circulação de conteúdo midiático.

Sérgio Amadeu da Silveira: sociólogo e ativista digital, Sérgio Amadeu utiliza as teorias de Castells em seus estudos sobre software livre, privacidade digital e movimentos sociais na internet. Ele argumenta que a cibercultura pode ser uma ferramenta para a democratização da sociedade e para a luta contra a exclusão digital.

Esses são apenas alguns exemplos de autores brasileiros que utilizam as teorias de Castells em seus estudos sobre cibercultura. Existem muitos outros pesquisadores e acadêmicos que também se utilizam dessas teorias para analisar as transformações socioculturais e econômicas decorrentes das tecnologias digitais.

Antonio Aparecido

e quais são das Ciências Sociais?

As teorias de Manuel Castells sobre a sociedade em rede e a cibercultura são amplamente utilizadas em estudos das Ciências Sociais, tais como Sociologia, Comunicação, Antropologia, Ciência Política, entre outras. Aqui estão alguns exemplos de autores das Ciências Sociais que se utilizam dessas teorias:

Saskia Sassen: socióloga e professora da Universidade de Columbia, Saskia Sassen utiliza as teorias de Castells em seus estudos sobre globalização, redes transnacionais e cidades globais. Ela argumenta que as redes

transnacionais são uma característica importante da sociedade em rede e têm um papel importante na economia global.

Clay Shirky: escritor, consultor e professor de mídia digital, Clay Shirky utiliza as teorias de Castells em seus estudos sobre a internet e a mídia digital. Ele argumenta que as tecnologias digitais têm possibilitado novas formas de colaboração e participação coletiva na produção de conteúdo e na resolução de problemas coletivos.

Howard Rheingold: escritor e pesquisador de mídia digital, Howard Rheingold utiliza as teorias de Castells em seus estudos sobre comunidades virtuais, inteligência coletiva e cultura participativa. Ele argumenta que a cibercultura tem possibilitado a emergência de novas formas de sociabilidade e de produção coletiva de conhecimento.

Manuel Castells: é claro que Manuel Castells também utiliza suas próprias teorias em seus estudos sobre a sociedade em rede e a cibercultura. Ele é um dos principais teóricos desses temas e suas obras têm influenciado uma ampla gama de estudos nas Ciências Sociais.

sugestão para fazer um questionário de pesquisa qualitativa sobre utilização de recursos digitais

Aqui estão algumas sugestões para elaborar um questionário de pesquisa qualitativa sobre a utilização de recursos digitais:

Comece com perguntas abertas que permitam que os entrevistados compartilhem livremente suas experiências e opiniões sobre o uso de recursos digitais. Exemplos: Como você utiliza recursos digitais em seu dia a dia? Qual é a sua experiência ao utilizar esses recursos?

Faça perguntas específicas sobre o tipo de recurso digital que você está pesquisando. Exemplo: Qual é o seu aplicativo favorito para realizar tarefas de trabalho?

Inclua perguntas sobre as vantagens e desvantagens do uso de recursos digitais. Exemplo: Quais são as principais vantagens e desvantagens de trabalhar com aplicativos online?

Pergunte sobre as necessidades específicas dos entrevistados em relação aos recursos digitais. Exemplo: Quais recursos digitais você acredita que precisam ser desenvolvidos para melhorar a experiência de trabalho?

Inclua perguntas sobre o nível de conforto dos entrevistados ao utilizar recursos digitais. Exemplo: Como você se sente ao utilizar um novo software ou aplicativo pela primeira vez?

Peça aos entrevistados para compartilharem exemplos específicos de como eles utilizam recursos digitais em seu trabalho ou vida pessoal. Exemplo: Pode nos contar sobre uma vez em que um recurso digital foi particularmente útil para você?

Pergunte sobre a eficácia dos recursos digitais que os entrevistados utilizam. Exemplo: Você acredita que o uso de recursos digitais tem melhorado a sua produtividade no trabalho?

Inclua perguntas sobre a segurança dos recursos digitais utilizados pelos entrevistados. Exemplo: Você se preocupa com a segurança dos seus dados ao utilizar recursos digitais?

Lembre-se de que essas são apenas sugestões e que o questionário deve ser adaptado às suas necessidades e objetivos de pesquisa específicos. Certifique-se de que as perguntas sejam claras e objetivas para que os entrevistados possam compreendê-las facilmente.

essa sugestão é adequada para o contexto da educação básica?

Sim, as sugestões que eu dei podem ser adequadas para o contexto da educação básica, mas é importante adaptá-las às necessidades específicas da pesquisa que está sendo realizada. Aqui estão algumas sugestões adicionais para elaborar um questionário de pesquisa qualitativa sobre a utilização de recursos digitais na educação básica:

Faça perguntas específicas sobre o contexto educacional em que os recursos digitais são utilizados. Exemplo: Quais são as principais formas de utilização de recursos digitais em sala de aula?

Pergunte sobre a opinião dos professores e alunos em relação à eficácia dos

recursos digitais no processo de ensino e aprendizagem. Exemplo: Você acredita que o uso de recursos digitais tem ajudado no aprendizado dos alunos?

Inclua perguntas sobre a acessibilidade dos recursos digitais para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades específicas. Exemplo: Como os recursos digitais estão sendo adaptados para atender às necessidades dos alunos com deficiência?

Peça aos entrevistados para compartilharem exemplos específicos de como eles utilizam recursos digitais em sala de aula. Exemplo: Pode nos contar sobre uma atividade em que você utilizou um recurso digital para ajudar no ensino de um determinado tema?

Inclua perguntas sobre a preparação dos professores para utilizar recursos digitais em sala de aula. Exemplo: Como os professores são capacitados para utilizar recursos digitais em suas aulas?

Faça perguntas sobre a relação entre o uso de recursos digitais e o engajamento dos alunos. Exemplo: Você acredita que o uso de recursos digitais tem ajudado a aumentar o interesse dos alunos pelo conteúdo ensinado?

Pergunte sobre a disponibilidade de recursos digitais nas escolas e se os alunos têm acesso a esses recursos fora do ambiente escolar. Exemplo: Os alunos têm acesso a computadores e outros dispositivos digitais em casa?

Mais uma vez, é importante adaptar as perguntas de acordo com o contexto específico da pesquisa e garantir que elas sejam claras e objetivas para que os entrevistados possam compreendê-las facilmente.

E para os alunos?

Para elaborar um questionário de pesquisa qualitativa sobre a utilização de recursos digitais por alunos, aqui estão algumas sugestões:

Comece com perguntas abertas que permitam que os alunos compartilhem livremente suas experiências e opiniões sobre o uso de recursos digitais. Exemplos: Como você utiliza recursos digitais em seus estudos? Qual é a

sua experiência ao utilizar esses recursos?

Faça perguntas específicas sobre o tipo de recurso digital que você está pesquisando. Exemplo: Qual é o seu aplicativo favorito para estudar para provas?

Inclua perguntas sobre as vantagens e desvantagens do uso de recursos digitais na aprendizagem. Exemplo: Quais são as principais vantagens e desvantagens de utilizar recursos digitais nos estudos?

Pergunte sobre as necessidades específicas dos alunos em relação aos recursos digitais. Exemplo: Quais recursos digitais você acredita que precisam ser desenvolvidos para melhorar sua experiência de aprendizagem?

Inclua perguntas sobre o nível de conforto dos alunos ao utilizar recursos digitais. Exemplo: Como você se sente ao utilizar um novo software ou aplicativo para seus estudos?

Peça aos alunos para compartilharem exemplos específicos de como eles utilizam recursos digitais em seus estudos. Exemplo: Pode nos contar sobre uma vez em que um recurso digital foi particularmente útil para você?

Pergunte sobre a eficácia dos recursos digitais que os alunos utilizam. Exemplo: Você acredita que o uso de recursos digitais tem ajudado a melhorar seu desempenho acadêmico?

Inclua perguntas sobre a disponibilidade de recursos digitais para os alunos e se eles têm acesso a esses recursos fora da escola. Exemplo: Você tem acesso a computadores e outros dispositivos digitais em casa?

Novamente, é importante adaptar as perguntas para o contexto específico da pesquisa e garantir que elas sejam claras e objetivas para que os alunos possam compreendê-las facilmente. Considere também a faixa etária dos alunos e a complexidade das perguntas para garantir que sejam adequadas para o público alvo.

E se eu quiser saber se os alunos preferem cursos virtuais ou presenciais?
!

Se o objetivo da pesquisa é saber se os alunos preferem cursos virtuais ou

presenciais, aqui estão algumas sugestões de perguntas que você pode incluir em um questionário de pesquisa qualitativa:

Pergunte aos alunos qual formato de curso eles preferem e por quê.

Exemplo: Você prefere cursos presenciais ou virtuais? Por quê?

Faça perguntas sobre as vantagens e desvantagens de cada formato de curso. Exemplo: Quais são as principais vantagens e desvantagens de cursos virtuais em comparação com cursos presenciais?

Peça aos alunos para compartilharem suas experiências com cada formato de curso. Exemplo: Você já participou de um curso virtual? Como foi sua experiência?

Pergunte sobre as razões pelas quais os alunos podem preferir um formato de curso em relação ao outro. Exemplo: Por que você prefere cursos presenciais/virtuais?

Inclua perguntas sobre a flexibilidade de cada formato de curso. Exemplo: Qual formato de curso é mais flexível para você, presencial ou virtual?

Pergunte sobre a interação social em cada formato de curso. Exemplo: Você acha que os cursos presenciais ou virtuais oferecem mais oportunidades para interagir com outros alunos?

Inclua perguntas sobre a disponibilidade de recursos e tecnologia necessários para participar de cada formato de curso. Exemplo: Você tem acesso a recursos e tecnologia necessários para participar de cursos virtuais?

Essas são apenas algumas sugestões para elaborar um questionário sobre a preferência dos alunos por cursos virtuais ou presenciais. Lembre-se de adaptar as perguntas de acordo com o contexto específico da pesquisa e garantir que elas sejam claras e objetivas para que os alunos possam compreendê-las facilmente.

Tem um modelo de questionário?

Claro! Aqui está um exemplo de questionário que pode ser usado para coletar informações sobre a preferência dos alunos por cursos virtuais ou

presenciais:

Você já participou de um curso virtual antes? () Sim () Não

Se você respondeu "Sim" à pergunta anterior, como foi sua experiência?
(Por favor, descreva brevemente sua experiência.)

Você prefere fazer cursos presenciais ou virtuais? () Presenciais () Virtuais
() Não tenho preferência

Qual a principal razão pela qual você prefere cursos presenciais? (Por favor,
descreva brevemente.)

Qual a principal razão pela qual você prefere cursos virtuais? (Por favor,
descreva brevemente.)

Quais são as principais vantagens de cursos presenciais em comparação
com cursos virtuais? (Por favor, descreva brevemente.)

Quais são as principais vantagens de cursos virtuais em comparação com
cursos presenciais? (Por favor, descreva brevemente.)

Qual formato de curso é mais flexível para você, presencial ou virtual? ()
Presencial () Virtual () Não sei / Não tenho certeza

Você acha que os cursos presenciais ou virtuais oferecem mais
oportunidades para interagir com outros alunos? () Presenciais () Virtuais
() Não sei / Não tenho certeza

Você tem acesso a recursos e tecnologia necessários para participar de
cursos virtuais? () Sim () Não () Não tenho certeza

Lembre-se de que essas são apenas algumas sugestões e você pode
personalizar o questionário de acordo com suas necessidades e objetivos
de pesquisa. Além disso, é importante garantir que as perguntas sejam
claras e objetivas para que os alunos possam entendê-las facilmente e
responder com precisão.

Mas não tem questões abertas

É possível adicionar questões abertas em um questionário para pesquisa
qualitativa. As perguntas abertas permitem que os participantes da
pesquisa expressem suas opiniões de forma mais livre e completa,

fornecendo mais informações e detalhes sobre suas experiências e opiniões. Aqui está um exemplo de como você pode adicionar uma pergunta aberta ao questionário sobre preferência dos alunos por cursos virtuais ou presenciais:

Por favor, compartilhe seus pensamentos adicionais sobre cursos virtuais ou presenciais. Você tem alguma experiência específica que gostaria de compartilhar? Qual formato de curso você acredita que é melhor para a aprendizagem? (Espaço para resposta livre)

Ao adicionar uma questão aberta, lembre-se de permitir que os alunos escrevam livremente suas respostas e expressar suas opiniões sem restrições. Para análise das respostas abertas, é preciso fazer uma análise de conteúdo que possa sistematizar as informações e transformá-las em categorias.

Essa questão não fornece muitos dados para a análise

Você está correto, a pergunta aberta que sugeri pode fornecer muita informação e nem todas podem ser relevantes para a sua análise. Por isso, é importante considerar o equilíbrio entre perguntas abertas e fechadas para a coleta de dados. As perguntas fechadas, por exemplo, podem fornecer respostas mais padronizadas que são mais fáceis de serem analisadas e comparadas.

Se você deseja fazer uma pergunta aberta, mas deseja torná-la mais direcionada para sua análise, aqui está uma sugestão:

Qual a sua opinião sobre a eficácia dos cursos virtuais em comparação com os cursos presenciais em termos de aprendizado? Por favor, explique o porquê você acredita que um formato é melhor que o outro. (Espaço para resposta livre)

Essa pergunta pode fornecer informações mais detalhadas sobre a percepção dos alunos sobre a eficácia dos cursos virtuais e presenciais em termos de aprendizagem, permitindo que você obtenha dados mais relevantes para sua análise.

E eu quiser incluir no mesmo questionário questões que incluam outros hábitos dos alunos em ambiente virtual

Certamente! Se você quiser incluir perguntas adicionais sobre outros hábitos dos alunos em ambiente virtual, você pode fazer isso no mesmo questionário. Aqui estão alguns exemplos de perguntas que você pode incluir:

Com que frequência você usa a internet para fins de aprendizagem ou estudo? () Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Raramente () Nunca

Com que frequência você usa as redes sociais para fins educacionais (por exemplo, para se comunicar com professores ou colegas de classe)? () Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Raramente () Nunca

Quais aplicativos ou ferramentas digitais você usa com mais frequência para aprender ou estudar? (Espaço para resposta livre)

Qual é a sua opinião sobre a utilização de tecnologia em sala de aula? () É muito útil () É um pouco útil () Não é útil () Não tenho opinião

Você acha que a tecnologia pode melhorar a qualidade da educação? Por favor, explique. (Espaço para resposta livre)

Incluir essas perguntas adicionais pode ajudá-lo a entender melhor os hábitos e atitudes dos alunos em relação ao uso de tecnologia em seus estudos, além de fornecer mais contexto para a preferência dos alunos por cursos virtuais ou presenciais. Lembre-se de que é importante manter o questionário conciso e relevante, mas também incluir perguntas suficientes para coletar informações úteis para sua pesquisa.

E para conhecer que hábitos são esses e qual a escala de preferência em relação aos estudos?

Para conhecer os hábitos dos alunos em relação ao uso de recursos digitais em seus estudos e também para medir a preferência dos alunos em relação aos estudos presenciais ou virtuais, você pode adicionar perguntas que

exploram ambos os aspectos.

Aqui está um exemplo de como você pode estruturar o questionário:

Com que frequência você usa a internet para fins de aprendizagem ou estudo?

- a. Diariamente
- b. Semanalmente
- c. Mensalmente
- d. Raramente
- e. Nunca

Você prefere estudar presencialmente ou virtualmente?

- a. Presencialmente
- b. Virtualmente
- c. Não tenho preferência

Em qual ambiente você costuma estudar com mais frequência?

- a. Em casa
- b. Em uma biblioteca
- c. Na escola
- d. Em outros locais

Com que frequência você utiliza aplicativos ou ferramentas digitais para estudar?

- a. Diariamente
- b. Semanalmente
- c. Mensalmente
- d. Raramente
- e. Nunca

Quais aplicativos ou ferramentas digitais você utiliza com mais frequência para estudar? (Espaço para resposta livre)

Qual é a sua opinião sobre o uso de tecnologia em sala de aula?

- a. É muito útil
- b. É um pouco útil
- c. Não é útil
- d. Não tenho opinião

Em sua opinião, o aprendizado presencial e o aprendizado virtual são igualmente eficazes?

- a. Sim, são igualmente eficazes
- b. Não, o aprendizado presencial é mais eficaz
- c. Não, o aprendizado virtual é mais eficaz

Por favor, compartilhe suas experiências ou pensamentos adicionais sobre o uso de recursos digitais em seus estudos. (Espaço para resposta livre)

Adicionar perguntas que exploram tanto os hábitos dos alunos quanto a preferência em relação aos estudos pode ajudar a obter uma visão mais completa dos comportamentos e atitudes dos alunos em relação ao uso de recursos digitais em seus estudos. Além disso, uma pergunta aberta no final do questionário pode permitir que os alunos compartilhem experiências e pensamentos adicionais sobre o uso de recursos digitais em seus estudos, fornecendo informações mais detalhadas e contextuais que podem ser úteis para sua análise.

Irei analisar as sugestões e qq retorno a consulta. Obg

Fico feliz em ajudar! Se tiver mais alguma dúvida ou precisar de mais ajuda, não hesite em perguntar. Estou à disposição para ajudá-lo. Boa sorte com sua pesquisa!